



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

**Segurança urbana e prevenção situacional:
O estudo de caso do Bairro da Bela Vista em Setúbal**

Beatriz Vieira Cardoso

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais
Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Orientação Científica:

Prof. Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares

Prof.^a Doutora Elisabete Moura Barreiros Ferreira

Lisboa, julho de 2020

DEDICATÓRIA

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós.

Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

(Antoine de Saint-Exupéry)

Ao meu tio Carlos,
que dá sentido à minha vida.
Porque a sua ausência física,
nunca significará que não está presente.

AGRADECIMENTOS

Realizar uma investigação académica implica passar por um processo de dedicação, descoberta, partilha e sacrifício. É um percurso individual que nem sempre é fácil pelos desafios que lhes estão subjacentes, porém, tive a sorte de ter ao meu lado pessoas fundamentais para a conclusão desta etapa, muitas das quais, conheci ao longo deste caminho e a quem sou eternamente grata.

Ao Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares, não só pela sua amizade, disponibilidade e profissionalismo, mas também por ser o ser humano que é, pelo qual tenho um carinho imenso, e que tanto admiro pela sua capacidade de resiliência.

À Professora Doutora Elisabete Moura Barreiros Ferreira, pela sua generosidade, disponibilidade, cooperação e à qual agradeço por todos os ensinamentos partilhados fundamentais para a conclusão da presente dissertação.

À Sra. Raquel Levy e a todos os envolvidos da Câmara Municipal de Setúbal, pela colaboração na realização dos inquéritos por questionário à população do Bairro da Bela Vista.

Aos Professores do ISCPSI, por toda a partilha de conhecimentos e pelo seu sentido crítico crucial para esta etapa da minha vida e para todas as que se seguem.

Aos meus colegas do ISCPSI, por todos os momentos bonitos que vivemos.

Ao meu Diogo, para quem me faltam sempre as palavras, pelo seu amor, amizade, lealdade, ajuda e prontidão. Pela forma como esteve e está incondicionalmente ao meu lado sem nunca deixar de acreditar em mim. Por ser, sem dúvida, o melhor que tenho na vida.

Aos meus pais, por serem a minha maior referência, me darem a possibilidade de seguir os meus sonhos e por todo o amor, apoio e dedicação incondicional. Aos meus irmãos, Catarina e Sandro, e à minha sobrinha Matilde, por me fazerem querer ser sempre uma pessoa melhor e por me permitirem, todos os dias, amá-los mais do que a mim mesma. À minha família, em especial à minha tia Gilda, aos meus avós, à tia João, à prima Paula e ao primo Nuno por serem pilares basilares da minha existência.

Aos meus amigos, aos quais sou genuinamente agradecida, por me incentivarem sempre a fazer melhor e a ir mais longe sem nunca saírem do meu lado. Será sempre indescritível.

Ao meu tio Carlos, por ser a minha maior motivação. Hoje e sempre.

A todos os que contribuíram que isto possível,

O meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

A presente dissertação expõe a importância de se (re)pensar a relação existente entre o espaço urbano e a questão da (in)segurança urbana. Considerando que as principais atividades sociais se desenvolvem na cidade é fulcral que se compreenda a influência dos elementos arquitetónicos na (in)segurança urbana, nomeadamente, de forma a prevenir atos criminosos e incivilidades. O *Crime Prevention Through Environmental Design* é um paradigma que se insere na problemática exposta na medida em que a fundamentação teórica assenta na importância da manipulação de determinadas características do desenho urbano como uma forma de prevenção criminal. Tendo como premissa que é fundamental reduzir as oportunidades que incrementam a insegurança urbana, sendo que com base no espaço físico e na criminalidade torna-se perceptível o papel que deve ser desempenhado não só pelas forças de segurança como também pela comunidade e restantes instituições. Perante esta linha de raciocínio, procedeu-se a um estudo de caso no Bairro da Bela Vista em Setúbal através da aplicação de 70 inquéritos por questionários à comunidade com o objetivo de aferir de que forma se percebe a segurança com base no espaço público urbano. Acrescenta-se, a esta técnica de investigação, a observação direta através de reportagem fotográfica, a análise da criminalidade, do material cartográfico, da evolução das notícias sobre o bairro na comunicação social (de 2009 a 2019) e as atividades partilhadas no *facebook* pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” num período de 6 meses. Desta forma, ao serem analisados os diferentes instrumentos de investigação, conclui-se que a criminalidade tem influência no sentimento de insegurança mas que as incivilidades e os aspetos arquitetónicos se traduzem nos principais impulsionadores deste sentimento.

Palavras-chaves: Segurança Urbana; Cidade; Espaço Público; Bairro; CPTED; Criminalidade; Prevenção Situacional

ABSTRACT

This dissertation exposes the importance of (re) thinking about the relationship between urban space and the issue of urban (in)security. Considering that the main social activities developed in the city, it is crucial to understand the influence of architectural elements on urban (in)security, namely, in order to prevent criminal acts and incivilities. Crime Prevention Through Environmental Design is a paradigm that is inserted in the problem exposed as the theoretical foundation is based on the importance of manipulating certain characteristics of urban design as a form of criminal prevention. Based on the premise that it is essential to reduce the opportunities that increase urban insecurity, based on physical space and crime, the role that must be played not only by the security forces but also by the community and other institutions becomes clear. In view of this line of reasoning, a case study was carried out in Bairro da Bela Vista in Setúbal through the submission of 70 questionnaires with the aim of assessing how security is perceived in relation to public physical space(s). *In addition to this*, direct observation through photographic reporting, analysis of crime, cartographic material, the evolution of news about the neighborhood in the media (from 2009 to 2019) and the activities of the Facebook group “Nosso Bairro, Nossa Cidade” for a 6 months period. In this way, when analyzing the different investigation instruments, it is concluded that crime has an influence on the feeling of insecurity, but that the incivilities and architectural aspects are the main drivers of this feeling.

Key Words: Urban Security; City; Public Place; Neighborhood CPTED; Crime; Situational Prevention.

ÍNDICE

RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE GRÁFICOS	x
ÍNDICE DE QUADROS	xi
ÍNDICE DE TABELAS	xi
ÍNDICE DE IMAGENS.....	xiii
LISTA DE SIGLAS.....	xvi
INTRODUÇÃO	1
I ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
1. A CIDADE <i>VERSUS</i> SEGURANÇA URBANA.....	6
1.1. A CIDADE, O BAIRRO E O ESPAÇO PÚBLICO	6
1.2. SEGURANÇA URBANA	8
1.3. CRIMES E INCIVILIDADES	9
1.4. SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E MEDO DO CRIME	11
1.5. A IMPORTÂNCIA DOS MEDIA NA (IN)SEGURANÇA URBANA	13
2. PREVENÇÃO CRIMINAL E ESPAÇO CONSTRUÍDO.....	15
2.1. A CRIMINOLOGIA AMBIENTAL.....	15
2.2. A PREVENÇÃO SITUACIONAL DO CRIME.....	17
3. MODELO CPTED.....	18
3.1. ORIGEM DO MODELO CPTED.....	19
3.2. 2ª GERAÇÃO CPTED	21
3.3. A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE FÍSICO NA PREVENÇÃO CRIMINAL	23
II ESTADO DA ARTE.....	25
1.1. O SENTIMENTO DE (IN)SEGURANÇA NAS CIDADES	25

1.2.	A PREVENÇÃO SITUACIONAL DO CRIME.....	31
1.3.	CPTED: O DESENHO URBANO NA PREVENÇÃO CRIMINAL	37
1.3.1.	CPTED A NÍVEL MUNDIAL.....	40
1.4.	BAIRRO DA BELA VISTA: ESTUDO DE CASO	42
III 	MÉTODO.....	44
1.1.	PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	44
1.2.	METODOLOGIA	45
1.3.	PARTICIPANTES	46
1.4.	INSTRUMENTOS	47
1.4.1.	RECOLHA DE DADOS	47
1.4.2.	ANÁLISE DE DADOS.....	49
1.5.	PROCEDIMENTO.....	50
IV 	ESTUDO DE CASO.....	52
1.	CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE ESTUDO.....	52
1.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	52
1.2.	ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA.....	53
1.3.	ANÁLISE TOPOGRÁFICA E ARQUITETÓNICA.....	55
1.3.1.	O PROGRAMA “NOSSO BAIRRO, NOSSA CIDADE”	71
1.4.	ANÁLISE DA CRIMINALIDADE.....	72
2.	ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO.....	73
3.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	76
	CONCLUSÃO.....	83
	REFERÊNCIAS.....	89
	ANEXOS	98
	Anexo A: Teorias marcantes na criminologia ambiental	99
	Anexo B: Modelo de aferição das condições do uso do espaço	102
	Anexo C: Separação de espaços públicos, semipúblicos e privados	110

Anexo D: Conceitos da 1ª e 2ª geração	111
Anexo E: Processo SARA	112
Anexo F: Análise SWOT do Bairro da Bela Vista	113
Anexo G: Ranking da paz mundial (2020).....	115
Anexo H: Início da construção do Bairro da Bela Vista	116
APÊNDICES	117
Apêndice A: Autorização para obtenção de informação para realização da dissertação	118
Apêndice B: Inquéritos por questionário.....	119
Apêndice C: Dados estatísticos do RASI (2019)	128
Apêndice D: Cálculo da amostra aleatória simples	132
Apêndice E: Atividades do programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade".....	133
Apêndice F: Síntese das notícias do Bairro da Bela Vista de 2009 a 2019.....	135
Apêndice G: Reportagem fotográfica do Bairro da Bela Vista	139
Apêndice H: Tabelas de resultados estatísticos dos inquéritos por questionário	152

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelo <i>Prexvu</i>	12
Figura 2: Aspetos que influenciam a qualidade de vida e a (in)segurança urbana	35
Figura 3: Esquemática do problema de investigação	44
Figura 4: Planta do Bairro da Bela Vista.....	52
Figura 5: Projeto do Bairro da Bela Vista	56
Figura 6: Projeto arquitetónico dos fogos do Bairro Amarelo	56
Figura 7: Delimitação do PIS da Área Urbana em Setúbal	57
Figura 8: Imagem de prédios cobertos pelo tamanho das árvores.....	58
Figura 9: Imagem de prédios cobertos pelo tamanho das árvores.....	58
Figura 10: Imagem de prédios cobertos pelo tamanho das árvores.	58
Figura 11: Imagem de prédios compostos por corredores comuns e escadas abertas	59
Figura 12: Imagem de vegetação de elevado porte que condiciona os ângulos de visão	59
Figura 13: Imagem do tamanho elevado das árvores.....	59
Figura 14: Imagem da iluminação desregrada das praças.....	60
Figura 15: Imagem do tamanho das árvores que dificulta a iluminação.....	60
Figura 16: Imagem da iluminação no meio das avenidas	60
Figura 17: Imagem da construção labiríntica do edificado e escadas abertas.....	61
Figura 18: Imagem da construção labiríntica do edificado e escadas abertas.....	61
Figura 19: Imagem da construção labiríntica do edificado e escadas abertas.....	61
Figura 20: Imagem de corredores cobertos pelos residentes.....	61
Figura 21: Imagem da colocação de portões por parte da CMS/habitantes	61
Figura 22: Imagem da colocação de portões por parte da CMS/habitantes	61
Figura 23: Imagem de áreas vulneráveis.....	62
Figura 24: Imagem de túneis que interligam as praças	62
Figura 25: Imagem de áreas vulneráveis.....	62
Figura 26: Imagem das pracetas do Bairro da Bela Vista	63
Figura 27: Imagem das pracetas do Bairro da Bela Vista sem espaços verdes	63
Figura 28: Imagem de carros estacionados nas pracetas.....	63
Figura 29: Imagem da esquadra da PSP do Bairro da Bela Vista.....	65
Figura 30: Imagem de um dos cafés existentes no bairro	65
Figura 31: Imagem do espaço comercial existente no bairro	65
Figura 32: Imagem do centro de apoio à comunidade	66

Figura 33: Imagem do Parque da Bela Vista.....	66
Figura 34: Imagem da Biblioteca do Bairro da Bela Vista	66
Figura 35: Imagem do centro comunitário do Bairro da Bela Vista.....	66
Figura 36: Imagem do Espaço físico do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	66
Figura 37: Imagem da Escola Secundária C/3º Ciclo da Bela Vista	66
Figura 38: Imagem das paredes do bairro grafitadas	68
Figura 39: Imagem das paredes do bairro destruídas.....	68
Figura 40: Imagem das paredes do bairro grafitadas	68
Figura 41: Imagem das estruturas do bairro vandalizadas	68
Figura 42: Imagem das paredes do bairro grafitadas	68
Figura 43: Imagem das caixas de correio sujas e danificadas	68
Figura 44: Imagem da Avenida Francisco Fernandes.....	69
Figura 45: Imagem da Avenida da Bela Vista.....	69
Figura 46: Imagem da Avenida Francisco Fernandes.....	69
Figura 47: Imagem de carros estacionados nas pracetas.....	69
Figura 48: Imagem de carros estacionados nas pracetas.....	69
Figura 49: Imagem de um exemplo de sinal informativo a colocar	69
Figura 50: Imagem de existência de grades nas janelas e portas.....	71
Figura 51: Imagem da aparência dos ecopontos do Bairro da Bela Vista.....	71
Figura 52: Imagem da aparência do infantário do Bairro da Bela Vista.....	71
Figura 53: Imagem de elementos que esclarecem a falta de embelezamento do bairro	71
Figura 54: Imagem de elementos que esclarecem a falta de embelezamento do bairro	71
Figura 55: Imagem de elementos que esclarecem a falta de embelezamento do bairro	71
Figura 56: Teoria das atividades rotineiras	99
Figura 57: Teoria do padrão criminal.....	99
Figura 58: Teoria da escolha racional	101
Figura 59: Separação de espaços públicos, semipúblicos e privados	110
Figura 60: Conceitos da 1ª e 2ª geração CPTED.....	111

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Criminalidade geral em 2019.....	128
Gráfico 2: Criminalidade violenta e grave em 2019.....	128
Gráfico 3: Grandes categorias criminais em 2019.....	129

Gráfico 4: Crimes contra o património em 2019	129
Gráfico 5: Evolução da criminalidade geral no distrito de Setúbal em 2019	130
Gráfico 6: Evolução da criminalidade geral no distrito de Setúbal em 2019	130
Gráfico 7: Participações por municípios em 2019	131
Gráfico 8: Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	158
Gráfico 9: Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	158
Gráfico 10: Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	158
Gráfico 11: Relação da segurança com a criminalidade	163
Gráfico 12: Relação do género com a segurança	165
Gráfico 13: Relação da idade com a segurança	166
Gráfico 14: Relação da criminalidade com a vitimização	168

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Elementos que influenciam o sentimento de insegurança	13
Quadro 2: Técnicas de prevenção situacional	18
Quadro 3: Autores revelantes no paradigma CPTED	21
Quadro 4: Principais estratégias CPTED	38
Quadro 5: Diferentes modelos de transferências do crime	39
Quadro 6: Processo SARA	112
Quadro 7: Análise SWOT do Bairro da Bela Vista	113
Quadro 8: Ranking da paz mundial (2020)	115
Quadro 9: Atividades do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	133

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Grandes categorias criminais em 2019	129
Tabela 2: Género	152
Tabela 3: Idade	152
Tabela 4: Habilitações literárias	152
Tabela 5: Estado civil	153
Tabela 6: Perceção do sentimento de segurança	153
Tabela 7: Vitimização	153
Tabela 8: Inquiridos que foram vítimas	154
Tabela 9: inquiridos que não foram vítimas	154

Tabela 10: Existência de espaços inseguros	155
Tabela 11: Contribuição da comunicação social para a imagem do bairro	155
Tabela 12: Conhecimento do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	155
Tabela 13: Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	156
Tabela 14: Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	156
Tabela 15: Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	156
Tabela 16: Acompanhamento das alterações efetuadas no bairro	157
Tabela 17: Degradação dos edifícios	158
Tabela 18: Os edifícios apresentam uma construção labiríntica	158
Tabela 19: Vandalismo.....	159
Tabela 20: Criminalidade	159
Tabela 21: Consumo/tráfico de drogas.....	159
Tabela 22: Insuficiente iluminação	159
Tabela 23: Existência de becos e esquinas insegura	159
Tabela 24: Falta de manutenção na rua.....	160
Tabela 25: Falta de limpeza.....	160
Tabela 26: Inexistência/Insuficientes áreas de lazer/tempo livres	160
Tabela 27: Inadequada/insuficiente intervenção policial	160
Tabela 28: Existência de diferentes etnias, culturas e costumes	160
Tabela 29: Inexistência/insuficientes áreas comerciais.....	161
Tabela 30: Alterações necessárias no Bairro da Bela Vista	161
Tabela 31: Relação da segurança com a criminalidade.....	162
Tabela 32: Relação da segurança com a criminalidade.....	162
Tabela 33: Relação da segurança com a criminalidade.....	163
Tabela 34: Relação do género com a segurança	164
Tabela 35: Relação do género com a segurança	164
Tabela 36: Relação da idade com a segurança	165
Tabela 37: Relação da idade com a segurança	166
Tabela 38: Relação da criminalidade com a vitimização	167
Tabela 39: Relação da criminalidade com a vitimização.....	167
Tabela 40: Relação da criminalidade com a vitimização	168

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1: Prédios cobertos pelo tamanho das árvores	58
Imagem 2: Prédios cobertos pelo tamanho das árvores	58
Imagem 3: Prédios cobertos pelo tamanho das árvores	58
Imagem 4: Prédios compostos por corredores comuns e escadas abertas.....	58
Imagem 5: Vegetação de elevado porte que condiciona os ângulos de visão	58
Imagem 6: Tamanho elevado das árvores	58
Imagem 7: Iluminação desregrada das praças	60
Imagem 8: Tamanho das árvores que dificulta a iluminação	60
Imagem 9: Iluminação no meio das avenidas.....	60
Imagem 10: Construção labiríntica do edificado e escadas abertas.....	61
Imagem 11: Construção labiríntica do edificado e escadas abertas.....	61
Imagem 12: Construção labiríntica do edificado e escadas abertas.....	61
Imagem 13: Corredores cobertos pelos habitantes	61
Imagem 14: Colocação de portões por parte da CMS/habitantes	61
Imagem 15: Colocação de portões por parte da CMS/habitantes	61
Imagem 16: Áreas vulneráveis	62
Imagem 17: Túneis que interligam as praças	62
Imagem 18: Áreas vulneráveis	62
Imagem 19: Pracetas do Bairro da Bela Vista	63
Imagem 20: Pracetas do Bairro da Bela Vista sem espaços verdes	63
Imagem 21: Carros estacionados nas pracetas.....	63
Imagem 22: Esquadra da PSP do Bairro da Bela Vista	65
Imagem 23: Um dos cafés existentes no Bairro da Bela Vista.....	65
Imagem 24: Espaço comercial existente no Bairro da Bela Vista (lidl)	65
Imagem 25: Centro de apoio à comunidade	66
Imagem 26: Parque da Bela Vista.....	66
Imagem 27: Biblioteca do Bairro da Bela Vista.....	66
Imagem 28: Centro comunitário do Bairro da Bela Vista.....	66
Imagem 29: Espaço físico do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”	66
Imagem 30: Escola Secundária C/3º Ciclo da Bela Vista	66
Imagem 31: Paredes do bairro grafitadas	68
Imagem 32: Paredes do bairro destruídas.....	68

Imagem 33: Paredes do bairro grafitadas	68
Imagem 34: Estruturas do Bairro da Bela Vista vandalizadas	68
Imagem 35: Paredes do bairro grafitadas	68
Imagem 36: Caixas de correio sujas e danificadas	68
Imagem 37: Avenida Francisco Fernandes	69
Imagem 38: Avenida da Bela Vista	69
Imagem 39: Avenida Francisco Fernandes	69
Imagem 40: Carros estacionados nas pracetas.....	69
Imagem 41: Carros estacionados nas pracetas.....	69
Imagem 42: Exemplo de sinal informativo a colocar	69
Imagem 43: Existência de grades nas janelas e portas.....	71
Imagem 44: Aparência dos ecopontos do Bairro da Bela Vista	71
Imagem 45: Aparência do infantário do Bairro da Bela Vista	71
Imagem 46: Elementos que esclarecem a falta de embelezamento do bairro	71
Imagem 47: Elementos que esclarecem a falta de embelezamento do bairro	71
Imagem 48: Elementos que esclarecem a falta de embelezamento do bairro	71
Imagem 49: Início da construção do Bairro da Bela Vista.....	116
Imagem 50: Início da construção do Bairro da Bela Vista.....	116
Imagem 51: Início da construção do Bairro da Bela Vista.....	116
Imagem 52: Parede grafitada do Bairro da Bela Vista.....	139
Imagem 53: Espaço de convívio entre os prédios (praças)	139
Imagem 54: Portões colocados pelos habitantes/CMS	140
Imagem 55: Lixo nas escadas dos prédios	140
Imagem 56: Bancos das praças (espaço de convívio).....	141
Imagem 57: Infantário do Bairro da Bela Vista.....	141
Imagem 58: Espaço “Nosso Bairro, Nossa Cidade” no Bairro da Bela Vista.....	142
Imagem 59: Espaço “Nosso Bairro, Nossa Cidade” no Bairro da Bela Vista.....	142
Imagem 60: Paragem de autocarro (608)	143
Imagem 61: Ecopontos do Bairro da Bela Vista.....	143
Imagem 62: Avenida Francisco Fernandes	144
Imagem 63: Avenida da Bela Vista	144
Imagem 64: Estrutura do edificado do Bairro da Bela Vista.....	145
Imagem 65: Estrutura do edificado do Bairro da Bela Vista.....	145
Imagem 66: Aparência de parte dos prédios do Bairro da Bela Vista	146

Imagem 67: Um dos cafés existentes no Bairro da Bela Vista.....	146
Imagem 68: Escola Básica e Secundária Ordem de Sant’iago	147
Imagem 69: Escola Secundária C/3º Ciclo da Bela Vista	147
Imagem 70: Iluminação do Bairro da Bela Vista no período noturno	148
Imagem 71: Iluminação do Bairro da Bela Vista no período noturno	148
Imagem 72: Aparência dos prédios do Bairro da Bela Vista	149
Imagem 73: Colocação de portões por parte da CMS/habitantes	149
Imagem 74: Existência de áreas vulneráveis	150
Imagem 75: Existência de túneis	150
Imagem 76: Descampados existentes no bairro.....	151

LISTA DE SIGLAS

- ACPO:** *Association of Chief Police Officers*
- CAR:** Comissão de Alojamento de Retornados
- CMNCP:** *Canadian Municipal Network on Crime Prevention*
- CMS:** Câmara Municipal de Setúbal
- CPTED:** *Crime Prevention Through Environmental Design*
- CPP:** Código de Processo Penal
- CRP:** Constituição da República Portuguesa
- DAC:** *Design Against Crime*
- DGAI:** Direção Geral da Administração Interna
- DOC:** *Design Out Crimes*
- DNPSP:** Direção nacional da Polícia de Segurança Pública
- EPAV:** Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima
- EPES:** Equipas do Programa Escola Segura
- FS:** Forças de Seguranças
- ISCPSI:** Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
- MAI:** Ministério da Administração Interna
- MIPP:** Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
- NPCC:** *National Police Chiefs Council*
- PCPI:** *Police Crime Prevention Initiaves*
- PIS:** Plano Integrado de Setúbal
- PSP:** Polícia de Segurança Pública
- RASI:** Relatório Anual de Segurança Interna
- SARA:** Scanning; Analysis; Response; Assessment
- ZUS:** Zona Urbana Sensível

INTRODUÇÃO

A presente dissertação surge no âmbito do curso de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, estando subordinada ao tema “Segurança urbana e prevenção situacional: o estudo de caso do Bairro da Bela Vista”, sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares e da Professora Doutora Elisabete Moura Barreiros Ferreira.

A escolha do tema surge do interesse por parte da investigadora em compreender o impacto da prevenção situacional na redução da criminalidade e das incividades. As estratégias somente repressivas têm-se revelado insuficientes neste âmbito, como tal, torna-se vantajoso a adoção de medidas preventivas, isto é, através do estudo da influência do desenho urbano na criação de espaços mais sustentáveis e seguros. Assim, pretende-se analisar as diversas variáveis subjacentes à manipulação da oportunidade de ocorrências criminais através do paradigma CPTED.

O objetivo principal é realizar uma análise ao Bairro da Bela Vista em Setúbal com base nos conceitos da 2ª geração CPTED patentes no Guia de Boas Práticas (2013) desenvolvido pela Direção Geral da Administração Interna sendo que este projeto permite estabelecer princípios orientadores da gestão do espaço. A necessidade que existe em que se considere o ambiente físico que decorre do desenho urbano na questão da segurança urbana, torna-se crucial no que diz respeito à arquitetura ser um aspeto a refletir na presente problemática, desta forma, é imprescindível que se verifique um trabalho conjunto por todas as entidades envolvidas e que exista um acompanhamento sistemático tanto das alterações físicas como sociais. Neste sentido, o presente estudo guia-se pela seguinte pergunta de partida: é possível reforçar o sentimento de segurança no Bairro da Bela Vista em Setúbal através do (re)desenho urbano?

A vida em sociedade e, neste caso específico, a vida na cidade, impõe aos indivíduos um conjunto de regras e condutas. Todavia, nem sempre é fácil que se verifique um total respeito das mesmas por parte destes. Considerando a elevada densidade populacional e os recursos existentes é facilmente compreensível o motivo de se verificarem conflitos de diferentes naturezas: a competitividade e a desigualdade entre os agentes na estrutura social, assim como, a tentativa de se alcançarem determinados recursos de forma facilitada através de atos criminosos

incrementam o sentimento de insegurança, o anonimato e o isolamento (Rosa, Souza, Oliveira, & Coelho, 2012).

Atualmente verifica-se que a globalização facilitou a circulação de pessoas e bens o que permitiu o aparecimento de novos fenômenos sociais urbanos e conseqüentemente a necessidade de se analisar esta realidade. Porém, importa realçar que os primeiros estudos urbanos, mais precisamente estudos assentes na prevenção situacional, nos remetem para a origem da Escola de Chicago, tornando-se extremamente significativa, no âmbito da criminologia, o momento em que se redirecionou o foco do indivíduo para se começar, também, a considerar fatores comportamentais e ambientais (Sento-Sé, 2011).

Na década de 60 do século XX assistiu-se a um forte aumento da criminalidade nas sociedades ocidentais que viria a ser explicado, principalmente, pela existência de bens patrimoniais em massa. Este fenômeno deu origem a estudos focados na violência urbana, que têm perdurado, onde se procura compreender as novas dinâmicas sociais existentes nas cidades (Lourenço, 2010). Na sua gênese, a cidade é o lugar onde se desenvolvem as principais atividades sociais o que, por si só, traduz a ideia de que os indivíduos se “apropriam” de modo diferente ao espaço público, como tal, é determinante considerar o fator humano na questão da segurança urbana visto que diferentes modelos comportamentais se repercutem em diferentes formas de organização social e espacial: compreender a relação existente entre indivíduo e meio urbano é fundamental para estratégias adequadas de prevenção situacional (Park, Burgess, & McKnzie, 1925; Garnier, 1997; Bauman, 2006).

A cidade oferece, ou devia oferecer, qualidade aos seus utilizadores sendo que este critério passa pela questão da segurança. Lugares (aparentemente) inseguros, com falta de condições e identidade favorecem a ideia de que são lugares não frequentados ou “mal” frequentados o que permite, como resultado, uma utilização errada destes espaços, designadamente originando o aparecimento de comportamentos criminosos ou desviantes. A falta do sentimento de pertença por parte dos indivíduos em relação ao meio urbano promove a existência de crimes e incivildades o que sugere que se (re)ensem estratégias de prevenção criminal com base no ambiente físico (Ferreira, 2013).

Atualmente assume-se a segurança como uma responsabilidade coletiva onde os diversos atores sociais se mostram fundamentais na resolução dos problemas existentes (Poiars, 2014) e o Estado perde parte da sua centralidade. O trabalho desenvolvido pelas Forças de Segurança

manifesta-se, cada vez mais, insuficiente no que diz respeito a estratégias de prevenção criminal. Isto significa que integrar as entidades locais no combate às fragilidades permite que se obtenham respostas mais eficazes e concretas visto que são estas as principais conhecedoras das mesmas. Para compreendermos o impacto dos diferentes organismos envolvidos na melhoria do sentimento de segurança, assim como, a importância da arquitetura no que diz respeito a crimes e incivildades, recorre-se a um caso específico: o Bairro da Bela Vista. Ao longo da investigação procura-se, através de uma situação concreta, analisar as vulnerabilidades existentes e expor a importância de um trabalho simultâneo por parte da comunidade, dos representantes das associações da comunidade, do governo, da comunidade empresarial e das instituições: os principais intervenientes do paradigma CPTED (Zahm, 2007).

Na década de 60 surge o CPTED – *Crime Prevention Through Environmental Design* que se insere na criminologia ambiental e é fundamental na prevenção criminal (Fernandes, 2017) pela forma como se procura analisar o fator físico com base na manipulação da oportunidade em prol da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos. Ou seja, consideram-se quais as fragilidades ambientais que dão origem a comportamentos indesejáveis de forma a reduzi-las ou suprimi-las (Cozens & Love, 2015). Neste sentido, ressalta-se a existência de diversas investigações que têm sido cruciais na compreensão da presente matéria (Park, Burgess e Mckenzie, 1925; Indovina, 2001; Fernandes, 2004; Heitor, 2007; Fernandes, 2017). Em Portugal, ainda não é comum a aplicação prática de estudos assentes no paradigma CPTED, todavia, realiza-se o trabalho desenvolvido por Fernandes (2010), Ferreira (2013) e Carvalho (2015) neste âmbito cuja fundamentação teórica se tornou basilar para a metodologia adotada nesta dissertação.

Tendo presente o objetivo geral desta investigação, definiram-se os seguintes objetivos específicos: analisar os principais aspetos físicos que condicionam o sentimento de segurança no Bairro da Bela Vista tendo em vista a obtenção de resultados positivos com base na aplicação de estratégias CPTED referidas no Guia de Boas Práticas (2013). Para que isto seja possível, procede-se à observação direta através de reportagem fotográfica o que permite uma interpretação consciente e a sinalização das principais vulnerabilidades existentes; analisar a perceção que os habitantes têm em relação ao sentimento de (in)segurança no Bairro da Bela Vista através de inquéritos por questionário aplicados aos mesmos e, conseqüentemente, a partir da caracterização da criminalidade no distrito de Setúbal. Este processo permite que se conheçam

as particularidades do bairro e as mudanças necessárias a nível físico e social de um ponto de vista mais pessoal; analisar a informação obtida através de diversas técnicas de investigação, nomeadamente através da evolução das notícias fornecidas pela comunicação social sobre o Bairro da Bela Vista, assim como, pela partilha de atividades disponíveis nas redes sociais do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” desenvolvido pela Câmara Municipal de Setúbal (CMS). Recorrer a este tipo de técnicas permite que a informação se complemente e se verifique uma maior veracidade nas conclusões obtidas.

O presente estudo, considerando os objetivos propostos, apresenta-se com a seguinte divisão: enquadramento teórico, estado da arte, método e estudo de caso. Assim, nos capítulos em questão, procede-se à revisão de literatura para que se defina o enquadramento teórico, estabelece-se o estado da arte, analisa-se a zona de estudo de caso e investigam-se diversas técnicas fundamentais para a complementação do conteúdo disponível.

No enquadramento teórico (I) é feita uma revisão da literatura. Através da escolha da bibliografia considerada pertinente face ao tema subordinado procedeu-se à definição dos conceitos, designadamente: segurança urbana, cidade, espaço público, bairro, CPTED, criminalidade e prevenção situacional. Este capítulo permitiu criar uma associação lógica com o capítulo seguinte visto que é a partir dos mesmos que se começam a definir hipóteses relevantes para a investigação. O estado da arte (II) define-se por uma explicação científica de um determinado tema. Neste caso, são apresentadas as diferentes visões relativamente à investigação através de referências bibliográficas o que permite que se mencionem trabalhos revelantes produzidos até ao momento que se inserem nesta temática e se estabeleça um raciocínio lógico através dos mesmos. No método (III), como o próprio nome indica, surge o caminho delineado e percorrido no decurso da investigação, isto é, clarifica-se o problema de investigação, os participantes do estudo e o procedimento. Para além disto, definem-se os instrumentos de recolha de dados, designadamente: os dados da criminalidade, a observação direta através de reportagem fotográfica, o material cartográfico, os inquéritos por questionário e outras técnicas de investigação. O estudo de caso, vertido no capítulo IV, apresenta uma caracterização do Bairro da Bela Vista, em Setúbal, onde se encontra a localização e contextualização do bairro, a análise sociodemográfica, a análise topográfica e arquitetónica, a análise da criminalidade e a apresentação e as conclusões gerais dos resultados obtidos através dos inquéritos por questionário realizados à população.

Ao realizar-se uma investigação procura-se produzir conhecimento fidedigno e manter-se uma vigilância epistemológica exigida. Assim, é responsabilidade do investigador assumir uma atitude reflexiva sem nunca comprometer o conteúdo disponibilizado e afastar-se de juízos prévios que possam constranger as conclusões obtidas ao longo de todo o processo. Neste sentido, pretende-se que seja esta a direção adotada de forma constante ao longo do estudo.

I | ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A CIDADE *VERSUS* SEGURANÇA URBANA

As cidades definem-se por sistemas dinâmicos onde se desenvolvem as principais atividades da sociedade. A elevada densidade populacional em zonas urbanas, assim como, as ofertas e os recursos existentes condicionam o funcionamento das mesmas devido à diversidade social, económica e cultural presente num só espaço. Isto é, a agregação de diferentes atores sociais nas cidades promove a competitividade na procura das mesmas oportunidades o que se traduz, frequentemente, em comportamentos criminosos ou desviantes que promovem o sentimento de insegurança (Leal, 2010).

A procura de respostas mais fáceis para se atenuarem as desigualdades através de atos criminosos ou violentos é uma realidade presente nas cidades que não deve ser ignorada não só porque gera sentimentos de insegurança e os indivíduos passam a perceber o seu quotidiano de forma diferente adotando mecanismos de defesa mas também porque promove a distância e o anonimato entre os atores sociais de forma desnecessária acentuando o problema existente.

Num momento em que o fenómeno da globalização tornou mais fácil a livre circulação de pessoas e as portas das cidades ficaram “abertas”, é fulcral que se (re)pense a segurança urbana como um conceito global e se considere a importância de medidas locais na diminuição de atos criminosos ou desviantes, assim como no sentimento de insegurança através da manipulação da oportunidade.

1.1. A CIDADE, O ESPAÇO PÚBLICO E O BAIRRO

Clarificar o conceito de cidade exige que se repense a sua dimensão histórica, sociológica e temporal, de modo a que se evitem equívocos e se compreenda a importância de diversos fatores no estudo da mesma. Quando nos debruçamos nesta temática entendemos que se associa à evolução da própria sociedade uma vez que é na mesma que se verifica “*a projeção, numa fração de espaço, das condições naturais, das heranças da história, do jogo das forças económicas, dos esforços do progresso técnico, do génio criador dos arquitetos, dos constrangimentos administrativos, dos hábitos quotidianos, assim como das aspirações conscientes ou inconscientes dos habitantes*” (Garnier, 1997, p. 9).

O primeiro estudo realizado assente na ecologia humana remete para o ano 1925 com a obra *“The city”* de Park, McKenzie e Burgess. Os autores focaram-se em questões relacionadas com a agregação social, designadamente a forma como os indivíduos se apropriam, se identificam e se relacionam no espaço defendendo que *“a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições, de atitudes e sentimentos organizados que são inerentes a esses costumes e são transmitidos como tradição”*¹ (Park, Burgess, & McKnzie, 1925, p. 1).

A cidade assume-se num espaço de convívio e de desenvolvimento (pessoal e social) que devido à sua dimensão e às funções que lhe estão subjacentes se traduz num lugar de aglomeração, agregação e, conseqüentemente, de conflito e ameaça (Indovina, 2001; Bauman, 2006). A crescente individualização e isolamento nas zonas urbanas promovem, deste modo, a diminuição dos atores sociais em espaços públicos e coletivos (Rosa, Souza, Oliveira, & Coelho, 2012). Verificando-se, contrariamente ao que acontece em zonas rurais, uma intensificação dos laços fracos que propicia a quebra de solidariedade, de controlo informal e confiança e, por sua vez, estimula o aparecimento de atos criminosos e violentos.

Quando falamos de cidade não nos referimos a espaço público, como tal, torna-se exigível uma distinção clara entre ambos os conceitos. O conceito de cidade é vago e *“ultrapassa a dimensão material e objetiva consubstanciada no espaço físico e no elemento de suporte de atividades urbanas”* (Ferreira, 2013, p. 46). O espaço público assume um papel fundamental na organização das cidades e no progresso social por ser um lugar *“onde se processa grande parte da socialização urbana”* traduzindo-se na forma como os indivíduos se apropriam do espaço que lhes é *“atribuído”* (Simões, 2014, p. 13).

Tendo consciente o objeto de estudo da presente investigação torna-se imprescindível mencionar o conceito de bairro e elucidar que esta definição se estende ao conceito de cidade. O termo bairro surge do latim *“barrium”* ou do árabe *“barri”* que significa de fora, exterior e separado. Não é fácil definir este conceito porque não se esgota a uma única definição, todavia, de um modo geral, entende-se por bairro uma divisão territorial da cidade em que habita uma determinada comunidade com um *“sentimento de localização”*. Acompanhado o raciocínio de Bezerra (2011, p. 28) percebemos que *“na visão histórico-social, o bairro, espelho das circunstâncias temporais, ainda mais perceptíveis com a urbanização, traduz diferentes*

¹ Tradução nossa.

espacializações da vida social da cidade, surgindo dentro da história do urbano, como um ícone na busca de resultado da construção histórica e social do espaço cidadão”.

1.2. SEGURANÇA URBANA

Estudar a segurança, mais precisamente a segurança urbana, implica que se tenha presente que não é consensual a forma como este conceito pode ser definido pelo seu caráter polissémico. De um modo geral, a segurança define-se pela garantia, pela confiança e pela tranquilidade de não existir perigo (Machado, 2009), sendo um “*bem jurídico vital garantia dos demais bens jurídicos fundamentais da vida humana*” (Valente, 2017b, p. 121) que se encontra na alínea a) do artigo 27º da CRP - “*todos têm direito à liberdade e à segurança*”.

Em Portugal, a segurança é um conceito que se utiliza somente num sentido (Guerra, 2016), porém, na literatura inglesa existem duas dimensões a considerar: *safety* - que diz respeito a riscos acidentais e naturais- e *security* – que se relaciona com riscos intencionais contra bens e pessoas (Ferreira, 2013; Guerra, 2016). Definir o conceito de segurança é entender que deve ser “*perspetivado como uma necessidade multidimensional, na medida em que resulta do controlo dos riscos e estes estão presentes em todas as dimensões da existência humana*” (Guerra, 2016, p. 127). Ainda na literatura inglesa é possível dividir os riscos da seguinte forma: *risks* - provenientes da ação humana- e *hazards* – relativos a catástrofes de origem natural.

Não sendo unânime a definição deste conceito pelos diversos significados que abrange recorreremos à literatura existente e sustentamos como apropriada a ideia de que a segurança, mais precisamente a segurança urbana, se pode dividir em três vertentes: na primeira vertente a segurança urbana deve ser entendida como uma garantia salvaguardada ao indivíduo de este não ser vítima de qualquer ato violento; na segunda vertente, a segurança urbana relaciona-se com as instituições democráticas na medida em que esta deve ser uma finalidade das mesmas; e por fim, a segurança urbana diz respeito a questões sociopolíticas (Carmo, Ascensão, & Estevens, 2018).

De modo a existir a contextualização fundamental à compreensão deste estudo, esclarecemos, desde já, que pretendemos direcionar o conceito de segurança ao objetivo da presente investigação, isto é, tendo em consideração que “*a segurança e a criminalidade são diferentes faces da mesma moeda das sociedades modernas*” (RASI, 2017). É com base nesta linha de pensamento que frisamos que a segurança, assim como o crime, não se podem dissociar

das “*condições sociais e culturais de cada momento e das condições em que decorre a vida das diferentes sociedades*” (Ferreira, 2013, p. 77).

Assim, incidimo-nos na segurança nas sociedades modernas e regemos a nossa ótica somente para esta problemática, admitindo que as sociedades contemporâneas se encontram sujeitas a ameaças constantes que colidem com o facto da segurança ser uma necessidade coletiva e individual. Face ao exposto, Lourenço (2010) defende que é preciso pensar numa “*diferente cultura de segurança*”, ou seja, uma cultura que se ajuste a problemas reais e atuais onde se torna fulcral não só que os cidadãos aceitem a atuação policial mas também que se consigam desenvolver relações de confiança entre ambos.

1.3. CRIMES E INCIVILIDADES

Desde o século XIX que tem existido a necessidade de se compreender o que leva os indivíduos a cometerem crimes e a romperem com o contexto sociocultural onde se inserem (Dias & Andrade, 1984). O conceito de crime é vago e pode ser analisado a partir de diversas perspetivas, como tal, adotamos a linha de raciocínio de H. Machado (2008, p. 29) e defendemos a “*existência de três elementos básicos na definição do crime*”: o dano causado que esclarece o tipo de crime, a repercussão da natureza do crime na sociedade e as respostas oficiais que assentam na legislação existente e tipificam as circunstâncias criminais.

Numa vertente histórica é possível frisar alterações à forma como a criminalidade tem sido analisada e compreendida. Os primeiros pensamentos criminólogos remetem-nos para a escola clássica, porém, poderá afirmar-se que só com o aparecimento das teorias positivas, principalmente impulsionadas por Lombroso (2013), se começou a dar ênfase ao impacto do crime no quotidiano dos indivíduos. É neste contexto que o positivismo surgiu “*como o postulado determinista e a rejeição do livre arbítrio e dos seus pressupostos metafísicos*” (Dias & Andrade, 1984, p. 15) onde se acreditava que os crimes poderiam ser explicados pelas características físicas dos indivíduos apontados como culpados. Não obstante o trabalho desenvolvido pelos autores que se incidiram neste tipo de abordagem, a verdade é que os argumentos defendidos se mostraram insuficientemente corroboráveis e tendencialmente assentes em estereótipos.

No século XX verificou-se um abandono das ideias apresentadas anteriormente que vieram a ser “*substituídas pelas teorias explicativas de índole psicológica, psicanálise,*

psiquiatria e pela atenção dedicada às leis da hereditariedade, a combinação dos cromossomas” (Dias & Andrade, 1984, p. 30) onde os autores se focavam na personalidade do sujeito como fator determinante para a existência de crimes e consideravam a *“personalidade amoral, ou psicopática, que se desenvolve numa pequena parte da população”* (Giddens, 2009, p. 1069). É inegável o contributo que assume este tipo de posição científica, no entanto não deixaram de surgir críticas quanto ao papel da sociedade ser ignorado e menosprezado na existência de ocorrências criminais.

É com base neste entendimento que existe uma *“deslocação da centralidade do indivíduo como referência de análise”* para se dar *“ênfase aos fatores sociais e ecológicos que concorrem à incidência de crimes”* (Sento-Sé, 2011, p. 9), verificando-se um afastamento entre as abordagens da criminologia positiva e sociológica. Face ao exposto, situamo-nos nas teorias sociológicas do crime que expõem a importância do meio em que os indivíduos se inserem tendo em consideração a prática de atos criminosos e desviantes por parte dos mesmos. Não é consensual a forma como os inúmeros autores se posicionam relativamente ao tema, contudo, realçamos, neste momento, a definição legal de crime para que se compreenda o conteúdo exposto, isto é, o crime *“é o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais”*².

Sendo esta investigação direcionada para a questão da segurança urbana torna-se vital que se mencionem as incivildades como fortes responsáveis da perturbação social, porém, com consequências e tipificações menos gravosas do que o crime. Neste sentido, as incivildades podem ser compreendidas como *“indelicadezas, gritarias, exibicionismos ruidosos, vandalismos, comportamentos desbragados e atividades de bando de jovens”* (Cotta, 2005, p. 6). Ou seja, são condutas que não se integram e não correspondem ao que é socialmente aceitável conduzindo à estimulação do sentimento de insegurança. A título de exemplo, entre outros, temos os *grafittis* (Fernandes, 1998) que se enquadram na temática da presente investigação ao considerarmos a relevância do desenho urbano na prevenção criminal. Este tipo de procedimento desprestigia a zona em questão e promove a insegurança por se identificar este tipo de comportamentos a grupos minoritários que são vistos pelos indivíduos *“socialmente aceites”* como um dos principais motivos de desordem social.

² Em CPP, art.º1, definições legais.

1.4. SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E MEDO DO CRIME

Ao relacionarmos os dois capítulos anteriores – segurança urbana com crimes e incivildades – compreendemos de uma forma mais precisa o que se entende por sentimento de insegurança. Este conceito pode ser definido como uma *“uma área de convergência temática, funcionando como atrator de tudo quanto, na vida cidadina, seja capaz de gerar medos e evitamentos, rotulando nesse processo certos atores e espaços como responsáveis pelo agravamento das condições da vida coletiva, afetada na sua confiança e, em última análise, atingida nos alicerces do vínculo social”* (Matias & Fernandes, 2009, p. 10).

Numa primeira abordagem ao tema poderá confundir-se medo do crime e sentimento de insegurança, porém, clarificamos de imediato, que o primeiro conceito se traduz num sentimento “real” que tivera origem numa situação concreta. Por outro lado, como diversos autores têm vindo a frisar, o sentimento de insegurança é uma construção social que assenta em diversos fatores e não somente na criminalidade (Leal, 2010; Fernandes & Rêgo, 2011; Carmo, Ascensão, & Estevens, 2018).

O medo do crime traduz-se, como o próprio nome indica, numa preocupação constante que o indivíduo sente em relação ao crime e pode ter consequências preocupantes e significativas como o dano psíquico, o abandono de certas regiões ou descrença pública no estado e nas autoridades de justiça (Ferraro, 1995; Dantas, Persinij, & Silva Júnior, 2006). Neste sentido, Roché (1998, p. 276) alerta para a necessidade que existe em se distinguir riscos objetivos – *“que são antecipados pelos indivíduos com base em várias informações sobre a periculosidade de uma zona e a vulnerabilidade das pessoas”*³ - de vitimização pessoal. A experiência dos amigos e da família, assim como, o destaque que os órgãos de comunicação dão à criminalidade pode, de facto, fazer com que um indivíduo se sinta mais vulnerável e inseguro sem nunca ter sido diretamente vítima de qualquer ato criminoso ou violento (Vaz, Barros, & Fernandes, 2011).

Já o sentimento de insegurança deve ser entendido segundo duas lógicas: objetiva e subjetiva. A lógica objetiva é sustentada pelo resultado do aumento da criminalidade e da violência, enquanto que, a lógica subjetiva assenta na diferença existente entre a criminalidade que efetivamente existe e a percepção que se tem desse fenómeno (Fernandes, 2004; Cotta & Leão, 2013). Roché (1998) designou de modelo *Prexvu* o modo como o sentimento de insegurança pode ser compreendido. Na opinião do autor, os indivíduos tendem a sentir-se mais

³ Tradução nossa.

inseguros na sociedade quanto mais expostos e menos recursos apresentarem para lidarem com atos criminosos e violentos. Ou seja, o sentimento de insegurança resulta da junção da criminalidade existente, a exposição do indivíduo e a sua vulnerabilidade. Na figura 1 encontra-se esquematizado o modelo em questão de forma a ser possível elucidar os principais aspetos a considerar.

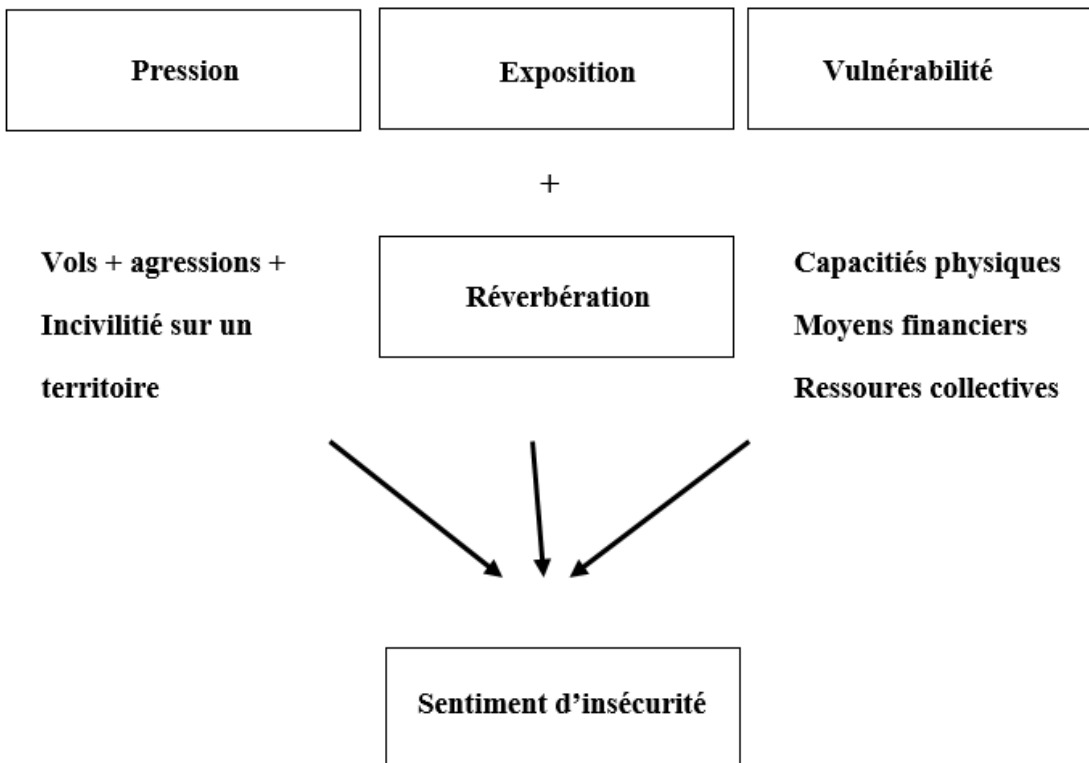


Figura 1 | Modelo *Prexvu*.

Fonte: Roché, 1998, p. 298 in Schemeil, 1985.

Por sua vez, Lourenço (2010, p. 25) acrescenta que o sentimento de insegurança se associa a um estado de ansiedade constante que se reflete na descrença por parte dos atores sociais no Estado em garantir a segurança e a ordem social. Este sentimento é “*uma representação social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais*”, logo, devem existir estratégias que permitam assegurar que os indivíduos se sentem seguros relativamente às circunstâncias que envolvem o seu quotidiano.

O tema da criminalidade é fulcral na compreensão do sentimento de insegurança, porém, não é suficiente para o abranger na sua totalidade. A desconfiança e a incerteza resultam fortemente da presença de atos criminosos e violentos, todavia, existem outros fatores complementares para a existência deste tipo de sentimento. É importante considerar os fatores gerais e coletivos mas não olvidar os individuais (Leitão, 2000). No quadro que se segue encontram-se patentes diferentes elementos que podem influenciar no modo como o sentimento de insegurança é interiorizado, designadamente:

Quadro 1 | Elementos que influenciam o sentimento de insegurança.

Fatores sociais	Comportamentos desviantes	Criminalidade
Exclusão social		
Desemprego de longa duração		Terrorismo
Incerteza no futuro	Incivilidades	Criminalidade organizada
Desigualdades sociais	Consumo de drogas	Violência urbana
Problemas de vizinhança	<i>Grafitis</i>	Criminalidade violenta e grave
Desestruturação familiar	Atos de vandalismo	Pequena criminalidade e delinquência juvenil
Concentração demográfica em áreas urbanas críticas	Degradação do espaço público	
Desertificação das zonas rurais		

Fonte: Adaptado de Cotta (2005), Lourenço (2010) & Ferreira (2013).

1.5. A IMPORTÂNCIA DOS MEDIA NA (IN)SEGURANÇA URBANA

Como mencionado num momento anterior, o sentimento de insegurança resulta de um conjunto de fatores e deve ser analisado como um “objeto fluido” que “*faz convergir em seu torno elementos múltiplos da experiência social e da vivência psicológica dos indivíduos*” (Fernandes & Rêgo, 2011, p. 179). Os aspetos relacionados com a insegurança urbana, segundo Salas e Rico (cit. in Esteves, 1999), são as ideias que se têm relativamente ao crescimento da criminalidade violenta, a experiência pessoal, o sentimento de insatisfação com o sentimento penal, os indicadores do meio envolvente e, por sua vez, a comunicação social que surge como um importante mecanismo que aumenta a percepção “*paranoide do mundo*” (Wober, 1978) na

medida em que os conhecimentos “*disponíveis sobre a realidade criminal é em parte estruturada em função da realidade que é construída e transmitida pelos mesmos*” (Ferreira, 2003, p. 47).

É inegável que a comunicação social contribui positivamente para a vida cidadina quando desenvolve um trabalho de prevenção criminal, isto é, quando torna possível que os indivíduos se consigam precaver de possíveis atos criminosos e violentos. Todavia, são as conotações negativas que predominam quando associamos este conceito à segurança. Para além das notícias sobre a criminalidade aumentarem as “*representações inequívocas sobre a insegurança*” (Rosa, Souza, Oliveira, & Coelho, 2012), as mesmas também promovem que se evitem certas zonas urbanas, assim como, certos grupos sociais. Vejamos, o aumento de atitudes preventivas por parte dos atores sociais provoca, inevitavelmente, que estes adotem comportamentos geográficos concretos na medida em que os principais lugares que habitualmente frequentam são os de residência, de lazer e de exercício da atividade económica. Quando passam a perceber certos lugares como perigosos, os indivíduos passam a contribuir para a expansão de territórios degradados e excluídos o que leva à segregação social (Vaz, Barros, & Fernandes, 2011). Neste sentido, ainda seguindo a mesma linha de pensamento, verifica-se que existe interesse por parte de certos poderes políticos (Leal, 2010) na informação fornecida pelos *media*, pois, a comunicação social contribui fortemente para que certos comportamentos sejam considerados socialmente e moralmente reprováveis em virtude de outros, levando à estereotipificação do discurso do medo e transmitindo a ideia de que existe o “nós” e existe o “outro” (P. Machado, 2008). O termo “outro” associa-se ao estigma, a indivíduos considerados socialmente frágeis e diferentes por algum motivo.

Lourenço (2010) acrescentou que a insegurança urbana tem essencialmente origem na ação dos mediadores políticos visto que não lhes é difícil utilizar a comunicação social como um “*elemento sensibilizador*” que classifica os indivíduos na sociedade e determina algumas zonas como perigosas e inseguras. Este tipo de raciocínio direciona-nos para o conceito de pânico moral que se associa à teoria da rotulagem e se define pela influência que a comunicação social assume na difusão de informações sendo que não só contribuem para se rotularem determinados indivíduos ou condutas como desviantes como também para o exagero da realidade que

“aumenta em desproporção o perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais” (Miskolci, 2007, p. 114)⁴.

2. PREVENÇÃO CRIMINAL E ESPAÇO CONSTRUÍDO

Ao longo dos anos tem sido modificada a forma como se investiga e analisa o crime de modo a que as respostas aos problemas sejam eficazes. Atualmente os criminólogos procuram realizar um trabalho flexível enquadrando quatro vertentes: o criminoso, a vítima, o crime e o controlo social (Felson, 1994; Sento-Sé, 2011; Filho, 2016). É tendo presente o objetivo desta investigação que se compreende que a vertente em análise é a do controlo social, ou seja, o foco deverá ser a prevenção criminal e a importância de medidas com base no espaço construído que permitam manipular as oportunidades das características físicas para a diminuição de ocorrências criminais (Brantingham & Faust, 1976; Marzbalia, Tilaki, Abdullah, & Razak, 2012).

Nos termos do artigo n.º 2 da decisão 2009/902/JAI do Conselho que cria uma Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade, a prevenção criminal “*abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas*”.

Face ao exposto, concordamos que a prevenção criminal é considerada um dos mecanismos existentes que permite dissuadir e prevenir atos criminosos e violentos que deve estar associado a diferentes instituições imprescindíveis na redução da criminalidade e do sentimento de insegurança. De forma a que isto seja possível é necessário que se conheçam as ameaças e riscos à segurança para que sejam “*implementados métodos de prevenção para combatê-los*” (Welsh & Farrington, 2010, p. 7)⁵.

2.1. A CRIMINOLOGIA AMBIENTAL

No século XX surgiram os primeiros estudos do crime que descentralizaram a figura do indivíduo e “*deslocaram as dinâmicas do crime para a prevenção da conduta criminal*” (Valente, 2015, p. 12) nomeadamente considerando a importância do ambiente físico na

⁴ A definição do conceito de pânico moral é posteriormente objeto de consideração específica.

⁵ Tradução nossa.

prevenção de condutas criminosas e desviantes. É fundamentando este raciocínio que nos incidimos na criminologia ambiental e compreendemos que as características de um determinado espaço são determinantes para que um crime ocorra. A principal ideia defendida nesta abordagem é que se devem reduzir as oportunidades para que o criminoso se sinta motivado a atuar (Ferreira, 2003; Dantas, Persinij, & Silva Júnior, 2006; Ricardo, Siqueira, & Marques, 2013) sendo que as “*teorias vinculadas à criminologia ambiental*” são fundamentais “*pois lidam com as causas situacionais imediatas dos eventos relacionados com o crime*” (Poiares, 2019). Neste sentido, referimos a existência de três teorias marcantes que revelam a importância dos fatores ambientais no processo da tomada decisão do criminoso: a teoria das atividades rotineiras, a teoria da escolha racional e a teoria do padrão criminal⁶.

Na teoria das atividades rotineiras a ideia primária é a existência de uma triologia para a ocorrência de um crime, designadamente: um criminoso motivado, a ausência de um guardião e uma vítima ou alvo disponível. É quando existe o culminar destas três variáveis que mais se propícia a criminalidade, como tal, existe a necessidade de se refletir sobre todas as hipóteses de modo a reduzir o risco (Beato, Peixoto & Andrade, 2004; Kleemans, Soudijn & Weenink, 2012). Ronald Clarke (1997) foi considerado o primeiro autor a incidir-se nesta abordagem e a “*explicar padrões comportamentais do criminoso a partir da relação desse com o ambiente em que está inserido*” (Matsunaga, 2016, p. 2).

Já na teoria da escolha racional, como o próprio nome indica, o criminoso é entendido como um ser racional que calcula os riscos e os benefícios e os coloca numa balança de igualdade procurando o caminho mais lucrativo na medida em que “*o (potencial) delinquente tende a não atuar em situações que envolvam demasiados riscos* (Heitor, 2009, p.132). Isto é, existe a tendência para que os indivíduos não pensem nas consequências futuras mas somente em resultados imediatos, logo, diminuir os benefícios resulta simultaneamente num mecanismo dissuador no momento de atuar (Cornish & Clarke, 1986; Maxfield, 1987).

Na teoria do padrão criminal, a prevenção criminal torna-se eficaz porque se agrupam as diferentes variáveis e as respetivas características a considerar na ocorrência do crime. Ou seja, se as autoridades competentes conhecerem bem o local, quais as possíveis vítimas e os possíveis criminosos, qual o tipo de infração e o tipo de procedimento torna-se mais fácil delimitar o tipo de estratégia necessária para que se incida no foco do problema na medida em que “*a*

⁶ Em Anexo A.

especificidade das áreas e de tempo são condicionantes para o cometimento de determinadas tipologias criminais” (Elias, 2008, p. 447).

2.2. A PREVENÇÃO SITUACIONAL DO CRIME

A partir da década de 50 existiu um alargamento do estudo da criminologia e deixou de ser central somente o tratamento do criminoso para começar a estar presente a prevenção de natureza social surgindo, neste contexto, o ramo preventivo da criminologia (Gomes, 2005). Na década de 60 surgiu a prevenção situacional que se traduz numa das mais relevantes teorias no paradigma da criminologia moderna. Segundo Sento-Sé (2011, p. 31) a prevenção situacional apresenta uma abordagem apoiada no caráter utilitarista na medida em que este tipo de comportamento proativo se baseia em aumentar os riscos e diminuir as oportunidades para que os criminosos atuem o que significa que *“a prevenção implica intervir em espaços onde há incidência de determinados tipos de delitos”*.

Do ponto de vista histórico é possível remeter a prevenção situacional para o século XX com a criação da primeira Escola de Chicago. Com a expansão das cidades e com o impacto da industrialização no quotidiano dos indivíduos verificaram-se alterações societárias a todos os níveis, nomeadamente *“uma crescente complexidade dos processos de mobilidade e estratificação social, à diversificação cultural e, sobretudo, à predominância das relações sociais secundárias”* (H. Machado, 2008, p. 82) que promoveu a desordem e, por sua vez, deu origem a atos criminosos e violentos e às incivilidades.

Quando nos debruçamos na prevenção situacional a metodologia adotada deverá corresponder a três etapas: a primeira etapa é a análise pormenorizada da zona e do tipo de crimes cometidos, a segunda etapa diz respeito a uma reflexão da análise realizada na etapa anterior e de que forma deverão ser reduzidas as oportunidades e a terceira etapa estabelece quais os organismos que poderão atuar com base nas estratégias adotadas (Litton cit. in Gomes, 2005). Esta informação permite que se compreenda a necessidade de estudos que visam dar respostas eficazes a problemas vivenciados nos centros urbanos com base na antecipação, na previsão e em investigações que se foquem em medidas proativas e, simultaneamente, reativas.

A prevenção situacional do crime corresponde a uma dimensão da prevenção criminal tratando-se de uma *“corrente que defende que a criminalidade, a delinquência e as incivilidades”* se apoiam em *“fatores de natureza circunstancial que, devidamente manipulados, poderiam*

resultar no controlo de atos criminosos” (Elias, 2008, p. 446). No quadro que se segue encontram-se sintetizadas as principais técnicas de prevenção situacional que permitem reduzir as oportunidades para a existência de atos ilícitos.

Quadro 2 | Técnicas de prevenção situacional.

Aumentar a dificuldade do crime	Aumentar os riscos	Reduzir os ganhos
Proteger os alvos	Controlar as entradas e saídas	Eliminação de alvos
Dificultar os acessos	Vigilância natural	Identificação de bens
Orientar o público	Vigilância formal	Afixação de regras claras
Restringir o acesso aos instrumentos do crime		

Fonte: Clarke cit. *in* Elias (2008, p. 474).

Neste tipo de dinâmica as FS não perdem expressão, porém, existe a convicção de que a comunidade não pode ser desprezada e que a *“difusão recíproca da informação tem de ser feita”* (Saraiva, 2008, p. 21) na medida em que a participação dos cidadãos na vida social é fulcral para que se entendam os problemas existentes e, por sua vez, se criem laços de solidariedade que permitam criar *“exercícios de cidadania”* exemplares (Sani & Nunes, 2013). Assim, parte-se do pressuposto que é importante formas de controlo informal porque *“realmente, as pessoas mais aptas para prevenir crimes não são os policiais (que raramente estão por perto para descobrir os crimes no ato), mas antes os vizinhos, os amigos, os parentes, os transeuntes ou o proprietário do objeto visado”* (Clarke & Felson, 1993 cit. *in* Beato, Peixoto & Andrade, p.75).

3. MODELO CPTED

O paradigma CPTED, que significa *Crime Prevention Through Environmental Design*, surgiu na década de 60 do século XX, no resultado de diversas investigações apoiadas na importância de se repensar a relação existente entre ambiente físico e criminalidade. Considera-se o CPTED como uma *“das ferramentas mais eficazes na prevenção criminal”* (Fernandes, 2017, p. 14) na medida em que o espaço físico e, conseqüentemente, social são analisados e

construídos com base na redução das oportunidades para comportamentos delinquentes e visando o bem-estar coletivo.

O modelo CPTED remete-nos para parte da criminologia ambiental pelo modo como se consideram as “*condições ambientais e as oportunidades que promovem o crime ou outros comportamentos não intencionais e indesejáveis*” (Zahm, 2007, p. 5)⁷, o que se repercute no sentimento de insegurança e na forma como os indivíduos se relacionam e se apropriam do espaço.

3.1. ORIGEM DO MODELO CPTED

Na década de 60, surgiram os primeiros estudos que tinham como premissa o paradigma CPTED e começou-se a analisar a prevenção criminal com base no espaço físico onde os atores sociais atuam. A socióloga Elizabeth Wood é dos primeiros nomes apontados quando nos incidimos na presente temática, nomeadamente pela forma como a autora expôs a necessidade que existia em restaurar espaços degradados e sem qualquer utilidade, principalmente em bairros de classes mais baixas procurando, assim, diminuir o sentimento de insegurança e criar atividades em zonas vazias sendo que “*o arquiteto deve encontrar um design que gere boas atividades e que garanta que a presença de pessoas evitará o vandalismo e uso indevido*”⁸ (Wood, 1961, p. 21).

As ideias apresentadas por Wood foram efetivamente significativas, todavia, a falta de trabalho empírico foi marcante para não serem consideradas válidas e rigorosas. Face ao exposto, Jane Jacobs – escritora e conhecedora de arquitetura - continuou o estudo desenvolvido por Wood e defendeu que eram necessárias três qualidades para a prevalência da segurança urbana: a separação entre espaço público e privado, um número considerável de pessoas na rua de modo a aumentar a vigilância natural e, conseqüentemente, o que designou como “*olhos na rua*”⁹ que se compreende como o aumento de controlo informal pelos proprietários naturais da rua que previnem comportamentos indevidos (Cozens & Love, 2015; Jacobs, 1992).

Até aquele momento já existiam interessantes trabalhos nesta vertente, mas só em 1971 se mencionou pela primeira vez o acrónimo CPTED com a obra do criminologista Ray Jeffery:

⁷ Tradução nossa.

⁸ Tradução nossa.

⁹ Tradução em português da expressão original “*eyes on the street*”.

Crime Prevention Through Environmental Design. O autor procurou desenvolver estratégias com base na prevenção situacional, ou seja, estratégias que manipulem a oportunidade para ocorrências criminais não só através da alteração de aspetos relacionados com o meio urbano como também a inclusão dos indivíduos na proteção e manutenção do espaço. É segundo estas ideias que podemos afirmar que Jeffery “compreendeu a importância da relação entre o meio ambiente, os fatores biológicos e os psicológicos” (Fernandes, 2010, p. 14) pois, o autor não só se incidiu em programas de prevenção criminal como na gestão do espaço e no próprio comportamento criminoso (Neves, 2012).

Nos anos 70, Oscar Newman apresentou a sua obra *Defensible Space: Crime Prevention Through Environmental Design* (1972) onde se incidiu na relação existente entre as taxas de criminalidade e o *design* urbano, mais precisamente, focando-se em dois bairros de Nova Iorque: *Brownsville* e *Van Dyke*. O autor argumentou que zonas com elevado número de moradores poderiam levar ao afastamento, isolamento e anonimato entre os mesmos e, por sua vez, à falta de interesse, de vigilância e preservação da própria área habitacional. Na opinião do autor, é fulcral que o *design* seja tido em consideração quando se fala em prevenção criminal, ou seja, Newman apresentou um “conjunto de estratégias direcionadas para a reestruturação dos espaços residenciais das cidades” (Carvalho, 2015, p. 22), tendo como premissa que os residentes eram os principais “responsáveis” na diminuição de crimes e incivildades (Walsh, 1999). Um espaço defensável deve ser entendido como “um ambiente residencial cujas características físicas funcionem como uma forma dos próprios habitantes se tornarem agentes-chaves na garantia da segurança”¹⁰ (Newman, 1973, p. 50).

Compreendemos, assim, que para existir um espaço urbano mais seguro devem estar presentes quatro elementos de *design* fundamentais: o sentimento de territorialidade, de vigilância, de imagem e meio e de justaposição geográfica (Saraiva, 2008; Cozens & Love, 2015). As ideias apresentadas por Newman mostraram-se essenciais para o CPTED pela forma como o autor explorou conceitos chaves e compreendeu que o sentimento de pertença tem efetivamente influência na criminalidade não só quando os residentes se envolvem na proteção dos espaços e os tornam mais vigiados, zelados e pessoais mas também quando interiorizam a necessidade de participar a criminalidade existente às autoridades responsáveis (Newman, 1972; Heitor, 2001).

¹⁰ Tradução nossa.

No âmbito do paradigma CPTED têm sido realizadas inúmeras investigações desde a década de 90. Na impossibilidade de serem mencionadas todas, segue-se o presente quadro que permite uma visão sintetizada dos principais autores envolvidos com base nas diferentes abordagens existentes.

Quadro 3 | Autores relevantes no paradigma CPTED.

Tema	Investigador	Ano
Estudo associado às agendas de sustentabilidade e saúde pública	Lorraine Gammam Rachel Armitage	2009
	Plaster Carter	2003
	Paul Cozens	2002
	Chrisna Du Plessis	1999
Estudo com foco na tutela dos residentes no âmbito do paradigma CPTED	Danielle Reynald Henk Elfers	2009
Estudo da prevenção situacional do crime e da teoria das oportunidades	Ray Jeffery	1993
	Diane Zahm	
	Ronald Clarke	1986
	Derek Cornish	
Marcus Felson	1979	
Estudo da arquitetura do espaço e da segurança física	Carolyn Whitzman	1995
	Gerda R. Wekerle	

Fonte: Adaptado de Cozens e Love (2015).

3.2. 2.^a GERAÇÃO CPTED

Ao longo do tempo, mais especificamente desde os anos 60, surgiram diversos estudos focados na correlação entre espaço urbano e criminalidade, todavia, estas abordagens eram principalmente direcionadas para a influência das características arquitetônicas. Apesar da notável contribuição das investigações mencionadas anteriormente para o paradigma CPTED, existiram lacunas práticas e teóricas consideráveis que incentivaram a um melhoramento por parte dos autores da 2.^a geração CPTED.

Quando nos debruçamos na 2ª geração CPTED existem dois nomes que merecem automaticamente destaque: Diane Zahm e Timothy Crowe. Estes autores procuraram desenvolver as suas investigações com base no pressuposto inicial, porém, tendo em consideração também as características sociais na medida em que se deve entender que “*o crime e a vitimização são explorados em relação ao lugar e modos de atividade baseados em factos espaciais sendo que a prevenção do crime através do design ambiental tem foco nas relações entre as pessoas e o meio ambiente*”¹¹ (Kamalipour, Faizi, & Memarian, 2014, p. 153).

Crowe (1991) na obra “*Crime Prevention Through Environmental Design: applications of architectural design and space management concepts*” sublinhou a ideia de que a prevenção criminal assenta na antecipação cuja finalidade é diminuir ou suprimir ocorrências criminais. Isto é, quando existe uma análise adequada aos problemas existentes é mais fácil compreender “*o que está a funcionar, onde está a funcionar e por que está a funcionar (ou não está a funcionar)*”¹² (Zahm, 2007, p. 36). Para o autor, era crucial que se considerasse os fatores sociais, físicos e psicológicos como elementos fundamentais para a redução de crimes e incivilidades (Ferreira, 2013).

Segundo Saville e Cleveland (1997) existem 4 conceitos que definem a nova geração CPTED: coesão social, conectividade da comunidade, cultura comunitária e capacidade limiar, ou seja, o ambiente físico por si só não perde expressão mas devem ser incluídos outros aspetos importantes da comunidade que segundo os autores são as “*estruturas da família, do pensamento e, o mais importante, do comportamento*”¹³ (Saville & Cleveland, 1997, p. 1). Estes conceitos regem e estabelecem os princípios subjacentes ao novo paradigma CPTED, designadamente: a vigilância natural, o reforço da territorialidade, a manutenção do espaço, o controlo natural de acessos e incentivo a atividade (Zahm, 2007; Saraiva, 2008; Ekblom, 2011; Ferreira, 2013). Embora estes aspetos também façam parte da 1ª geração CPTED, são agora abordados numa nova dimensão.

A vigilância natural é um princípio onde se parte do pressuposto, como o próprio nome indica, que deve existir uma observação constante. Pelo facto dos criminosos não quererem ser detetados, o ambiente físico deve oferecer as condições necessárias para que se veja e se seja visto não só como uma forma de prevenir ocorrências criminais através da dissuasão (isto é, o

¹¹ Tradução nossa.

¹² Tradução nossa

¹³ Tradução nossa.

medo de se ser visto) mas também como uma forma de existir uma rápida atuação caso se verifiquem comportamentos indesejáveis (Heitor, 2009).

O reforço da territorialidade presume a delimitação clara de espaços públicos, semipúblicos e privados¹⁴ na medida em que “*os cidadãos mostram-se dispostos a proteger não apenas o espaço que lhes pertence, como também aquele que, apesar de não lhes pertencer, sobre ele exercem algum controle*” (Fernandes, 2017, p. 18). Este princípio pode ser associado ao sentimento de pertença e comunidade pela forma como os atores sociais tendem a ter mais preocupação com espaços que considerem ser da sua responsabilidade.

O princípio da manutenção do espaço pressupõe que o zelo e o cuidado que existe por um determinado ambiente físico influencia a segurança através do uso que é feito do mesmo. Investir na qualidade do espaço é um fator decisivo para uma correta apropriação do mesmo sendo que aspetos relacionados com a iluminação, o pavimento e a limpeza podem ser fulcrais para o tipo de atividade resultante.

No controlo natural de acessos está presente a ideia de que os indivíduos devem ter consciência da forma como utilizam o espaço através da existência de elementos (simbólicos ou reais) que delimitem o mesmo produzindo “*a percepção de risco ao potencial ofensor*” (Ferreira, 2013, p. 113). Todavia, deve-se considerar que estas medidas podem limitar “*os movimentos também das potenciais vítimas*” visto que “*apesar de dificultarem a prática do crime, podem ainda dificultar a fuga das vítimas ou um pedido de ajuda*”¹⁵.

O incentivo à atividade relaciona-se com todos os outros princípios pela associação marcante ao sentimento de pertença, à apropriação do espaço e ao “estabelecimento” de certas atividades. Ou seja, um espaço deve ser pensado com base nas características específicas de cada comunidade de forma a aumentar a rentabilidade e utilidade do mesmo e, por sua vez, a diminuir oportunidades para a prática de comportamentos inoportunos.

3.3. A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE FÍSICO NA PREVENÇÃO CRIMINAL

O paradigma CPTED tem-se progressivamente destacado não só no sentido teórico – com a realização de inúmeras investigações-, como no sentido prático através de estratégias de prevenção criminal que se sustentam nos participantes CPTED, designadamente: a comunidade,

¹⁴ Como consta no Anexo C.

¹⁵ Guia de Boas Práticas, 2013, p.3.

os representantes de associações da comunidade, o governo, a comunidade empresarial e as instituições (Zahm, 2007).

É importante que se compreenda que o ambiente físico tem influência na criminalidade e no sentimento de insegurança pela forma como a vulnerabilidade se associa ao controlo prático e simbólico de uma situação (Roché, 1998). Elementos como a falta de iluminação, a degradação dos edifícios, o lixo, inexistência do sentimento de pertença e comunidade, lugares fechados podem “*contribuir de forma acentuada para a diminuição dos sentimentos de domínio e de controlo sobre alguns espaços urbanos*” (Ferreira, 2003, p. 46).

Face ao exposto, e como enunciado no Guia das Boas Práticas (2013), os princípios devem-se inserir na abordagem 3-D: designação, definição e *design*¹⁶. Isto é, um espaço deve ter um objetivo, uma definição (social, cultural, legal e física) e um desenho claramente definido de modo a que se promova “*a segurança urbana através de indicações que reduzem as oportunidades de situações de insegurança*”¹⁷. Seguindo a mesma linha de raciocínio é possível constatar que, segundo Ferreira (2013, p. 127), existem alguns critérios mensuráveis de diagnóstico que condicionam a prática criminal e que contribuem para um espaço público urbano mais seguro, nomeadamente: a infraestrutura local, as edificações, os elementos construídos, os elementos vegetais (estrutura verde), a permeabilidade visual, as condições de iluminação e as características dos elementos escolhidos.

A avaliação é uma fase imprescindível para que as estratégias funcionem de acordo com as potencialidades de cada espaço, como tal, aplica-se o processo SARA para que se tenha conhecimento de cada problema de forma detalhada e isolada. De acordo com Zahm (2007, p. 11) o paradigma CPTED deverá adotar um conjunto de estratégias que possibilitem considerar quatro questões: *Qual é o problema? Por quê neste lugar? O que pode ser feito para resolver o problema? Como está a correr?*¹⁸. A sigla SARA, que se designa por *scanning, analysis, response* e *assessment*, é fundamental durante todo o processo porque permite uma avaliação adequada ao ambiente físico e que se evitem gastos desnecessários de recursos, pois, cada espaço urbano carece de uma abordagem diferente pelas singularidades que lhes estão subjacentes.

¹⁶ Para informações complementares consulte o Anexo B.

¹⁷ Guia de Boas Práticas, 2013, introdução.

¹⁸ Tradução nossa.

II | ESTADO DA ARTE

1.1. O SENTIMENTO DE (IN)SEGURANÇA NAS CIDADES

O conceito de cidade é vago e abrange um conjunto de fatores que devem ser enquadrados numa vertente sociocultural que permita desmitificar a definição da mesma e compreender a importância dos atores sociais no seu desenvolvimento e vice-versa. É na cidade que se procede a maior parte das atividades sociais, administrativas, culturais, económicas e políticas e que se verifica uma considerável taxa demográfica que é apontada primorosamente como um forte indicador para a sua definição.

As cidades devem ser entendidas como centros que refletem a estrutura de toda a área envolvente sobre a qual têm influência (Ferreira, 2013) e que se identificam por práticas quotidianas próprias que não se limitam somente às suas “fronteiras”, como tal, a prosperidade associada às mesmas permite que se tornem “*centros de poder em relação às áreas circundantes e a povoações mais pequenas*” (Giddens, 2009, p. 223). As cidades caracterizam-se por zonas naturais de competição, invasão e seleção (Park, 1952) pela forma distinta como os indivíduos se adaptam no meio urbano e se posicionam de acordo com as suas características sociais. Estudar esta temática é aceitar que um único lugar é composto por uma multiplicidade de intervenções que resultam na concentração de diferentes bens culturais (Argan, 1993).

A cidade e espaço público são dois conceitos que devem ser entendidos separadamente mesmo que a cidade seja o “*espaço público por excelência*” (Narciso, 2009, p. 266). Ou seja, o espaço público define-se como um lugar de livre uso e acesso que se simboliza como palco principal das relações humanas associando-se à apropriação e socialização. Segundo Wellington (2006) (cit. in Saraiva, 2008, p. 7) o espaço público situa-se em “*áreas centrais urbanas ou centros suburbanos que podem ser ruas, parques, locais de estacionamento público, propriedade privada de acesso público fora de edifícios, e restantes equipamentos onde não há separação formal entre espaço público e privado*”. Assim, é o modo como cada indivíduo se relaciona no espaço que confere sentido ao mesmo, sendo fulcral compreender que são as alterações culturais e quotidianas que proporcionam novos significados ao espaço de acordo com a utilização feita pelos cidadãos (Serdoura, 2006).

O espaço público é mutável no tempo e deve ser analisado como tal. Deve-se aceitar a ideia de que são os indivíduos que constroem o espaço em que eles próprios se inserem na

medida em que o espaço público deve ser visto como um local plurifuncional da vida urbana que é *“moldado por agentes públicos e privados que oferecem ‘qualidade’ aos seus utilizadores”* (Serdoura, 2006, p. 79). Com base nesta linha de pensamento, concordamos com Giddens (1992, p. 29) quando o autor afirma que a vida social moderna faz parte de um processo de reflexividade visto que *“as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente o seu caráter”*.

O espaço público é utilizado por diversos atores sociais que não o percebem da mesma maneira e que atuam de acordo com diferentes ideologias, todavia, independentemente da apropriação que cada indivíduo faz do espaço, este deve ser desenhado com base no uso adequado, isto é, considerando a relação que os sujeitos têm com o mesmo e evitando-se o aparecimento de crimes e incivildades. Sendo o espaço público pensado para os seus utilizadores é imprescindível que se conheçam previamente as características dos mesmos e se tenha presente que o desenho urbano não pode ser pensado de forma fechada como se fosse *“um produto acabado, que não vive o tempo da cidade, nem o tempo de interpretação dos seus usuários”* (Narciso, 2009, p. 279).

Numa perspetiva histórica é possível constatar que as cidades, no sentido genérico da palavra, têm sofrido diversas mudanças, porém, as principais alterações estruturais deveram-se ao processo de industrialização. No século XVIII verificou-se uma expansão urbana considerável e, conseqüentemente, a diminuição da população em zonas rurais, porém, só no século XX começou a ser notório que o desenvolvimento das cidades modernas *“teve um grande impacto não só nos hábitos e modos de comportamento mas também nas formas de pensar e de sentir”* (Giddens, 2009, p. 237).

Na visão de alguns autores, as dinâmicas de funcionamento do espaço urbano promovem o afastamento entre os indivíduos e a perda dos laços comunitários (Simmel, 1903; Tonnies, 2001) o que se traduz na quebra de formas habituais de controlo social (Jacobs, 1992) e numa solidariedade distante (Leal, 2010). Em suma, mesmo que nas cidades o número de habitantes seja superior do que em zonas rurais, existe a tendência para os agentes sociais se afastarem e preferirem o anonimato. Por outro lado, Giddens (2009) defende que a cidade pode enfraquecer as relações sociais mas também pode aumentar a intimidade entre os cidadãos pela diversidade que a própria representa.

É nesta lógica que se confere que o aparecimento das sociedades industrializadas e urbanizadas se fizeram acompanhar de rápidas mudanças estruturais que implicaram a manifestação de comportamentos criminosos imulsionados pela desordem social e segregação socioespacial que se deveu maioritariamente à fraca coesão social – explicada pelo isolamento – e se espelhou em relações de vizinhas e entreajuda enfraquecidas (Mateus, 2013). Neste sentido, importa realçar que os comportamentos criminosos e indesejáveis são transversais a toda a sociedade, contudo, existe a tendência para que as cidades sejam consideradas zonas de risco pela forma como a expansão urbana “*leva ao crescimento destas sem o devido acompanhamento das estruturas físicas e sociais que garantem urbanidade e a conseqüente qualidade de vida*” (Vaz, Barros, & Fernandes, 2011, p. 182).

Na década de 60 do século XX existiu um aumento considerável da criminalidade que só diminui e/ou estabilizou a partir dos anos 90 (Lourenço, 2010). Em parte, uma das justificações plausíveis assenta no facto de se ter verificado a existência de bens patrimoniais, nas sociedades ocidentais, como nunca se tinha visto. A sociedade de consumo propiciou o aparecimento de atos criminosos que se direccionaram principalmente para furtos e roubos (Cusson cit. in Ferreira, 2003). Ainda neste contexto, Fernandes (2006, p. 10) argumenta que os indícios de desordem social sentidos em zonas urbanas, principalmente nos anos 80, se explicam pelas modificações no mercado de trabalho que proporcionaram “*o empobrecimento de largas camadas populacionais*”.

Os comportamentos indesejáveis sem precedentes que se verificaram nos países industrializados conduziram a estudos com base nas novas dinâmicas sociais que se vivenciaram em meio urbano, mais precisamente, estudos focados na violência urbana. Violência urbana é um conceito de difícil definição que implica uma visão holística por envolver um conjunto de fatores, porém, é aceitável afirmar que é um fenómeno social influenciado por características inerentes ao espaço urbano como, por exemplo, a heterogeneidade e a densidade populacional (Esteves, 1999; Oliveira, 2000; Indovina, 2001).

Lourenço (2010, p. 22) sintetiza os aspetos que considera serem determinantes na compreensão deste conceito defendendo que se associa a atores jovens, que são acções pouco organizadas e atos sem qualquer propósito definido (violência gratuita) sendo que a violência normalmente está ligada a espaços públicos, simbólicos ou físicos. De uma forma geral, e parafraseando o autor, a violência urbana embarca uma diversidade de atos desviantes que

podem ir das incivildades ao crime que, inevitavelmente, se repercute na forma como os indivíduos percebem a segurança urbana.

A segurança *“como conceito protecionista, como direito civil e como direito político fundamental, associado ao Estado moderno e às democracias é hoje um conceito complexo”* (Araújo, 2018, p. 25) na medida em que vivemos atualmente sujeitos a ameaças tendencialmente imprevisíveis que abrangem fenómenos que não passam só pela criminalidade. Beck (1986) definiu como sociedade de risco a desordem mundial que se vivencia onde o quotidiano dos indivíduos é marcado pela incerteza, o medo e a desconfiança. A crise dos refugiados, os ataques terroristas, as doenças e os riscos naturais são alguns dos exemplos que marcam a atualidade que é dominada *“por uma política de medo e instabilidade que provoca a alienação da promessa democrática”* (Poiães, 2014, p. 19).

Seguindo o raciocínio de alguns autores, os Estados apresentam-se incapazes de suprimir tanto atos criminosos que afetam diretamente os direitos humanos como todas as outras ameaças associadas ao processo de globalização (Beck, 1986; Giddens, 2000; Valente, 2017a; Araújo, 2018). Giddens (1992, p. 50) definiu globalização como a *“intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância”* sendo que este fenómeno transformou as fronteiras em marcas territoriais que apenas delimitam o espaço e clarificou a ideia de que a segurança não deve ser analisada de forma isolada na medida em que os riscos e as ameaças não são estáticos e promovem *“o sentimento de insegurança na sociedade, pela percepção dos riscos improváveis que, a qualquer momento, podem vitimizar o cidadão”* (Araújo, 2018, p. 28).

São efetivamente preocupantes as incertezas que marcam o século XXI, porém, também é plausível que este crescente estado de ansiedade se traduz, frequentemente, numa percepção da realidade que nem sempre corresponde à realidade. Vejamos, apesar de a *“criminalidade em Portugal apresentar níveis inferiores à média registada na União Europeia”* e ser *“um dos países mais seguros do mundo”* (RASI, 2018) verificando-se que *“a criminalidade em Portugal tem vindo a descer de forma sustentada ao longo dos últimos anos atingindo níveis de criminalidade bastante baixos quando comparados com a grande maioria dos países desenvolvidos”* (RASI, 2019) é considerado um país inseguro. Segundo Carmo, Ascensão e Estevens (2018) este sentimento explica-se pela população envelhecida, a incerteza no futuro e a

existência de incivildades principalmente em zonas urbanas. Frias (2004) acrescenta que o sentimento de insegurança é uma construção social do meio que não se repercute nos indivíduos da mesma forma na medida em que este conceito pode ser influenciado por um conjunto de fatores associados à ocupação do agente na estrutura social e está dependente da “*significação que, em cada momento histórico, atribuímos ao diferencial existente entre os valores dominantes e as práticas sociais*” (P. Machado, 2008, p. 16).

Os crimes e as incivildades não são os únicos aspetos que condicionam o sentimento de insegurança. Num mundo cada vez mais globalizado a comunicação social assume o papel de extrema importância no modo como interiorizamos diversos fenómenos (Matias & Fernandes, 2009). Em 1971 foi utilizado pela primeira vez o conceito de pânico moral que tem vindo a ser revisto até hoje por diversos autores. De uma forma geral, entende-se pânico moral como um conceito que está nas mãos dos *media*, dos grupos de pressão e dos políticos que utilizam a visibilidade que têm para persuadir a opinião pública através do exagero de um determinado acontecimento e encobrirem episódios de superior relevância (Machado, 2004a; Gomes, 2015).

Neste sentido é fácil compreender que os *media* exageram “*na importância do crime na vida das pessoas, pelo que noticiam e pela forma como noticiam*” (Gomes, 2015, p. 86) dado que na maior parte das vezes quando são traçados mapas da criminalidade objetiva não correspondem às observações feitas pelos mesmos (Katz cit. in Gomes, 2015). Machado e Santos (2009, p. 5) defendem que a comunicação de massa tem como objetivo “vender” o crime de forma a aumentar as audiências através de “*dramas comercializados*” sendo que procuram o “*interesse do público*” e não o “*interesse público*”, não inculcando necessariamente valores cívicos na sociedade, ou seja, a comunicação social adota “*estratégias mais “reativas” (noticiação simples) do que “construtivas” (tematização)*” (Guibentig, 2012, p. 88).

É neste contexto que, por norma, quando associamos o pânico moral à insegurança urbana e a atos criminosos ou desviantes, são as classes menos favorecidas as mais prejudicadas na medida em que possuem menos recursos e, por sua vez, constituem-se como “*agentes identificados da desordem, através da construção de um núcleo duro de atributos, frequentemente baseados em estereótipos prévios sobre estes*” (Cohen cit. in Machado, 2004b, p. 62). Seguindo esta linha de raciocínio é possível constatar que a ênfase que a comunicação de massa dá às ocorrências criminais incrementa, frequentemente, o sentimento de insegurança de forma desnecessária (Gomes, 2015) e promove a ideia de que determinadas zonas e grupos

sociais devem ser evitados, contribuindo, inevitavelmente, para a existência de uma visão classificatória da sociedade (Lourenço, 2010).

Do ponto de vista académico consideramos pertinente frisar a teoria da rotulagem de forma a clarificar o impacto que tem a “*(des)informação sobre os transgressores nas notícias criminais*” (Gomes, 2015, p. 87) na medida em que os *media* também contribuem para rotular determinados indivíduos na sociedade e estabelecerem o que é considerado desvio. Assim, e seguindo a linha de pensamento de Leal (2010, p. 404), é factual que “*nas sociedades modernas, com a profusão de meios de comunicação, e de transmissão de informação, facilmente esse sentimento (de insegurança) é alimentado por uma imagem subjetiva e enviesada da delinquência*”.

Nos anos 70 verificou-se um desenvolvimento do objeto de estudo da criminologia passando esta a designar-se “criminologia nova” ou “crítica” onde surgiram diferentes perspetivas: perspetiva interacionista, etnometodologia e criminologia radical (Dias & Andrade, 1984). A teoria da rotulagem enquadra-se no interacionismo simbólico onde está presente a ideia de que existe uma substituição da vertente etiológico-explicativa no estudo do crime, do desvio e das incivilidades (Becker, 1963; H. Machado, 2008), isto é, “*as questões centrais da teoria e da prática criminológicas deixam de ser reportar ao delinquente ou mesmo ao crime para se dirigirem sobretudo ao próprio sistema de controlo, como conjunto articulado de instâncias de produção normativa*” (Dias & Andrade, 1984, p. 43).

Acompanhando o raciocínio de Indovina (2001, p. 24) - verifica-se que os indivíduos predispostos à delinquência são todos aqueles que “*apresentem uma “diversidade” ou os que mostram um traço não adequado à moral vigente*”, confirmando a ideia de que, por vezes, são fabricadas imagens pré-concebidas dos atores sociais como uma forma de responsabilizar alguém pela falta de ordem social. Leal (2010) acrescenta que o sentimento de insegurança é indubitavelmente condicionado por um sistema de referência dominante que estimula o processo de rotulagem e viabiliza comportamentos criminosos na medida em que os recursos na sociedade não estão igualmente dispostos para todos. Segundo esta lógica, existe a necessidade por parte de determinados agentes sociais de recorrerem a meios ilegítimos para a obtenção da “igualdade” dos recursos.

Este ponto de vista relaciona-se com a teoria da anomia e da estrutura das oportunidades ilegítimas que foi principalmente explorada por Merton. O autor reestruturou a teoria da anomia

de Durkheim - que expõe “*a rutura dos padrões sociais que comandam a conduta*” (Dias & Andrade, 1984, p. 312)- e desenvolveu a sua teoria: *strain theory*¹⁹. De uma forma geral Merton defendeu que o crime “*se explica pelo desfasamento entre a estrutura cultural e social*” (H. Machado, 2008, p. 74) sendo que a primeira se caracteriza pelos objetivos que os indivíduos devem atingir através de meios legítimos e a segunda se define pelas oportunidades que os indivíduos têm para alcançar esses mesmos objetivos.

É inevitável que não se concorde que a existência de crimes e incivildades aludem à falta de civismo e de ordem (Frias, 2004) visto que os atores sociais devem reger as suas condutas por um conjunto de normas socialmente estabelecidas. Na visão de Cotta (2005, p. 6) os valores sociais, a socialização e o controlo social são alguns dos aspetos que unem os indivíduos na sociedade e permitem a sua evolução na medida em que a existência de crimes remete para a falta de “*práticas fundamentais de sociabilidade e solidariedade social*. Porém, de acordo com Durkheim, o crime deve ser visto como “*normal em qualquer sociedade*” (H. Machado, 2008, p. 69) visto que é um fenómeno que expõe tudo o que significa a vida colectiva – “*o sistema produz o crime e o produz como resultado normal – esperado e funcional – do seu próprio desenvolvimento*” (Dias & Andrade, 1984, p. 314).

1.2. A PREVENÇÃO SITUACIONAL DO CRIME

Como tem vindo a ser referido, a criminologia passou por uma evolução significativa ao longo do tempo. Recorrendo à literatura retida, é possível assumir que desde o século XX que os fatores sociais têm sido determinantes não só na compreensão de determinadas condutas indesejáveis mas também na prevenção das mesmas. Porém, é importante reter que “*a criminalidade é um fenómeno social complexo cuja origem assenta num leque diversificado de causas*” (Poiães, 2014, p. 57), como tal, sustentamos a ideia de que as dinâmicas sociais e o ambiente físico são importantes mas que se deve continuar a considerar aspectos intrínsecos, designadamente porque o indivíduo “*compõe grupos de risco, personalidades típicas e fatores de risco*” (Sento-Sé, 2011, p. 11).

Seguindo esta linha de pensamento é pertinente mencionar que quando nos referimos ao fenómeno da criminalidade existe, desde logo, uma dificuldade conceitual que exige uma correta contextualização histórica e sociológica, sendo possível admitir que a definição legal de qualquer

¹⁹ Teoria da “tensão”.

conduta criminosa deverá estar em concordância com os valores, crenças e princípios da própria sociedade na medida em que é “*em nome desta que se conduz a luta contra o crime e o criminoso*” (Dias & Andrade, 1984, p. 67).

Acompanhando o raciocínio de Dias e Andrade (1984, p. 74) verificamos que um dos principais obstáculos existente no estudo do crime é a facilidade com que este conceito se pode vincular a outros, por exemplo, a desvio e incivildades, e tornar imprecisa a recolha de dados e a própria definição sociológica de crime que “*condiciona decisivamente a sua validade e operacionalidade*”. É compreensível que exista a tendência para se associar criminalidade a incivildades na medida em que ambas as definições têm como suporte a “*quebra do pacto social das relações humanas e as regras de convivência*” (Souza, 2011, p. 45) condicionando o sentimento de segurança (P. Machado, 2008; Matias & Fernandes, 2009).

Considerando o objetivo desta investigação é admite-se que as incivildades “*acionam a instalação de mais degradação, e conseqüentemente o aumento da presença do sentimento do medo*” (Ferreira, 2013, p. 87) sendo que podem ser definidas como físicas ou sociais: físicas quando existe um confronto relativamente à utilização do espaço e sociais quando o comportamento de determinados indivíduos não corresponde ao socialmente esperado (Souza, 2011; Carvalho, 2015).

As incivildades estão associadas a condutas que não são condenáveis, porém, são repetitivas, perturbadoras e graves que traduzem a necessidade que existe em suprimi-las visto que “*é fácil deslizar de incivildades para os delitos*” (Cotta, 2005, p. 9). Este tipo de reflexão remete-nos para a abordagem de tolerância zero e, conseqüentemente, para a teoria “*broken windows*”. Num primeiro momento deverá esclarecer-se que tolerância zero se define por uma “*subespécie de tendência securitária*” onde o objetivo é “*evitar que a incivilidade gere crime, evitar que a pequena criminalidade gere criminalidade ainda mais grave e evitar que uma determinada conduta administrativa licenciada gere insegurança e impunidade*” (Valente, 2017a, p. 87), isto é, tolerar determinados comportamentos que à partida são já considerados desviantes é compactuar com um (possível) agravamento dos mesmos.

Neste sentido podemos referir-nos à teoria “*broken windows*” desenvolvida por Wilson e Kelling em 1982. O principal argumento associado a esta perspetiva é que não se deve aceitar qualquer sinal que remeta para a falta de ordem social na medida em que “*ao nível da comunidade, a desordem e o crime geralmente estão inextricavelmente ligados numa espécie de*

sequência desenvolvimental”²⁰ (Wilson & Kelling, 1982, p. 3). Assim, surge o exemplo das “janelas partidas” que sustenta a ideia de que se existe um vidro partido num prédio que não é de imediato trocado a tendência é para que outros vidros sejam também partidos resultando, em caso extremo, na destruição do prédio (Cotta, 2005; Ferreira, 2013; Poiares, 2014).

Considerando os pressupostos da tolerância zero torna-se perceptível a importância de estratégias de prevenção criminal com base no ambiente físico sendo inquestionável que a degradação e o abandono de determinados espaços promovem comportamentos antissociais e intensificam o sentimento de insegurança. P. Machado (2008, p. 6) define a antisociabilidade como “*o conjunto de ações individuais dos sujeitos sociais e/ou um conjunto de ações de um grupo social restrito ou mais alargado*” sendo que essas ações não correspondem às regras predominantes. Seguindo esta lógica, e ainda o ponto de vista do autor, é aceitável admitir-se que ao modificar-se “*os quadros sociais e ambientais em que os processos de interação ocorrem*” (p. 4) contribui-se para que, no limite, se suprima este tipo de condutas sociais.

Neste contexto, as FS mostram-se imprescindíveis na manutenção da ordem pública sendo que “*o próprio aparecimento das organizações policiais coincidiu historicamente com o das modernas sociedades industrializadas e urbanizadas*” (Ferreira, 2003, p. 49). As FS, que desempenham funções de polícia judiciária, de polícia administrativa e polícia de ordem e tranquilidade pública (Valente, 2017b, p. 34), devem assegurar que contribuem para que os indivíduos se sintam seguros e que correspondem às necessidades da população através de uma atuação preventiva (Vieira & Neto, 2014). Porém, deverá ter-se presente que face à imprevisibilidade dos riscos e ameaças a que os cidadãos estão atualmente sujeitos, o trabalho desenvolvido pelas FS não é suficiente, isto é, deve existir um “*debate alargado entre vários agentes e pela consolidação de respostas integradas e em parceria materializando uma verdadeira governança em rede*” (Poiares, 2014, p. 56).

Face ao exposto, poderá afirmar-se que se assiste a um paradoxo na questão da segurança: local *versus* global. Assim, juntamente aos perigos que são espelhados pelo fenómeno da globalização desenvolve-se um conjunto de “*riscos locais, prevenidos e combatidos com instrumentos específicos*” (Araújo, 2018, p. 35) através da atuação de diferentes organismos. Esta linha de entendimento remete-nos para um Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) mais precisamente, para um “*conjunto de técnicas e dispositivos que a polícia e os*

²⁰ Tradução nossa.

públicos dispõem para trabalhar juntos a nível local” (Durão, 2012, p. 101) sendo importante referir que a “criminalidade de massa” tem um maior impacto na vida dos indivíduos do que a criminalidade organizada pelo seu caráter repetitivo e desconcertante (Elias, 2008).

Este modelo traduz-se numa “nova” resposta aos problemas relacionados com a segurança na medida em que existiu por parte das FS a necessidade de encontrar novas soluções (Cezário, 2009). O policiamento de proximidade existe em diferentes países da Europa sendo que em Portugal os membros que fazem parte deste tipo de intervenção se designam por Agentes de Proximidade e se dividem em duas equipas: Equipas do Programa Escola Segura (EPES) e Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) (Carvalho, 2012).

Segundo Skogan e Hartnett (2005, cit. *in* Durão, 2012, p. 105) vinculam-se à polícia de proximidade quatro princípios: mudanças estruturais, policiar com uma finalidade, policiamento direcionado para preocupações locais e atuação das comunidades no policiamento. Neste modelo não se dissocia das FS o seu poder repressivo, todavia, existe uma alteração à abordagem que é feita pelos mesmos num sentido mais preventivo através do desenvolvimento dos laços com a sociedade (Carvalho, 2012). Assim, verifica-se que existe um distanciamento do Modelo Tradicional dirigido para o incidente na medida em que o modelo de proximidade requer a existência de um alargamento “*das funções dos agentes*” através de um “*amplo leque de capacidades e competências pessoais e funcionais*” (Elias, 2008, p. 480).

A segurança é cada vez mais uma responsabilidade de cada agente social na medida em que as comunidades se começam a incluir na própria prevenção da criminalidade e começa a ser visível que as FS e a comunidade se identificam como “*coprodutores de segurança*” (Skolnick, & Bayley cit. *in* Carvalho, 2015, p. 11). É neste sentido que para existir uma adequada implementação de estratégias é preciso conhecer os problemas na sua génese tendo que se considerar que as posições da comunidade, juntamente com outras entidades envolvidas, é fundamental para os suprimir. Deste modo, constata-se que o trabalho em rede se assume fundamental sendo necessário a cooperação “*com todas as forças vivas locais a fim de dos problemas serem abordados de uma maneira global e interdisciplinar*” (Elias, 2008, p. 486).

Como patente na figura 2, e tendo consciente o objeto de estudo, é fulcral que se compreenda que o bem-estar dos cidadãos embarca um conjunto de aspetos sendo cada vez mais difícil separar os que se relacionam com o “*desenho urbano daqueles de composição social*” o que se traduz na urgência de uma “*multidisciplinaridade de atuação*” (Saraiva, 2008, p. 11). Os

fatores socioeconómicos, a morfologia e a qualidade do espaço urbano e o estilo de vida dos indivíduos devem ser considerados para melhorar a qualidade de vida e a segurança urbana (Ferreira, 2013).

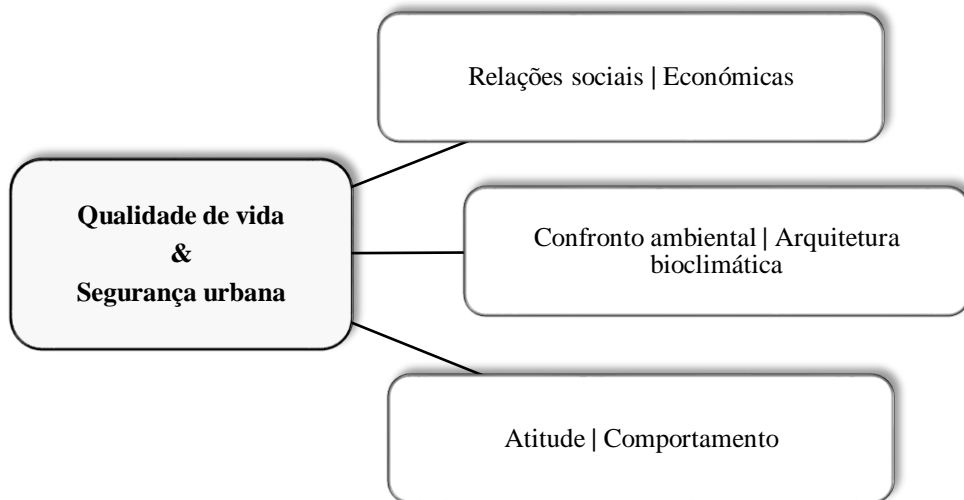


Figura 2 | Aspectos que influenciam a qualidade de vida e a (in)segurança urbana.

Fonte: Ferreira (2013, p. 30).

Como foi possível constatar, tem existido uma alteração no paradigma de análise da criminologia enquanto ciência social. Nos dias atuais o sentimento de segurança e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos cidadãos dependem fortemente de uma abordagem preventiva uma vez que se procura, progressivamente, evitar que exista uma repercussão de comportamentos criminosos ou desviantes através de uma intervenção na origem dos mesmos. Assim, parte-se do princípio que para que isto seja possível é necessário que, entre outras estratégias, se (re)pense o espaço físico e a influência que “*desperta no comportamento humano*” (Carvalho, 2015, p. 18).

O desenho físico, principalmente em zonas urbanas, apresenta-se como um forte aspeto a considerar quando associado ao sentimento de insegurança. Neste sentido, tem existido um visível trabalho por parte dos investigadores que “*têm procurado estabelecer as características do meio ambiente em que podem influenciar o medo do crime, aplicando os conhecimentos da criminologia ambiental às questões da insegurança*” (Sousa, Cardoso, & Agra, 2012, p. 113).

Neste tipo de abordagem não são menosprezados os aspectos individuais que se associam à motivação do ator, porém, (re)direciona-se para a importância de se manipular a oportunidade para diminuir ou suprimir a existência de ocorrências criminais.

Atualmente, com base em diversas investigações, é visível que os “*tradicionais métodos de combate às incivildades e à criminalidade*” (Moleirinho, 2018, p. 99) não têm os resultados esperados na medida em que procedimentos meramente repressivos não se mostram eficientes no combate a problemas de natureza social. Este tipo de pensamento remete-nos para a necessidade de se conhecerem antecipadamente as particularidades de cada comunidade visto que é através de um trabalho preventivo que se torna possível suprimir os problemas existentes antes de se expandirem. Elias (2008, p. 445) defende a existência de dois tipos de prevenção criminal: primária e secundária. A prevenção primária assenta na adoção de “*metodologias de intervenção com vista à ocorrência de atos delinquentes e delituosos*” tendo em consideração a existência de oportunidades e a prevenção secundária direciona-se para o indivíduo com base em “*estudos e análises acerca da carreira criminal*”.

A prevenção situacional, que se direciona para a redução de oportunidades e aumento dos riscos, torna-se insuficiente se não for coadjuvada com uma abordagem de prevenção social, isto é, se não existirem medidas “*que têm por finalidade eliminar ou limitar as causas ou fatores da criminalidade*” que se baseiam na junção de fatores sociais, familiares, educacionais, de emprego e os fenômenos criminais (Elias, 2008, p. 475). Do mesmo modo, é importante que se perceba que “*a prevenção deverá apostar na questão do medo da criminalidade*” pois “*os estudos revelam que este medo pode ser tão prejudicial como a própria criminalidade*” (p. 461). Ou seja, o impacto que o sentimento de insegurança tem no quotidiano dos indivíduos é de tal forma preocupante que remete a problemas de isolamento, segregação e anonimato (Gärtner, 2008) verificando-se que os cidadãos passam a escolher frequentar somente espaços que consideram seguros e evitar outros em prol do mesmo motivo o que traduz a ideia de que a insegurança urbana e o medo do crime provocam “*alterações nos hábitos de vida das comunidades, para a construção de mapas de lugares inseguros, segregação de territórios, criação de guetos sociais, estigma sexual e projeção externa dos bairros ou cidades como lugares inseguros*” (Araújo, 2018, p. 42)

O desenho urbano assume um papel fundamental na redução de comportamentos indesejáveis e na forma como influência o desenvolvimento das relações sociais, o que significa

que a requalificação de certas zonas urbanas, a partir de estratégias específicas, permite não só que se verifique uma atuação preventiva como também fomenta um maior número de “interações civis e sociais saudáveis” (Gärtner, 2008, p. 61) o que possibilita modificações organizacionais na própria sociedade uma vez que “o espaço construído se constitui como um facilitador de oportunidades, emitindo informação sobre a vulnerabilidade da situação e as características dos alvos ou vítimas” (Heitor, 2009, p. 133).

1.3. CPTED: O DESENHO URBANO NA PREVENÇÃO CRIMINAL

Têm sido realizadas inúmeras investigações desde a década de 60 que se inserem no paradigma CPTED na medida em que existe uma associação do sentimento de insegurança, da existência de crimes e incivildades aos aspetos arquitetónicos. CPTED originalmente significa *Crime Prevention Through Environmental Design*, todavia, importa considerar que existem outras designações a saber, designadamente: Prevenção do Crime através do Desenho Urbano, no Brasil, *Design Against Crime* (DAC), no Reino Unido, *Design Out Crimes* (DOC), na Austrália, e Prevenção Criminal através do Desenho Urbano em Portugal (Baptista, 2015). Constatando este facto é possível compreender que o CPTED tem sido implementado em diversos países. Em Portugal, apesar da existência de investigações neste âmbito desde os anos 90, só em 2010 foi promovida uma reunião no MAI composta por diferentes especialistas²¹ onde se refletiu a importância de adotar este modelo para a realidade portuguesa devido ao sucesso comprovado em anteriores projetos noutros Estados (Neves, 2012; Carvalho, 2015; Baptista, 2015).

O Guia de Boas Práticas, que é uma tradução do *Crime Prevention Through Environmental Design Guidebook* (2003), foi implementado de modo a estarem presentes “orientações de conceção e gestão do espaço construído com particular ênfase para as questões da segurança nos diferentes contextos apresentados sensibilizando os profissionais que lidam com as questões urbanas para a relação existente entre o espaço construído e os seus utilizadores”²². Deve-se entender este guia como um “instrumento de apoio” que se assume como um “manual orientador que associa o urbanismo à segurança”²³. No quadro que segue

²¹ Equipa composta por arquitetos, paisagistas, membros das FS, sociólogos e urbanistas.

²² Guia de Boas Práticas, 2013, introdução.

²³ Guia de Boas Práticas, 2013, introdução.

estão sintetizadas as principais estratégias referidas no Guia de Boas Práticas fundamentadas no paradigma CPTED.

Quadro 4 | Principais estratégias CPTED.

Estratégias de planeamento e design (CPTED)
Ampliação dos campos de visão
Iluminação adequada
Redução de locais recônditos ou isolados
Zonas vulneráveis/ perigosas/ inseguras
Redução do isolamento
Promoção do uso misto dos espaços
Geradores de atividades
Estímulo do sentimento de pertença através da manutenção e gestão do espaço
Disposição sinalética e informativa
Melhoria dos aspetos arquitetónicos (conceção global)

Fonte: Adaptado do Guia de Boas Práticas (2013).

O CPTED remete-nos para a existência de duas gerações de abordagens tendo em consideração que na 1.^a só se destacavam os aspetos físicos e não as motivações dos atores (Ferreira, 2013; Vieira & Neto, 2014; Fernandes, 2017). Com a 2.^a geração pretende-se que se desenvolvam comunidades sustentáveis onde a principal tarefa é estimular o sentimento de pertença com a criação de “*uma rede de relacionamentos pessoais, grupos, tradições e padrões de comportamento entre aqueles que compartilham os espaços físicos*” (Fernandes, 2017, p. 20). O fortalecimento das relações sociais é fundamental para a diminuição do sentimento de insegurança mesmo em áreas urbanas mais sensíveis (Kramer, Jongeneel-Grimen, Stronks, Droomers & Kunst, 2015).

Na 2.^a geração CPTED mantêm-se alguns pressupostos iniciais mas abrange-se, neste momento, diferentes perspetivas da forma como o indivíduo se relaciona com o espaço em que se insere²⁴. De uma forma geral, é plausível que o CPTED se rege por estratégias que pretendem

²⁴ Para informações complementares relativamente à distinção da 1.^a e 2.^a geração CPTED consulte o Anexo D.

“reduzir o crime, o medo do crime e melhorar a qualidade de vida”²⁵ (Cozens & Love, 2015, p. 9). Porém, importa ressaltar que estas estratégias se direcionam para a prevenção de determinados tipos de crime, estando excluída a ideia de que podem ser aplicadas à criminalidade em geral (Fernandes, 2007). Cozens e Love (2015, p. 13) argumentam que, segundo alguns estudos realizados, é possível constatar que as estratégias CPTED mostram-se menos eficientes quando associadas a “*dinâmicas e condições socioeconômicas e demográficas negativas*”²⁶ e, por outro lado, que os moradores tendem a adotar práticas de policiamento nos seus bairros com base em fatores culturais e sociais.

Assim, os principais pressupostos apresentados no paradigma CPTED são fundamentais para a prevenção criminal não só porque se pretende reduzir as ocorrências criminais tendo presente a relação existente entre ambiente físico e indivíduo, como também, porque as FS não se mostram como as únicas responsáveis na manutenção da ordem e do espaço público o que promove, inevitavelmente, a coesão social e a entreaajuda entre a comunidade. Apesar do notável trabalho desenvolvido por diversos autores tendo em consideração o modelo CPTED, existem algumas lacunas a considerar, nomeadamente a transferência da criminalidade. No quadro que se segue estão presentes os tipos de transferência que podem existir.

Quadro 5 | Diferentes modelos de transferência do crime.

Deslocamento do crime	
Deslocamento espacial	Alteração da zona onde o crime é cometido
Deslocamento temporário	Alteração do horário em que o crime é cometido
Deslocamento tático	Alteração no <i>modus operandi</i>
Deslocamento do alvo	Alteração do alvo por parte dos criminosos
Deslocamento do criminoso	“Substituição” do criminoso por outro (por exemplo: o anterior ter sido preso)
Deslocamento do tipo de crime	Alteração do tipo de crime que é cometido

Fonte: Adaptado de Cozens e Love (2015).

²⁵ Tradução nossa.

²⁶ Tradução nossa.

Para além da transferência da criminalidade, existem algumas limitações sobre as quais refletir. No ponto de vista de diversos autores é crucial que as estratégias CPTED não promovam medidas extremamente securitárias, ou seja, as comunidades não se devem transformar em “fortalezas” em prol da segurança na medida em que lugares de “difícil” acesso se tornam facilmente em lugares de “não acesso”. Isto traduz a ideia de que deixa de existir uma utilização dos mesmos e se perde o sentido original deste tipo de intervenção, nomeadamente “os olhos na rua” (Mawby, 1977; Cozens & Love, 2015).

Por outro lado, é também apontada como fragilidade o facto de se analisar o crime como se fosse um fenómeno previsível que estabelece padrões de usuário legítimos e não legítimos, o que promove um “*design de exclusão*”²⁷ (Parnaby, 2006 cit. in Cozens & Love, 2015). Na mesma ordem de ideias, Indovina (2001, p. 27) argumenta que os novos tipos de prevenção a nível urbano tendem a promover a segregação social na medida em que as classes mais desfavorecidas não são incluídas na “*conexão que acaba por se criar entre urbanística-arquitetura-estratégia de segurança*”. Assim, é visível que os pressupostos de um “espaço defensável” não são acessíveis a todos o que incrementa o isolamento e uma alteração nas dinâmicas de construção das relações sociais.

Quando relacionamos o MIPP à segurança, numa vertente de análise direcionada para a resolução de problemas locais tendo em consideração as relações que se desenvolvem entre a comunidade e as FS, também se constata a existência de críticas. Carmo, Ascensão e Estevens (2018, p. 77) argumentam que a atuação das FS não é homóloga em toda a sociedade defendendo que só se adotam estratégias de proximidade nos bairros de classes médias. Desta forma, verifica-se que nos bairros mais problemáticos a atuação policial se limita a “*responder em situações de emergência*” o que resulta, frequentemente, “*num processo reprodutor de estigmatização*”.

1.3.1. CPTED A NÍVEL MUNDIAL

Como se constatou até ao momento, desde os anos 60 que tem existido um crescente interesse na relação entre o desenho urbano e os comportamentos criminosos e/ou desviantes. De forma a alargar a presente abordagem teórica, pretende-se, neste momento, frisar a existência de

²⁷ Tradução nossa.

algumas das aplicações práticas do modelo CPTED e quais os resultados obtidos a nível mundial.

No Reino Unido foi criado em 1989 o programa *Association of Chief Police Officers* (ACPO) constituído por diversos especialistas cujo objetivo era garantir que a questão da segurança passava por um planeamento do desenho urbano. Todavia, com a extinção deste programa, surgiu o *National Police Chiefs Council* (NPCC) onde se insere a organização *Police Crime Prevention Initiaves* (PCPI) que procura “*oferecer uma ampla gama de iniciativas de prevenção ao crime*”, introduzindo-se na presente temática a iniciativa *Secured by Design*²⁸. De modo a que isto seja possível existe um elevado controlo no que diz respeito aos problemas relacionados com a insegurança urbana, como tal, todas as entidades que procurem realizar trabalhos de construção devem-se candidatar para obter permissão para a realização dos mesmos. A fase de “permissão” passa por diferentes etapas, designadamente: reuniões onde se calcula riscos que possam existir e que metam em causa a segurança; os candidatos devem visitar a zona em questão e ouvir a comunidade de modo a conhecerem as principais fragilidades existentes; apresentação de estratégias de prevenção criminal. As candidaturas são rejeitadas sempre que estas metam em causa o sentimento de segurança ou incrementem a existência de ocorrências criminais. Ainda neste sentido, em caso de serem zonas sensíveis, existe um planeamento “especial” (Fernandes, 2010; Fernandes, 2017; Mawby, 2018).

No caso dos Países Baixos, o planeamento da segurança a nível urbano remete-nos para 1994 com a criação do projeto *Police Label Secure Housing* com base no modelo CPTED e inspirado no projeto *Secured by Design*²⁹ do Reino Unido (Vieira & Neto, 2014). Inicialmente o programa foi coordenado pelo Ministro da Administração Interna e pelo Ministro da Justiça que escolheram determinadas zonas para a aplicação prática das estratégias CPTED, porém, face aos bons resultados obtidos, verificou-se um alargamento, entre 1996 e 1997, para todas as áreas de atuação da polícia holandesa. Neste sentido, em 1998 o Governo expandiu o programa a nível nacional convertendo-se em uma política pública de segurança. A principal finalidade do projeto *Police Label Secure Housing* direciona-se para a diminuição da criminalidade e das incivildades, assim como, para a redução do sentimento de insegurança. Para que isto seja possível, existe um certificado de segurança – administrado pelos Oficiais de ligação de

²⁸ Informação disponível em policecpi.com.

²⁹ Informação disponível em securedbydesign.com.

Arquitetura -para todas as habitações que tenham sido planeadas com base nas estratégias CPTED e indiquem que a comunidade é segura. Para além das habitações, é possível que os certificados sejam atribuídos a locais desde que cumpram as condições exigidas de segurança (Fernandes, 2010; Jongejan & Woldendorp, 2013; Fernandes, 2017).

Ao longo do tempo têm sido implementados no Canadá os princípios CPTED em diferentes áreas sob a coordenação de diversos especialistas que tem permitido “*convocar e coordenar as diversas entidades que trabalham em torno desta temática, na hora da tomada de decisão*” (Fernandes, 2010, p. 28). O programa *Safer Cities*, conduzido pelo município de Toronto, tornou-se célebre por abranger vários interessados no combate à criminalidade o que posteriormente se traduziu em respostas satisfatórias (Ricardo, Siqueira, & Marques, 2013). Atualmente constata-se que se continua a fazer um trabalho neste sentido visto que a *Canadian Municipal Network on Crime Prevention* (CMNCP) tem como premissa a segurança e o bem-estar dos cidadãos através de estratégias que assentam na colaboração de diferentes entidades. Como se pode verificar, as medidas adotadas “*vão além das atividades policiais e de justiça criminal estabelecidas*” uma vez que se devem incluir “*todas as medidas preventivas que podem atacar as causas do crime através de ações mais fortes e inovações em setores como escolas, habitação, serviços sociais e de juventude, saúde e policiamento preventivo*”³⁰.

1.4. BAIRRO DA BELA VISTA: ESTUDO DE CASO

O presente trabalho tem como estudo de caso o Bairro da Bela Vista, em Setúbal, direcionando-se a pergunta orientadora para a (in)segurança com base no (re)desenho urbano³¹. Em 2010 foi realizada uma Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais no mesmo campo de estudo, sendo que a autora apresentou o bairro e expôs as fragilidades existentes. Com base na sua investigação concluiu que os principais problemas de segurança urbana relacionados com o ambiente físico assentavam na construção labiríntica, na iluminação insuficiente, na existência de pontos de refúgio, na existência de obstáculos visuais e o tamanho exagerado do bairro (Fernandes, 2010).

³⁰ Tradução Nossa.

Informação disponível em <http://safercities.ca/home>.

³¹ Em Anexo F encontra-se disponível uma análise SWOT ao Bairro da Bela Vista realizada em 2007 pela CMS.

Com objetivo de se analisar a evolução do Bairro da Bela Vista após um período de aproximadamente 10 anos, nomeadamente a nível físico e social, procedeu-se a uma síntese das principais sugestões de modificações assentes no paradigma CPTED que Fernandes (2010) propôs para o bairro na sua investigação, designadamente: criar uma equipa multidisciplinar de atuação composta pela Câmara Municipal de Setúbal, Urbanistas e Arquitetos, PSP e assistentes sociais; melhorar a iluminação existente; repintar o edificado e reparar todas as estruturas que se encontram danificadas; modificar as instalações da PSP sendo que se devem manter dentro do bairro mas não inseridas nos blocos pela dificuldade de atuação das mesmas; fazer uma limpeza geral do bairro junto com a comunidade, assim como, construir zonas próprias para os caixotes de lixo de modo a que fiquem fixos; criar espaços mais atrativos dentro do bairro com a colocação de mobiliário urbano como, por exemplo, bancos de jardins; apostar na existência de espaços verdes (sendo que as árvores devem ter no mínimo 2,20 metros de altura e não devem condicionar a vigilância); as áreas sem qualquer uso devem ser ajardinadas de modo a evitar o uso incorreto das mesmas; as varandas dos corredores de acesso aos fogos devem ser vedadas (com materiais transparentes) de modo a que seja impossível o arremesso de qualquer objeto para a praças. Para além disto, deve ser construída uma parede entre os blocos para que o bairro deixe de ter um aspeto tão labiríntico; evitar a criação de acessos semiprivados exteriores que se tornem em espaços públicos como, por exemplo, as escadas e os corredores; o facto do bairro ser composto por indivíduos de etnias, culturas e costumes extremamente diferentes incrementa a existência de conflitos de vizinhança, como tal, deve ser um fator a considerar; não se deve verificar a exclusão social e espacial de modo a que o bairro se “inclua” no resto da cidade e se verifique um controlo natural por parte da restante população; a construção do edificado deve permitir que não se verifique a existência de esquinas e espaços que sirvam de refúgio.

Os tópicos mencionados num momento anterior permitem construir uma linha de raciocínio lógica em relação ao objeto de estudo da presente investigação, isto é, face ao levantamento das principais vulnerabilidades existentes em 2010 no Bairro da Bela Vista é possível fazer um balanço mais pormenorizado das estratégias assentes no paradigma CPTED tendo em consideração a eficácia das mesmas.

III | MÉTODO

1.1. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

É primordial que o espaço urbano seja pensado com base no seu uso apropriado, como tal, deve-se considerar os princípios inerentes à 2.^a geração CPTED com base na abordagem 3-D'S (designação, definição e design)³². Ao nível da segurança urbana, e conseqüentemente da prevenção situacional, a manipulação de determinadas características físicas mostra-se vantajosa para a diminuição de comportamentos criminosos e desviantes.

Acompanhando o raciocínio de Fernandes (2009, p. 69), compreendemos que a “*questão da segurança é, historicamente, inerente à noção de cidade*” uma vez que “*há duas noções fundamentais que estão na base do nascimento da cidade. São elas, a noção de (viver em) sociedade e a noção de (viver em) segurança*”, pois, “*sem estas duas qualidades, as cidades tornam-se simples aglomerados de coisas e pessoas*”. Esta reflexão remete-nos para o problema de investigação do presente estudo visto que se torna crucial compreender as vulnerabilidades que condicionam o sentimento de segurança de forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

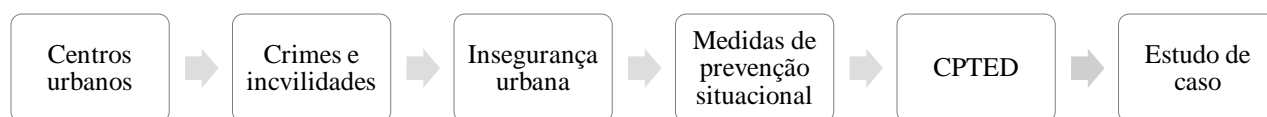


Figura 3 | Esquemática do problema de investigação.

Apesar de já ter sido referido mas não ser visível na figura 3, reforça-se que os crimes e as incivildades não são os únicos fatores na origem do sentimento de insegurança, todavia, como diversos estudos têm corroborado, são aspectos determinantes no que diz respeito ao modo como os indivíduos percebem o ambiente físico. Investir em espaços (aparentemente) mais seguros, designadamente através de estratégias urbanísticas, é crucial para o bem-estar dos indivíduos (Kyttä, Kuoppa, Hirvonen, Ahmadi & Tzoulas; 2014).

Face ao exposto, é factual que “*a vulnerabilidade do espaço está geralmente associada a um conjunto de fatores resultantes da inter-relação entre várias propriedades morfológicas dos*

³² Em anexo B.

espaços” (Heitor, 2009, p. 142), o que significa que é tão importante pensar a questão da segurança e do desenho urbano como as particularidades de cada comunidade ao longo do tempo. Ou seja, a finalidade com que um espaço é construído hoje pode não corresponder à finalidade de amanhã, o que exige um trabalho contínuo e minucioso por parte de todas as entidades envolvidas.

Assim, destina-se esta investigação a avaliar o impacto do (re)desenho urbano numa comunidade específica tendo presente que, se por um lado, são os residentes que conferem significado ao espaço em que se inserem, por outro lado, este mesmo espaço deve ser (re)desenhado com base na “redefinição” de condutas, contribuindo para a existência de comportamentos (mais) cívicos e evitando comportamentos indesejáveis. De forma a tornar possível a realização do presente trabalho, é imprescindível sinalizar os principais problemas existentes junto dos indivíduos com uma posição privilegiada (comunidade) e através da reportagem fotográfica.

1.2. METODOLOGIA

A opção metodológica para a realização da presente investigação é de cariz exploratória uma vez que se “*ênfatisa a descoberta de ideias e de discernimentos*” (Marconi & Lakatos, 2006, p. 2) e se procura expor a realidade de diversas perspetivas recorrendo-se, para tal, a diferentes técnicas de investigação que assentam em modos de produção de informação distintos.

Para a realização deste estudo foi necessária a existência de documentos que pudessem ser sujeitos a análise, mais precisamente, o que se designa por *corpus* (Carvalho, 2015). O *corpus* é constituído por todo o “*material a analisar que foi produzido*” (Valas, 2001, p. 109) e que “*implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras*”, designadamente: a regra da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência (Bardin, 1997, p. 97). Procura-se, com base neste pressuposto, que este estudo acompanhe esta linha de raciocínio

Na presente investigação entende-se que o *corpus* se divide da seguinte forma: análise do material cartográfico, da evolução do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, das notícias disponíveis referente ao Bairro da Bela Vista, do conteúdo obtido através da observação participante, do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2019 referente ao distrito de Setúbal e dos resultados obtidos nos inquéritos por questionário que passa pela “*preparação dos dados necessários para testar as hipóteses, a análise das relações entre variáveis e, por fim, a*

comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir da hipótese” (Quivy & Campenhoudt, 2017, p. 216).

1.3. PARTICIPANTES

Os participantes do presente estudo dizem respeito às principais entidades que sustentam as estratégias CPTED, nomeadamente: a comunidade, os representantes de associações da comunidade, o governo, a comunidade empresarial e as instituições (Zahm, 2007). Optou-se por realizar inquéritos por questionário à população e ao efetivo da PSP, acompanhar o trabalho desenvolvido pela CMS e compreender o impacto da informação existente na comunicação social sobre o Bairro da Bela Vista.

Para a realização dos inquéritos por questionário à população recorreu-se a uma amostra aleatória simples com base no número total de habitantes do Bairro Amarelo de modo a que se consiga uma amostra representativa do universo. Isto é, considerou-se 4000 o número de habitantes do Bairro Amarelo e procedeu-se um cálculo cujo erro amostral (ϵ) é de 5%, o nível de confiança (λ) de 95% e a confiança de distribuição normal ($Z_{\alpha/2}$) de 1,96 obtendo-se como dimensão da amostra o número total de 350 questionários³³. Todavia, na impossibilidade de se realizarem os 350 questionários por questionário à população devido ao tamanho elevado da amostra, optou-se por se efetuarem os questionários possíveis: 70. Considerando que não foi possível realizar o número estipulado de inquéritos, fundamentamos a nossa escolha afirmando que no SPSS, para amostras de grande dimensão, é possível calcular o *p-value* exato se a amostra for superior a 30 (Marôco, 2018, p. 309) o que traduz a pertinência das respostas obtidas.

Para a realização dos inquéritos por questionário ao efetivo da PSP entrou-se em contacto com o Comandante da Esquadra da Bela Vista e dirigiu-se um pedido de autorização à Direção Nacional da PSP, através da Direção de Ensino do ISCPSI, tendo sido recusado, o que interpretamos como uma consequência face à sensibilidade do tema.

³³ Em Apêndice D.

1.4. INSTRUMENTOS

1.4.1. RECOLHA DE DADOS

Para a execução da presente investigação tornou-se exigível recolher dados que sustentem a veracidade da mesma. Optou-se por analisar os dados estatísticos da criminalidade da zona em questão, proceder-se à observação direta através de reportagem fotográfica, examinar o material cartográfico e realizar inquéritos por questionário.

A) Dados estatísticos da criminalidade

A análise dos dados estatísticos da criminalidade é fundamental para que se conheçam as particularidades de cada zona e, no que diz respeito à organização policial, existir uma *“mudança significativa no seu modelo de atuação marcado pela inteligência, pró-atividade e prevenção”* (Azevedo, Riccio, & Ruediger, 2011, p. 10). É efetivamente crucial que se compreenda a relevância dos dados estatísticos da criminalidade para a atividade policial, todavia, importa realçar a existência de cifras negras que se traduzem na *“diferença entre a taxa real e os crimes conhecidos”* (p. 16).

Relativamente à zona em estudo (Bairro da Bela Vista), optou-se por se recorrer aos dados estatísticos da criminalidade do Bairro da Bela Vista (tendo sido o pedido recusado) e ao RASI de 2019 de forma de analisar a criminalidade geral e a criminalidade violenta e grave, com destaque para os crimes contra o património, no distrito de Setúbal.

B) Observação direta através de reportagem fotográfica

Os métodos de investigação - neste caso, a observação direta - tornam-se pertinentes no desenvolvimento das próprias investigações na medida em que permitem evidenciar *“comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho”* (Quivy & Campenhoudt, 2017, p. 196) o que requer alguma sensibilidade por parte do investigador para o fazer. Considerando que a pergunta orientadora se direciona para compreender se o desenho urbano tem influência no sentimento de (in)segurança, a presente técnica de investigação torna-se fundamental neste sentido.

Segundo Firmino da Costa (2001, p.136), e parafraseando o autor, a observação direta requer um comportamento preferencialmente anónimo onde predomine a observação visual ou

auditiva e não se verifique “interações verbais”, como tal, e tendo consciente o objeto de estudo, torna-se perceptível a importância da reportagem fotográfica no fornecimento de informações de caráter qualitativo. Isto é, a análise feita de acordo com os pressupostos inerentes ao Guia de Boas Práticas (2013) permite que se conheçam detalhes relevantes que associam os fatores ambientais à insegurança urbana.

C) Material cartográfico

De forma a complementar as informações existentes sobre a caracterização do espaço físico urbano em estudo optou-se por se expor o projeto inicial do Bairro da Bela Vista, assim como, o projeto arquitetônico dos fogos do Bairro Amarelo que nos remete para os anos 70 sob a coordenação do arquiteto José Charters Monteiro. O material cartográfico torna-se fulcral na presente investigação dado que o objeto de estudo da mesma se insere na influência que os elementos arquitetônicos têm no sentimento de (in)segurança o que permite, desde logo, que se analise a evolução temporal do Bairro da Bela Vista³⁴.

D) Inquérito por questionário

O inquérito por questionário é um método quantitativo de investigação que “*consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente de uma população, uma série de perguntas*” (Quivy & Campenhoudt, 2017, p. 188) com um objetivo concreto. Neste caso, o principal objetivo é aferir de que forma os indivíduos percebem a segurança com base no espaço físico no Bairro Amarelo, isto é, “*a análise de um fenómeno social que se julga poder aprender melhor a partir de informações relativas ao indivíduo da população em questão*” (p. 189).

A técnica de investigação em evidência possibilita o levantamento de informações sobre uma determinada população e que se verifique “*uma comparação precisa entre as respostas dos indivíduos*” (Giddens, 2009, p. 50), como tal, é exigível que a estrutura dos questionários obedeça a um conjunto de regras que permita a maior veracidade possível nas respostas obtidas. Para a realização dos mesmos, optou-se por questionários semi-abertos, principalmente de respostas fechadas, mas considerando a importância da existência de respostas abertas visto que

³⁴ A informação referente ao material cartográfico encontra-se disponível na dissertação de mestrado de Fernandes (2010) em Ciências Policiais.

um questionário “*tanto é um ponto de chegada de uma reflexão como um ponto de partida para análises ulteriores*” (Albarello, et al., 1997, p. 52).

O inquérito por questionário apresenta vantagem neste tipo de investigação porque permite conhecer a génese do problema de forma representativa, todavia, é preciso considerar a margem de erro subjacente a todo o processo. Para além disto, importa realçar a existência de duas variantes: administração indireta e administração direta. Neste estudo optou-se pelas duas formas: administração direta quando é o inquirido que preenche o questionário sob as orientações do investigador e indireta quando o questionário é preenchido pelo investigador com base nas respostas do inquirido (Quivy & Campenhoudt, 2017)³⁵.

E) Outras técnicas de investigação

A acrescentar a este tipo de recolha de dados realizou-se uma grelha com algumas das notícias dadas pela comunicação social sobre o Bairro da Bela Vista de 2009 a 2019 com o intuito de compreender a evolução do bairro, e da própria comunidade, de um ponto de vista externo ao mesmo³⁶. Na mesma linha de raciocínio, realizou-se uma síntese das atividades partilhadas pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” nas redes sociais com o objetivo de acompanhar o trabalho desenvolvido pelos mesmos num período de 6 meses (de janeiro de 2019 a Julho de 2019)³⁷.

1.4.2. ANÁLISE DE DADOS

A recolha de dados numa investigação académica implica que se proceda à análise dos mesmos uma vez que este procedimento “*permite avançar para a interpretação dos factos, o estabelecimento de relações, esperadas ou não esperadas, e para a confirmação/revisão das hipóteses*” (Nunes, Maciel, & Claudino, 2014, p. 155). A análise de dados é crucial para que se compreenda a génese do problema e se consiga responder à pergunta de partida com base nas respostas obtidas.

Na presente investigação para se proceder à análise dos inquéritos por questionários, considerando que os questionários eram de respostas fechadas e abertas, optou-se pela seguinte

³⁵ Em Apêndice B encontra-se disponível a estrutura dos inquéritos por questionário.

³⁶ Em Apêndice F.

³⁷ Em Apêndice E.

metodologia: analisar as questões fechadas de acordo com as frequências absolutas e relativas das respostas recorrendo-se à análise descrita e para as questões abertas optou-se por se agrupar as respostas obtidas e procurar aspetos comuns de modo a se estabelecerem linhas de raciocínio lógicas.

O tratamento de dados para os questionários foi levado a cabo com o auxílio do *software* estatístico *Statistical Package of Social Sciences* (IBM, @ SPSS), versão 22.0 para Windows.

Para análise dos testes, foram considerados resultados estaticamente relevantes aqueles que o *p-value* foi menor ou igual a 0,05 ($p < 0,05$). Optou-se por realizar testes não paramétricos qui-quadrado (χ^2) visto que as varáveis em causa apresentam uma escala de medida nominal e este teste permite avaliar a relação ou independência das variáveis.

1.5. PROCEDIMENTO

Os objetivos estipulados na presente investigação, assim como, os instrumentos necessários para obtenção dos mesmos, exigiram que a condução deste estudo se rege-se por processos antecipadamente estabelecidos, nomeadamente pela conjugação de diferentes técnicas de investigação.

No que diz respeito à recolha de dados estatísticos da criminalidade e aos inquéritos por questionário ao efetivo da Esquadra da PSP, procedeu-se a um pedido de autorização à Direção Nacional de Ensino³⁸. Apesar do pedido não ter sido autorizado³⁹, realça-se a colaboração do Comandante da Esquadra da Bela Vista, Francisco Alexandre Pinheiro, desde o primeiro momento. Neste sentido, procedeu-se à análise do RASI de 2019 com o intuito de sustentar o estudo com dados referentes à criminalidade no distrito de Setúbal.

Quando se definiu o estudo de caso, mais precisamente, o Bairro da Bela Vista, procedeu-se a visitas na zona com o objetivo de fotografar o local e enriquecer a presente investigação com imagens do mesmo. Tendo em consideração o objetivo geral, tornou-se exigível que se complementasse a recolha fotográfica com material cartográfico.

A primeira tentativa por parte da investigadora para a realização dos inquéritos por questionário à população do Bairro da Bela Vista efetuou-se em Setembro de 2019. Com o auxílio de um informante privilegiado (antigo residente), procurou-se abordar os moradores de

³⁸ Em Apêndice B.1.

³⁹ Em Apêndice B.2.

forma aleatória no bairro, todavia, reconheceu-se uma certa resistência por parte dos mesmos. O facto de não conseguirem compreender a finalidade dos inquéritos, não conhecerem a investigadora e o tema se associar à criminalidade foram alguns dos motivos encontrados. Assim, o número de inquéritos por questionário respondidos não foi suficiente para cobrir a amostra total estabelecida.

Face ao exposto, para a realização dos restantes inquéritos por questionário, à população do Bairro da Bela Vista, foi necessária a ajuda da CMS de modo a que se criasse a ponte de contacto com a comunidade. Neste sentido, tentou-se a comunicação, sem sucesso, através de via eletrónica com elementos da CMS em Setembro de 2019 e, posteriormente, em Outubro de 2019, com sucesso. Face ao exposto, nos dias 3 de janeiro, 3 de fevereiro e 12 de fevereiro de 2020, realizaram-se reuniões com a Chefe de Divisão de Habitação Pública Municipal, Raquel Levy, de forma a definir a melhor forma de cooperação. Assim, após a autorização por parte da CMS, do dia 5 de fevereiro a 12 de fevereiro, realizaram-se as seguintes diligências: da parte da manhã realizaram-se inquéritos por questionário aos habitantes que se dirigiram à CMS (explicando-lhes o objetivo dos mesmos e considerando que foi disponibilizado um espaço pela CMS para os devidos efeitos) e na parte da tarde efetuaram-se visitas a moradores do Bairro da Bela Vista com o intuito de aplicar os restantes inquéritos por questionários (sendo que os residentes foram previamente avisados). Para além destas formas de contacto com os moradores, no dia 11 de fevereiro, presenciaram-se duas reuniões de condomínio onde foi possível realizar alguns dos inquéritos por questionário em falta, assim como, compreender de uma forma mais direta os principais problemas vivenciados no bairro. Apesar dos esforços feitos por parte da investigadora, tornou-se inexecutável a realização do número de inquéritos previamente estabelecida tendo que se reduzir a amostra.

IV | ESTUDO DE CASO

1. CARATERIZAÇÃO DA ZONA DE ESTUDO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO



Figura 4 | Planta do Bairro da Bela Vista.

Fonte: Disponível no *site* da CMS.

<https://www.mun-setubal.pt/nosso-bairro-nossa-cidade/>

Acedido em 11 de Dezembro de 2019

Setúbal é uma cidade com 121.185 habitantes que se localiza na sub-região da Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III) e se divide em 5 freguesias: Azeitão (São Lourenço e São Simão), Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça) e Setúbal (São Sebastião). A construção do Bairro da Bela Vista, que se situa na freguesia de São Sebastião, remete-nos para os anos 70 e insere-se no âmbito do Plano Integrado de Setúbal (PIS) tendo sido promovido pelo ex-fundo de Fomento da Habitação sob a coordenação do arquiteto José Charters Monteiro⁴⁰.

Numa vertente histórica é possível constatar que a área da Bela Vista surgiu da necessidade que existia em alojar os operários e as suas famílias perto das indústrias, assim

⁴⁰ A presente informação encontra-se disponível no *site* da CMS.

como, habitantes de Setúbal que precisavam de melhores condições de vida (tornando-se responsabilidade do Estado em fazê-lo visto que se pretendia atenuar a questão da precariedade habitacional que existia). Apesar de este ter sido o objetivo inicial, a verdade é que a área da Bela Vista foi ocupada por famílias de “bairros degradados” que exerceram pressão como uma forma de garantirem qualidade de vida e por portugueses retornados através da Comissão de Alojamento de Retornados (CAR) verificando-se a existência de uma população heterogénea e, na maior parte dos casos, a existência de habitantes desempregados ou em condições precárias⁴¹.

Face ao exposto, importa realçar que a Zona da Bela Vista é composta por um conjunto de bairros sociais que foram construídos em anos diferentes⁴², designadamente: o Bairro Azul (Forte da Bela Vista), o Bairro Cor-de-Rosa (Alameda das Palmeiras) e o Bairro Amarelo (Bairro da Bela Vista) tendo sido o Bairro Amarelo o primeiro a ser construído (de 1976 e 1989). Ao longo dos anos foram criados alguns programas que se direcionavam para questões habitacionais como, por exemplo, o Plano Integrado de Setúbal (Fernandes, 2010; Lopes, 2011), porém, desde 1994 que a área da Bela Vista está sob a administração da Câmara Municipal de Setúbal⁴³. O Bairro Amarelo, considerado como Zona Urbana Sensível (ZUS), é composto por duas avenidas - Avenida da Bela Vista e Avenida Francisco Fernandes- e por quatro ruas - Rua do Antigo Olival, Rua da Figueira Grande, Rua do Moinho e Rua do Monte (figura 3).

Em relação aos principais aspetos que caracterizam o Bairro da Bela Vista, verifica-se que na Avenida da Bela Vista se encontram as instalações da PSP, parte das associações existentes no bairro, cafés, um supermercado e, no cruzamento com a Avenida Francisco Nunes, a Escola Secundária c/3º Ciclo da Bela Vista. Na Rua do Antigo Olival podemos encontrar a paragem de autocarros e na Rua do Monte a Escola Básica e Secundária Ordem de Sant’iago e um descampado. Já na Rua da Figueira Grande está situado o infantário e o espaço do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”. Na Rua do Moinho verifica-se a existência de cafés, de associações e do polo da biblioteca da Bela Vista.

1.2. ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA

De acordo com o documento “Estudo aos modos de vida da população dos Bairros da Bela Vista” realizado em 2007 pela Câmara Municipal de Setúbal e o documento orientador do

⁴¹ Informação disponível no Relatório Sintético do Bairro da Bela Vista, 2007.

⁴² Em Anexo H encontram-se disponíveis imagens referentes ao início da construção do Bairro Amarelo.

⁴³ Informação disponível no Relatório Sintético do Bairro da Bela Vista, 2007.

Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente de 2012 é possível “*aferir um conjunto de indicadores*” que “*constroem o perfil das pessoas e as atividades nos territórios considerados*” (p.3).

No Bairro da Bela Vista habitam cerca de 4000 indivíduos⁴⁴ sendo que a idade média é de 30 anos. Tendo presente a finalidade inicial da construção do bairro é compreensível que se verifique uma forte heterogeneidade étnica, designadamente população lusa, africana e cigana. De uma forma genérica constata-se que o nível de escolaridade é baixo sendo que apenas 23% da população é estudante. Por outro lado, verifica-se que a maior parte da população empregada trabalha por conta de outrem (83%) e que o rendimento médio é de 520€ sendo que a taxa de desemprego é de 28,7% e que a inatividade engloba 53% da população.

Em relação à população jovem, constata-se que $\frac{3}{4}$ dos jovens gostam de viver no Bairro da Bela Vista, que existe uma elevada taxa de abandono escolar e que as famílias e os jovens não desenvolvem conversas importantes sobre temas da juventude como, por exemplo, a sexualidade e/ou as drogas. No que diz respeito aos aspetos físicos e sociais, os jovens apontam como positivo o Parque Verde da Bela Vista, a união dos habitantes e o trabalho desenvolvido pelas instituições. Como negativo, os jovens referem a insegurança urbana e a existência de divergências, a falta de limpeza e a imagem pejorativa que o exterior tem do bairro.

Relativamente às famílias, afere-se que são numerosas, sendo que 53% são pobres, que habitam em casas alugadas (75,1%) e com dívidas (54,1%). Os principais fatores mencionados para gostarem de habitar no bairro prendem-se com as relações de vizinhança e com o parque da Bela Vista. Por outro lado, a falta de limpeza e o ruído mostram-se aspetos negativos para os habitantes.

No que se refere às atividades desenvolvidas no bairro, verifica-se a presença de diferentes instituições - que se revelam fundamentais para os habitantes - a PSP, um gabinete de proximidade na Câmara Municipal de Setúbal e programas criados pela autarquia relacionados com o ambiente, a saúde, a educação e a sociedade. Em contrapartida, as estatísticas demonstram que existe carência de equipamentos de saúde, comércio e serviços⁴⁵.

⁴⁴ Informação disponibilizada em entrevista pela Divisão de Habitação Pública Municipal da CMS.

⁴⁵ A informação referente ao presente capítulo encontra-se disponível no Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente

1.3. ANÁLISE TOPOGRÁFICA E ARQUITETÓNICA

O Bairro da Bela Vista, tal como mencionado, foi projetado pelo arquiteto José Charters Monteiro e construído na década de 70 com o intuito de alojar operários e as suas famílias. Todavia, e acompanhando a linha de raciocínio de José Monteiro, o que se verificou é que a “*carência habitação*” que se fazia sentir na altura do 25 de Abril fez com que Setúbal tivesse que “*satisfazer uma parte dessa necessidade*” deixando o Bairro da Bela Vista de se destinar somente à população “inicial”⁴⁶.

O Bairro da Bela Vista é composto por uma heterogeneidade cultural que tem sido realçada repetidamente uma vez que traduz, desde logo, que a existência de diferentes atores sociais no mesmo espaço urbano não permite que a adaptação ao ambiente físico seja feita de mesma forma. Importa, neste momento, frisar os aspetos arquitetónicos, porém, tendo presente a vertente social sobre a qual refletiremos num momento posterior.

Os edifícios do Bairro Amarelo são organizados por blocos, extremamente idênticos e apresentam pátios no meio dos mesmos (figuras 5 e 6). A entrada para os pátios é feita pelas escadas e pelos corredores sendo que as escadas são abertas e transmitem a ideia de que os corredores se tratam de espaços públicos. O Bairro da Bela Vista é composto por 45 edifícios, 19 pátios e 840 casas (417 T3, 422 T2 e 1 T1)⁴⁷. Segundo as informações disponíveis no *site* da CMS em 454 fogos habitam inquilinos da CMS e 386 pertencem a proprietários privados.

De acordo com o arquiteto José Charters Monteiro o planeamento do Bairro Amarelo foi feito com base em diferentes espaços: o espaço público, os pátios e as galerias. Entende-se pela definição usual o conceito de espaço público, que neste caso se associa especificamente ao parque da Bela Vista, os pátios, que têm uma utilização coletiva e se caracterizam por serem espaços que interligam o espaço privado (fogos) e público (rua) e as galerias que são corredores que dão acesso aos fogos⁴⁸.

⁴⁶ Informação disponível na entrevista dada a Fernandes (2010) na dissertação de mestrado em Ciências Policiais.

⁴⁷ Informação disponibilizada em entrevista pela Divisão de Habitação Pública Municipal da CMS.

⁴⁸ Informação disponível na entrevista dada a Fernandes (2010) na dissertação de mestrado em Ciências Policiais.



Figura 5 | Projeto do Bairro da Bela Vista.

Fonte: Arquiteto José Charters Monteiro, Coordenador do Projeto da Bela Vista



Figura 6 | Projeto Arquitetónico dos fogos do Bairro Amarelo.

Fonte: Arquiteto José Charters Monteiro, Coordenador do Projeto da Bela Vista

No primeiro aspeto, está presente a ideia de que se deve “desenhar a visibilidade” através da vigilância causal e natural, isto é, devem ser feitas melhorias que permitam aumentar a visibilidade, designadamente evitar a existência de “pontos cegos”. No que diz respeito às áreas problemáticas, entre outros fatores a considerar, merece atenção nesta investigação o elevado número de edifícios existentes no bairro (e conseqüentemente de habitantes). Por último, e como o próprio nome indica, deve existir um planeamento do desenho urbano a longo prazo para que não se verifique o desenvolvimento de “*obstáculos não desejados, barreiras ou locais de esconderijo*”⁵⁰.

No Bairro Amarelo constata-se que os prédios apresentam todos a mesma estrutura sendo que têm 4 andares. Apesar de não serem prédios exageradamente altos, verifica-se que “*são compostos pelos vários fogos e corredores comuns que os interligam*” (Fernandes, 2010, p. 41) o que transmite a sensação de se tratar de espaço público. Nas imagens que se seguem é possível observar que existem alguns “pontos cegos” que não permitem a vigilância natural e causal dos residentes não só devido a altura não recomendável das árvores como também devido ao formato do próprio edificado que apresenta formas labirínticas e permite a criação de “esconderijos”.



Figura 8 | Imagem de prédios cobertos pelo tamanho das árvores (1).

Figura 9 | Imagem de prédios cobertos pelo tamanho das árvores (2).

Figura 10 | Imagem de prédios cobertos pelo tamanho das árvores (3).

⁵⁰ Guia de Boas Práticas, 2013, p.8.

Figura 11 | Imagem de prédios compostos por corredores comuns e escadas abertas (4).

Figura 12 | Imagem de vegetação de elevado porte que condiciona os ângulos de visão (5).

Figura 13 | Imagem do tamanho elevado das árvores (6).

2) Iluminação adequada:

A iluminação é um fator determinante na criação de espaços seguros sendo necessário a existência de padrões mínimos: deverá conseguir-se identificar um indivíduo a uma distância mínima de 10 metros, a sinalética, entradas e saídas devem ser bem visíveis, assim como, se deve ter em consideração que a iluminação varia de acordo com a potencia, com a cor e com o rendimento da mesma visto que permite diferentes adaptações por parte dos indivíduos ao espaço público. Por outro lado, deverá evitar-se que zonas com uso exclusivamente diurno ou isoladas tenham iluminação porque podem transmitir a sensação de que são seguras, como tal, deverá optar-se por se encerrar estes locais durante a noite. Para além disto, é igualmente importante que a iluminação esteja direcionada *“para os percursos paralelos às vias para veículos motorizados, bem como para possíveis locais vulneráveis, do que para as próprias vias para os veículos”*⁵¹ e que exista uma manutenção sistemática de elementos que obstruam a iluminação e consequentemente a visibilidade.

No Bairro Amarelo os problemas existentes relacionados com a iluminação têm-se mantido ao longo do tempo dado que não se verificaram alterações recentes relacionadas com este aspeto. Se consideramos o tamanho do bairro, e a sua própria construção, compreendemos que a iluminação não é suficiente, isto é, verifica-se que só existem postes de iluminação num lado das ruas e que nas avenidas se encontram no meio das vias. Tendo presente as seguintes imagens (8 e 9) comprova-se que o edificado e os passeios não são devidamente iluminados o que rompe com a ideia de que não se consegue identificar um indivíduo a uma distância mínima de 10 metros. A estes fatores acrescenta-se o facto do tamanho das árvores acabar por dificultar a iluminação ao encobrir os postes, não existir iluminação nas escadas e nos acessos aos corredores, existirem postes destruídos e a iluminação nas praças ser desregrada (imagem 7).

⁵¹ Guia de Boas Práticas, 2013, p.10.

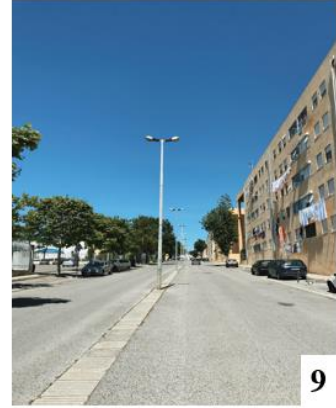


Figura 14 | Imagem da iluminação desregrada das praças (7).

Figura 15 | Imagem do tamanho das árvores que dificulta a iluminação (8).

Figura 16 | Imagem da iluminação no meio das avenidas (9).

3) Redução de locais recônditos ou isolados:

Para que a segurança seja garantida aos cidadãos é necessário que haja uma intervenção ou a eliminação dos percursos escondidos ou isolados pois são espaços inseguros que oferecem perigo. No caso de existir uma zona vulnerável ou uma zona isolada que esteja a uma distância de 50 a 100 metros de um percurso sem saída ou isolado é necessário que se intervenha na sua utilização ou se elimine o mesmo. Deste modo, deve-se promover a vigilância natural, campos de visão, a iluminação adequada, a vigilância artificial, os acessos em situações de emergência e a sinalização de percursos alternativos.

A estrutura do Bairro Amarelo promove por si só a existência de locais recônditos e isolados na medida em que a construção labiríntica dos edifícios potencializa esconderijos, “pontos cegos” e dificulta a vigilância natural. Conforme as seguintes imagens (10, 11 e 12), para além das escadas serem abertas - o que promove a sensação de que se trata de um espaço público condicionando a segurança dos residentes-, existe uma dificuldade visual de “controlar” qualquer acontecimento de cariz criminoso pela existência de refúgios ao longo de todo o bairro. Nas imagens 14 e 15 realça-se o trabalho desenvolvido pela CMS e pelos habitantes ao colocarem portões de modo a que exista uma separação clara dos espaços sendo que esta medida se associa ao princípio de territorialidade e é fulcral porque oferece aos habitantes mais privacidade e segurança e porque permite que não se criem zonas isoladas e/ou escondidas.

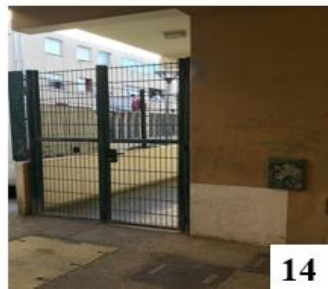


Figura 17 | Imagem da construção labiríntica do edificado e escadas abertas (10).

Figura 18 | Imagem da construção labiríntica do edificado e escadas abertas (11).

Figura 19 | Imagem da construção labiríntica do edificado e escadas abertas (12).

Figura 20 | Imagem de corredores cobertos pelos residentes (13).

Figura 21 | Imagem da colocação de portões por parte da CMS/habitantes (14).

Figura 22 | Imagem da colocação de portões por parte da CMS/habitantes (15).

4) Zonas vulneráveis/perigosas/inseguras:

Espaços com uma dimensão reduzida, que são cobertos/encobertos e que apresentam barreiras (por exemplo: muros), podem ser considerados como zonas vulneráveis. Pontes, túneis e espaços ao abandono consideram-se como zonas vulneráveis uma vez que possibilitam comportamentos indesejáveis e/ou um uso inadequado dos mesmos. Neste caso, se não for possível eliminar as áreas vulneráveis, estas devem ser encerradas quando não estão em funcionamento. Do mesmo modo, estas áreas devem ser iluminadas (existência de vigilância natural) e possibilitar percursos de fuga e ajuda.

Nas seguintes imagens é possível averiguar a existência de áreas vulneráveis, duvidosas e inseguras no Bairro Amarelo. Na imagem 17 observa-se que existem túneis no bairro sendo que o aspeto positivo a considerar é que os túneis dão acesso às praças – ou seja, existe um percurso

de fuga e ajuda visto que se confirma a existência de vigilância natural-, e os aspetos negativos são o facto de não existir iluminação dos túneis no período noturno ou, o que seria ideal, os mesmos se encontrarem encerrados durante a noite – de forma a evitar comportamentos delinquentes pela possibilidade dos criminosos dificilmente serem vistos.

As imagens 16 e 18 ilustram duas áreas vulneráveis existentes no Bairro da Bela Vista visto que são espaços abertos e sem qualquer utilidade que favorecem o aparecimento de comportamentos desviantes e acabam por funcionar como “esconderijos”. Ao longo do tempo realça-se o trabalho desenvolvido pela CMS e por parte dos habitantes em colocar portões como forma de acabar com estas áreas e tornar os prédios mais seguros. Este tipo de estratégia insere-se nos pressupostos inerentes ao princípio da territorialidade, do controlo natural de acessos e da vigilância natural.

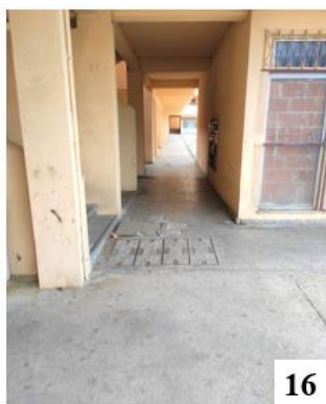


Figura 23 | Imagem de áreas vulneráveis (16).

Figura 24 | Imagem de túneis que interligam as praças (17).

Figura 25 | Imagem de áreas vulneráveis (18).

5) Redução do isolamento:

Espaços isolados tendem a incrementar nos indivíduos a sensação de insegurança sendo que existe um agravamento desta perceção se os espaços estiverem ao abandono ou se verificar que os cidadãos não conseguem “ver e serem vistos”. A criação de atividade, a existência de percursos isolados que estejam rodeados de edifícios e a vigilância formal são mecanismos interessantes nesta vertente porque possibilitam um incremento da visibilidade que consequentemente diminui o sentimento de insegurança.

Como se verifica nas seguintes imagens (19, 20 e 21), o Bairro da Bela Vista é composto por pracetas cujo uso e função planeados não corresponde ao atual, nomeadamente porque estão veículos estacionados num espaço que se destina ao convívio social. Neste sentido, seria interessante que se repensasse a utilidade destes espaços e se optasse por medidas que não só impeçam que os veículos entrem nas pracetas como também que se refletisse sobre a importância de espaços verdes, da iluminação e da vedação das varandas com material transparente de modo a existir uma maior vigilância natural. Para além disto, e considerando que as pracetas deverão ser (re)construídas com base na comunidade e no sentimento de pertença, importa salientar que se devem tornar estes espaços mais agradáveis e cómodos mas que se deve evitar a utilização dos mesmos durante o período noturno (para que se evite a existência de crimes e incivildades).



Figura 26 | Imagem das pracetas do Bairro da Bela Vista (19).

Figura 27 | Imagem das pracetas do Bairro da Bela Vista sem espaços verdes (20).

Figura 28 | Imagem de carros estacionados nas pracetas (21).

6) Promoção do uso misto dos espaços:

Por questões ambientais, económicas, estéticas e de segurança é fundamental que exista um uso misto dos espaços, porém, deve existir um equilíbrio entre os diferentes usos e estes devem ir “*ao encontro das necessidades da comunidade*”⁵². O uso misto dos espaços, que se entende pela existência de diversos serviços em determinadas zonas residenciais, confere o controlo natural por parte dos comerciantes, assim como, incrementa uma maior interação entre os residentes tornando os espaços mais seguros.

⁵² Guia de Boas Práticas, 2013, p.17.

A existência da Esquadra da PSP na parte inferior dos blocos (imagem 22) traduz a ideia de que nem sempre um uso misto dos espaços é vantajoso visto que esta FS se encontra condicionada a atuar por motivos lógicos. Neste sentido, seria benéfico que as instalações da PSP se pudessem situar no bairro, mas significativamente afastadas dos prédios e se procurasse desenvolver as relações com a comunidade através de um policiamento de proximidade.

Na imagem 24 afere-se que a empresa “Lidl” é o principal espaço comercial existente no Bairro Amarelo podendo ser considerado um aspeto tanto positivo como negativo. De forma a tornar a zona mais convidativa seria interessante que se escolhesse uma atividade comercial que só existisse dentro do próprio bairro de modo a incrementar as relações sociais com o exterior, nomeadamente através de “oportunidades de emprego local”⁵³. Neste sentido, seria igualmente oportuno desenvolver esta área com outro tipo de atividades, designadamente com ginásios, escritórios e lojas⁵⁴.

Como é possível constatar na imagem 23, os cafés existentes na zona encontram-se na parte inferior dos prédios o que dificulta a existência de vigilância natural e que os indivíduos “exteriores” ao bairro frequentem estes espaços por aparentarem serem locais pouco seguros. É importante a existência deste tipo de espaços, contudo, importa realçar que “os usos mistos devem ser compatíveis de modo a promoverem a atividade, a vigilância natural e o contacto social ao longo do dia”⁵⁵, logo, tendo em consideração que é uma ZUS, seria benéfico que se investisse em tornar os cafés em espaços mais atrativos e que estes continuassem no bairro mas significativamente afastados dos prédios. Assim, era possível que se verificassem os pressupostos inerentes à segurança urbana ou existisse um aumento da vigilância natural através de estratégias adequadas, designadamente porque possibilitava um maior contacto visual entre os indivíduos que se encontram dentro e os que se encontram fora dos cafés.

Ainda na mesma linha de ideias, é certo que “qualquer conceito de design que incentive o uso misto promove também maior interação e, conseqüentemente, gera locais mais seguros”⁵⁶. Deste modo, face à necessidade que existe em que se desenvolvam as relações entre o “interior-exterior” do bairro seria benéfico investir no uso misto dos espaços mas considerando as vantagens, ou desvantagens, deste tipo de atividades.

⁵³ Guia de Boas Práticas, 2013, p.22.

⁵⁴ Exemplos de atividades sugeridas no Guia de Boas Práticas, 2013.

⁵⁵ Guia de Boas Práticas, 2013, p.22.

⁵⁶ Guia de Boas Práticas, 2013, p.21.



Figura 29 | Imagem da esquadra da PSP do Bairro da Bela Vista (22).

Figura 30 | Imagem de um dos cafés existentes no bairro (23).

Figura 31 | Imagem do espaço comercial existente no bairro (24).

7) Geradores de atividades:

A criação de atividades é crucial para a diminuição da criminalidade na medida em que existe uma redução de zonas isoladas e um maior número de pessoas nestes espaços. Incrementar as atividades existentes nos parques, restaurantes ou em áreas de escritórios são alguns dos exemplos que evidenciam a importância de espaços dinâmicos. Com base nesta linha de raciocínio, deve-se incentivar a presença de vendedores ambulantes (autorizados) nos parques porque permite que as áreas sejam mais convidativas. Todavia, importa realçar que o reforço da atividade se deve verificar em áreas de média e alta densidade, mas sem olvidar que um maior número de indivíduos em espaço público pode ter um efeito contrário e incrementar o anonimato e o sentimento de insegurança.

No Bairro da Bela Vista existem polos geradores de atividades, como é possível observar nas seguintes imagens, designadamente o Parque da Bela Vista (imagem 26), a biblioteca (imagem 27), centros de apoios à comunidade (imagens 25 e 28), o espaço físico “Nosso Bairro, Nossa Cidade” (imagem 29) e a existência de escolas – básica e secundária (imagem 30). Apesar do notável trabalho desenvolvido pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”⁵⁷ é preciso que se continue a dinamizar as atividades dentro do bairro mas, acima de tudo, que estas atividades se estendam ao exterior de forma a que se evite o isolamento.

⁵⁷ Encontra-se disponível em Apêndice E atividades desenvolvidas pelo programa no Bairro da Bela Vista e na zona envolvente num período de 6 meses.

A existência de escolas dentro do próprio bairro é um fator a considerar quando associado à criminalidade e às incivildades. Tendo consciente que o Bairro Amarelo é uma ZUS, seria pertinente que as crianças e os jovens do bairro pudessem estudar num ambiente que não lhes fosse familiar, pois, permite-lhes conhecer uma realidade diferente daquela que vivenciam diariamente. Considerando que só existe um autocarro que circula dentro do bairro (608), seria interessante que se repensasse a existência de mais transportes com horários regulares cujo percurso permita que os jovens do Bairro da Bela Vista possam estudar em outras escolas da cidade de Setúbal e área envolvente, assim como, jovens de outras zonas possam estudar no Bairro da Bela Vista (fomentando-se, assim, as relações com o exterior). Para além disto, seria vantajoso que as atividades desenvolvidas dentro do bairro se fizessem acompanhar por técnicos responsáveis que se traduzem, por si só, em garantes de segurança para que visitantes possam igualmente participar (designadamente nas atividades desenvolvidas pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”). No que diz respeito ao Parque da Bela Vista, seria oportuno promover a existência de vendedores ambulantes autorizados, que não fossem só habitantes do bairro, como uma forma de dinamizar a área e, consequentemente, “*permitir um maior controlo do espaço (“eyes on the street”)*”⁵⁸.



Figura 32 | Imagem do centro de apoio à comunidade (25).

Figura 33 | Imagem do Parque da Bela Vista (26).

⁵⁸ Guia de Boas Práticas, 2013, p.24.

Figura 34 | Imagem da Biblioteca do Bairro da Bela Vista (27).

Figura 35 | Imagem do centro comunitário do Bairro da Bela Vista (28).

Figura 36 | Imagem do Espaço físico do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” (29).

Figura 37 | Imagem da Escola Secundária C/3º Ciclo da Bela Vista (30).

8) Estímulo do sentimento de pertença através da manutenção e gestão do espaço:

O aumento do sentimento de segurança passa, essencialmente, por um aumento do sentimento de pertença. Ou seja, quanto mais os residentes sentem que um determinado espaço lhes “pertence” mais envolvidos e responsáveis se sentem pela gestão e manutenção do mesmo. Para que isto seja possível, é fundamental que exista um reforço territorial, que o uso do material seja adequado (por exemplo: antivandalismo), que exista um aumento da manutenção, que esteja disponível a quem a reportar problemas de (in)segurança e que se verifique prioridades de manutenção (por exemplo: *grafitis* de cariz ofensivo devem ser imediatamente removidos). Porém, é preciso considerar que um aumento excessivo de estratégias que incrementam o sentimento de apropriação como, por exemplo, a existência de barreiras visuais e físicas pode promover o isolamento e o aumento de comportamentos criminosos.

Se observarmos as imagens disponíveis do Bairro Amarelo na presente investigação constatamos que estas sugerem falta de manutenção e de sentimento de pertença. Muitos dos prédios encontram-se degradados, sujos e grafitados (nomeadamente com mensagens de cariz ofensivo como se verifica na imagem 34). Para além disto, existem diversos aspetos que sustentam a ideia de que existe falta de limpeza, brio e tornam o bairro um espaço pouco atrativo e convidativo (como se constata nas seguintes imagens).

Face ao número de habitantes existentes no Bairro da Bela Vista, com diferentes estilos de vida, costumes, comportamentos e valores, é importante que se apostem em medidas organizacionais sendo que a “*programação eficiente e gestão dos espaços, a promoção da vigilância formal e da manutenção contribuem para a segurança dos espaços*”⁵⁹.

⁵⁹ Guia de Boas Práticas, 2013, p.27.



Figura 38 | Imagem das paredes do bairro grafitadas (31).

Figura 39 | Imagem das paredes do bairro destruídas (32).

Figura 40 | Imagem das paredes do bairro grafitadas (33).

Figura 41 | Imagem das estruturas do bairro vandalizadas (34).

Figura 42 | Imagem das paredes do bairro grafitadas (35).

Figura 43 | Imagem das caixas de correio sujas e danificadas (36).

9) Disposição sináptica e informativa:

O sentimento de segurança é fortemente influenciado pela presença estratégica de mapas e sinaléticas na medida em que fornecem informações necessárias sobre a utilização de determinados espaços. Para que se verifiquem resultados positivos é necessário que se tenham em consideração algumas particularidades, designadamente: as informações devem ser claras e precisas; no período noturno é crucial que as informações estejam iluminadas; deve-se verificar uma manutenção regular dos sinais e evitar-se que estes sejam vandalizados; é importante que os sinais se encontrem posicionados em entradas ou perto das principais zonas de atividades; deve-se encontrar disponível qual o horário de funcionamento dos espaços.

No Bairro Amarelo, considerando que os prédios apresentam uma estrutura idêntica (cor, tamanho e estrutura), é compreensível que para indivíduos não pertencentes ao mesmo lhes seja

difícil localizar e ter uma percepção da disposição do bairro (como se verifica nas imagens 37, 38 e 39), como tal, seria conveniente pensar em aspetos que pudessem ser úteis na diferenciação das ruas. No que diz respeito aos acessos rodoviários realçam-se fatores positivos, designadamente: os sinais de trânsito praticamente intactos e bem posicionados, uma boa largura de estrada, um pavimento em boas condições e a existência de passeios.

Nas seguintes imagens (40 e 41) é possível constatar que existem carros estacionados nas pracetas o que reforça a ideia de que este não é o objetivo das mesmas, logo, seria plausível recorrer a sinais informativos que reforçassem que não se pode estacionar nas pracetas (como ilustra a imagem 42) e, em último caso, colocar obstáculos que proibam a passagem de viaturas.

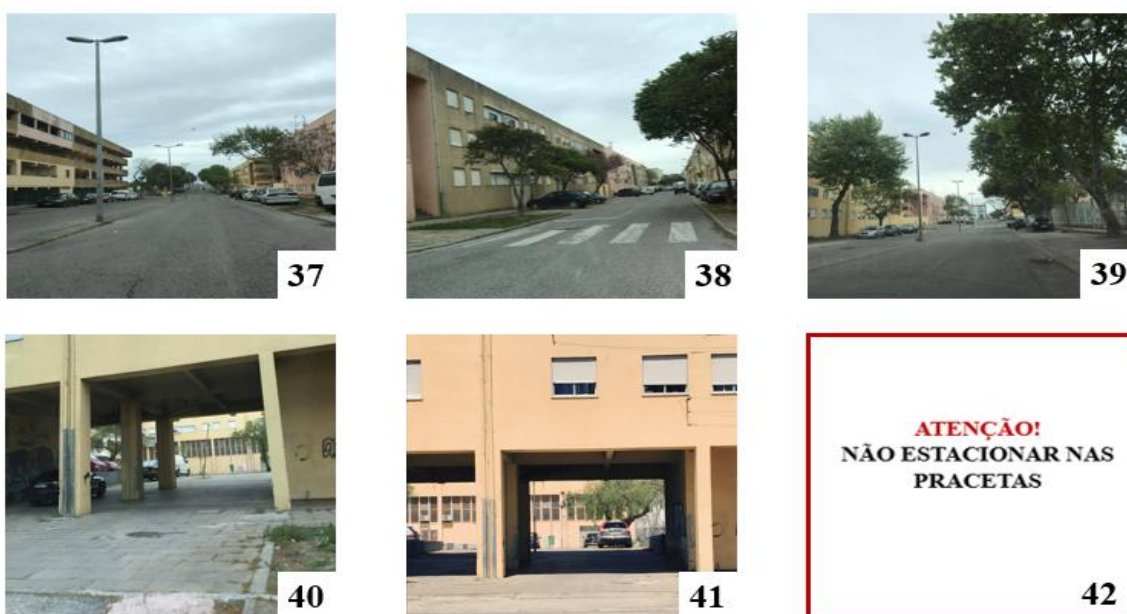


Figura 44 | Imagem da Avenida Francisco Fernandes (37).

Figura 45 | Imagem da Avenida da Bela Vista (38).

Figura 46 | Imagem da Avenida Francisco Fernandes (39).

Figura 47 | Imagem de carros estacionados nas pracetas (40).

Figura 48 | Imagem de carros estacionados nas pracetas (41).

Figura 49 | Imagem de um exemplo de sinal informativo a colocar (42).

10) Melhoria dos aspetos arquitetónicos

A forma como um determinado espaço é planeado e desenhado tem influência na sua própria utilização uma vez que *“um local sem atividades e rodeado por sistemas de segurança eletrónica gera medo e um local “vibrante” e agradável transmite uma ideia de confiança e preocupação”*⁶⁰. Aspetos relacionados com a questão estética, espacial e funcional são determinantes para a existência de espaços públicos e semipúblicos mais seguros.

Na melhoria dos aspetos arquitetónicos é crucial que se compreenda que o *design* de qualquer espaço se deve enquadrar no mesmo, ou seja, para além de um espaço ter que ser pensado com base na sua fácil interpretação, deve igualmente ser pensado com base numa utilização agradável por parte dos seus utilizadores. Um espaço seguro é construído com base em diferentes fatores, nomeadamente: a sinalização de entradas e saídas; locais de permanência e serviços; considerar a utilização do espaço em horário noturno; ter em atenção os materiais de construção utilizados; incorporar aspetos estéticos.

No Bairro Amarelo verifica-se a existência de alguns pontos menos positivos no que diz respeito aos aspetos arquitetónicos. A existência de grades nas janelas e nas portas (imagem 43), assim como, a própria aparência do infantário do bairro (imagem 45) transmitem, logo à partida, a sensação de insegurança. Nos pátios pode-se observar que os bancos não estão paisagisticamente enquadrados e que o espaço em si não oferece condições de habitabilidade e permanência. Como referido num momento anterior, seria interessante que se investisse na iluminação e que se ajardinassem os pátios, porém, numa fase inicial, seria vantajoso que se retirassem os bancos face a um uso desadequado por parte dos utilizadores. Nas imagens 44, 46, 47 e 48 constata-se que é menosprezada a questão do embelezamento e que não existe um uso correto do espaço o que reforça a ideia de que *“uma boa conceção funcional e estética pode contribuir para o aumento do sentimento de segurança”*⁶¹.

⁶⁰ Guia de Boas Práticas, 2013, p. 25.

⁶¹ Guia de Boas Práticas, 2013, p.31.



Figura 50 | Imagem de existência de grades nas janelas e portas (43).

Figura 51 | Imagem da aparência dos ecopontos do Bairro da Bela Vista (44).

Figura 52 | Imagem da aparência do infantário do Bairro da Bela Vista (45).

Figura 53 | Imagem de elementos que esclarecem a falta de embelezamento do bairro (46).

Figura 54 | Imagem de elementos que esclarecem a falta de embelezamento do bairro (47).

Figura 55 | Imagem de elementos que esclarecem a falta de embelezamento do bairro (48).

1.3.1. O PROGRAMA “NOSSO BAIRRO, NOSSA CIDADE”

“Nosso Bairro, Nossa Cidade” é um Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolverte constituído pela Câmara Municipal de Setúbal em 2012 que abrange os bairros da Bela Vista, da Alameda das Palmeiras, do Forte da Bela Vista, das Manteigadas e da Quinta de Santo António. Esta iniciativa destina-se a incluir os residentes na melhoria dos seus próprios bairros como uma forma de inculcar o sentimento de pertença. Para além dos residentes, fazem parte deste projeto os serviços municipais e cerca de 30 entidades que se situam em Setúbal.

Este programa, que engloba perto de 6700 pessoas num total de 153 edifícios com 1592 fogos, tem como objetivo “*promover a autonomia, a responsabilidade e o crescimento coletivo*” sendo estruturado em cinco eixos prioritários: intervenção com jovens; educação, formação e

emprego; imagem e visibilidade; vida em comunidade e promoção da participação das pessoas. Ao longo dos anos tem existido um dinamismo por parte da população que, organizada em grupos, tem conseguido alcançar resultados positivos⁶² através da divisão das tarefas, assim como, se tem verificado um “*empenho conjunto*” que junta “*uma multiplicidade de culturas e etnias com crenças diferentes*”.

Ao nível do CPTED esta iniciativa revela-se um marco interessante uma vez que assenta num conjunto de “*ações de reabilitação urbana, com pinturas de edifícios e galerias, reparações de escadas e recuperação de espaços devolutos, através de materiais disponibilizados pela autarquia e de apoios mecenáticos para a execução das obras, estas, a cargo dos moradores*”. Como foi referido num momento anterior, o facto de existir uma dissertação de mestrado (Fernandes, 2010) fundamentada na mesma problemática que a presente investigação permite que se faça uma análise mais pormenorizada e se compreenda de uma forma mais concreta o impacto das questões ambientais no sentimento de segurança⁶³, designadamente considerando a aplicabilidade dos princípios CPTED..

Ao longo do tempo têm sido desenvolvidos alguns projetos pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” que não se destinam somente a questões relacionadas com o ambiente físico mas também relacionadas com a vertente social como, por exemplo, os projetos “Estudo acompanhado”, “Boletim informativo” e “Alfabetização dos adultos”. Realça-se, assim, as atividades desenvolvidas por este programa de forma sistemática e regular⁶⁴.

1.4. ANÁLISE DA CRIMINALIDADE

Portugal é efetivamente considerado um dos países mais seguros do mundo e da Europa sendo que se tem assistido a uma diminuição considerável da criminalidade geral e da criminalidade violenta e grave nos últimos 10 anos com uma ligeira subida no ano de 2019 (RASI, 2019)⁶⁵. De acordo com *Global Peace Index*⁶⁶ de 2020 Portugal ocupa a 3.^a posição do mundo e o 2.^o lugar da Europa do país mais seguro num total de 163 países, em que são considerados 23 fatores.

⁶² Em 2018 o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” foi distinguido com o Prémio de Boas Práticas no concurso da Associação Internacional das Cidades Educadoras.

⁶³ Toda a informação referente a este capítulo encontra-se disponível no *site* da CMS.

⁶⁴ Em Apêndice E.

⁶⁵ Em Apêndice C.

⁶⁶ Em Anexo G.

Com base na informação disponível no RASI é possível constatar que existiu um ligeiro aumento da criminalidade geral (+0,7%) e da criminalidade violenta e grave (+3%) de 2018 para 2019. Os crimes contra o património, nomeadamente os crimes contra a propriedade, constituem 51,4% de toda a criminalidade participada e representam a “*categoria criminal com maior número de participações*” (RASI, 2019) verificando-se um aumento do ano de 2018 para o ano de 2019 (+1,2%). Numa análise mais pormenorizada dos crimes contra o património com base em 6 tipologias, que correspondem a 52,1% do total das participações, verificam-se os seguintes resultados: 12,8% correspondem a furto de veículos motorizados, 10,0% outros danos, 9,5% constituem-se por burla informática e nas comunicações, 7,2% por furto de oportunidade de objeto não guardado, 6,4% dizem respeito a outras burlas e 6,4% correspondem a furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas.

No distrito de Setúbal verificou-se um ligeiro aumento da criminalidade geral (+2,0%) e da criminalidade violenta e grave (+3%) de 2018 para 2019. Apesar deste aumento, constata-se que tem existido uma progressiva descida dos valores apresentados, todavia, a tendência mantém-se e o distrito de Setúbal continua a apresentar dos maiores números de participações de criminalidade violenta e grave (1551) e de criminalidade em geral (30591) juntamente com o distrito de Lisboa (6101 e 84498), Porto (2256 e 57879) e Faro (899 e 23487).

Ainda no distrito de Setúbal, destaca-se a violência doméstica contra cônjuge ou análogos (2329), ofensa à integridade física voluntária simples (2086) e furto em veículo motorizado (1943) na criminalidade em geral e o roubo na via pública expeto por esticção (685) e roubo por esticção (307) na criminalidade violenta. Relativamente a participações por municípios, Setúbal surge em segundo lugar com um total de 4298 participações no ano de 2019.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

Dos inquéritos por questionário realizados constata-se que em relação à categorização sociodemográfica dos inquiridos, 54,3% dos inquiridos são do sexo feminino e 45,7% do sexo masculino (Tabela 2). No que se refere às idades, verifica-se que 1,4% têm menos de 15 anos, 18,6% têm entre 15 e 25 anos, 30,0% têm entre 26 e 46 anos, 15,7% têm entre 47 e 57 anos e 34,3% têm mais de 57 anos (Tabela 3). No que diz respeito às habilitações literárias, verifica-se que 7,1% são analfabetos, 25,7% têm o 1ºciclo, 17,1% têm o 2ºciclo, 22,9% têm o 3ºciclo, 21,4% têm o ensino secundário, 4,3% têm um curso profissional e 1,4% corresponde a um curso

superior (Tabela 4). Relativamente ao estado civil afere-se que 42,9% são solteiros, 34,3% são casados, 11,4% são divorciados, 5,7% são viúvos e 5,7% estão numa união de facto (Tabela 5).

Quanto à relação dos indivíduos com o espaço verifica-se que 64,3% consideram o Bairro da Bela Vista seguro e 35,7% não (Tabela 6). Por outro lado, constata-se que 15,7% dos inquiridos já foram vítimas de algum tipo de crime e 84,3% não (Tabela 7). Dos indivíduos que já foram vítimas de crime afere-se que 18,2% responderam já ter acontecido mais que uma vez, 27,3% denunciaram os crimes à PSP, 9,1% já foram vítimas e já viram alguém a ser, 18,2% já foram vítimas e sentem medo de voltar a ser, 9,1% já foram vítimas e conhecem quem tenha sido e 18,2% não respondeu a nenhuma das opções (Tabela 8). Dos inquiridos que não foram vítimas de qualquer crime assinala-se que 25,4% já viram alguém a ser, 16,9% sabem de quem tenha sido, 11,9% sentem medo de vir a ser vítimas e 45,8% não responderam a nenhuma das opções (Tabela 9). Quando questionados sobre se existe algum espaço menos seguro no bairro 30,0% dos inquiridos esclarecem que sim e 70,0% que não (Tabela 10).

No que se refere à relação dos indivíduos com as diferentes entidades envolvidas verifica-se que 35,7% dos inquiridos consideram que a comunicação social contribui positivamente para a imagem do bairro e 64,3% consideram que contribui negativamente (Tabela 11). 84,3% dos indivíduos afirmam conhecer o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” e 15,7% não conhecer (Tabela 12). Dos inquiridos que conhecem o programa, 94,9% consideram que o programa tem sido útil na melhoria do bairro (Tabela 13), 91,5% acredita que o programa aproximou os moradores (Tabela 14) e 79,7% defende que o programa tem sido eficaz para que os habitantes/visitantes se sintam mais seguros (Tabela 15). Quando questionados de que forma acompanham as alterações efetuadas no bairro, 36,6% dos inquiridos afirma ser através de reuniões semanais, 47,4% a partir de amigos e conhecidos e 15,8% de outras formas (Tabela 16).

No que diz respeito às principais vulnerabilidades existentes no Bairro da Bela Vista verifica-se que 87,1% dos inquiridos apontam a degradação dos edifícios (Tabela 17), 27,1% a construção labiríntica (Tabela 18), 48,6% o vandalismo (Tabela 19), 22,9% a criminalidade (Tabela 20), 38,6% o consumo e o tráfico de drogas (Tabela 21), 34,3% a insuficiente iluminação (Tabela 22), 54,3% a existência de esquinas e becos inseguros (Tabela 23), 42,9% a falta de manutenção da rua (Tabela 24), 52,9% a falta de limpeza (Tabela 25), 30,0% a inexistência/insuficientes áreas de lazer/tempo livre (Tabela 26), 51,4% a inadequada/insuficiente intervenção policial (Tabela 27), 32,9% a existência de diferentes etnias,

culturas e costumes (Tabela 28) e 34,3% a inexistência/insuficientes áreas comerciais (Tabela 29).

Com base na análise correlacional verifica-se que dos inquiridos que responderam considerar o bairro seguro, 93,3% nunca foram vítimas de qualquer tipo de crime e 6,7% já foram. Em relação aos indivíduos que responderam que consideram o bairro inseguro, constata-se que 32,0% já foram vítimas de crime e 68,0% nunca foram (Tabela 31), contudo, ao avaliar a relação entre a segurança no bairro e o item “*já foi vítima de qualquer tipo de crime neste bairro*” aplicou-se o teste não paramétrico Qui-Quadrado (χ^2), entre duas variáveis qualitativas nominais, concluindo-se que as variáveis estão associadas (Tabelas 32 e 33), ou seja, não são independentes ($\chi^2 = 7,787$; $p = 0,005$)

Relativamente à associação entre o género e o sentimento de (in)segurança afere-se que 32,9% do género feminino considera o bairro seguro e 21,4% não e que 31,4% do género masculino considera o bairro seguro e 14,3% não. (Tabela 34), concluindo-se que as variáveis são independentes (Tabela 35), isto é, não apresentam relação entre si ($\chi^2 = 512$; $p = 474$).

As variáveis idade e o sentimento de (in)segurança são também independentes ($\chi^2 = 8,248$; $p = 0,083$), conforme Tabela 37. Distribuídas pelas seguintes percentagens: dos indivíduos com menos de 15 anos 1,4% não considera o bairro seguro, dos 15 aos 25 anos 12,9% consideram o bairro seguro e 5,7% não, dos 26 aos 46 anos 5,7% responderam que o bairro é seguro e 10,0% não e dos inquiridos com idade superior a 46 anos 21,4% sente que o bairro é seguro e 12,9% não (Tabela 36). Apesar do teste estatístico não encontrar relação entre as variáveis, é possível constatar que existe uma tendência para que os indivíduos que pertencem a grupos com maior faixa etária se sintam mais vulneráveis (Gráfico 13).

No que se refere à criminalidade como uma fragilidade existente no Bairro da Bela Vista, constata-se que dos 77,1% dos inquiridos que não assinalaram este aspeto, 36,4% já foram vítimas de crime e 84,7% não, por outro lado, dos 22,9% dos indivíduos que consideram a criminalidade como uma vulnerabilidade, 56,3% nunca foram vítimas de crime e 43,8% já (Tabela 38). Dos diversos aspetos indicados pelos sujeitos, mostrou-se pertinente avaliar a relação entre a criminalidade e a variável “*já ter sido vítima de crime*” que se apresentou significativa (Tabelas 39 e 40), isto é, as variáveis estão associadas ($\chi^2 = 12,308$; $p = <0,001$). Distribuindo-se da seguinte forma: dos indivíduos que não consideram a criminalidade como uma vulnerabilidade, 7,04% já foram vítimas de crime e 92,6% não. Dos que indicaram a

criminalidade como uma fragilidade, 43,8% já foram vítimas de crime e 56,3% não. Na mesma linha de raciocínio, dos sujeitos que já foram vítimas de crime no bairro 36,4% não apontam a criminalidade como uma “preocupação” e 63,6% apontam. Dos que nunca sofreram qualquer tipo de crime, 84,7% não realçaram a criminalidade como um problema e 15,3% sim.

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os resultados obtidos através da presente investigação evidenciam que o Bairro da Bela Vista é um “exemplo perfeito” de como o desenho urbano influencia o sentimento de insegurança. Do ponto de vista histórico verifica-se que não existiu uma evolução adequada da estrutura física e social do bairro uma vez que o propósito para o qual o Bairro da Bela Vista foi pensado não corresponde ao atual. Isto é, se o bairro foi construído com o objetivo de alojar os operários perto das indústrias e posteriormente foram também alojados retornados e indivíduos de “bairros degradados” é compreensível que a aglomeração e a diversidade social, económica e cultural signifiquem, por si só, a existência a conflitos. Acrescenta-se, ainda, o facto do Bairro da Bela Vista se localizar no limite da cidade de Setúbal o que reforça a definição usual de bairro, designadamente: que é uma zona separada e exterior ao resto da cidade onde existe um conjunto de comportamentos próprios e se verifica o “sentimento de localização” (Bezerra, 2011).

A partir da análise dos inquéritos por questionário é possível verificar que os habitantes apontam como as principais vulnerabilidades existentes no Bairro da Bela Vista a degradação dos edifícios, a existência de becos e esquinas, a falta de limpeza e a inadequada/insuficiente intervenção policial. Estes resultados permitem associar o sentimento de insegurança a aspetos que se inserem no paradigma CPTED. Não obstante a resposta maioritária ter sido que os habitantes se sentem seguros no bairro, a verdade é a resposta oposta apresenta um número significativo o que sugere a necessidade de se continuar a trabalhar a questão da segurança com base na manipulação das oportunidades.

Neste sentido, e face às propostas feitas num momento anterior pelo investigador assentes nas estratégias de planeamento e *design*, salienta-se a importância da vigilância natural, do reforço da territorialidade, da manutenção do espaço, do controlo natural de acessos e do incentivo à atividade no Bairro da Bela Vista. Todavia, e como mencionado em primeiro lugar, o Bairro da Bela Vista é composto por uma forte heterogeneidade de etnias, culturas e costumes o que implica que as mudanças físicas se complementem de mudanças sociais. Se se olhar para as

respostas obtidas nos questionários verifica-se que não é um aspeto fortemente assinalado no que diz respeito às fragilidades existentes, contudo, é algo mencionado nas respostas abertas por alguns dos inquiridos quando questionados sobre que alterações se deveriam verificar no bairro. Face ao exposto, parte-se do pressuposto que é de facto um aspeto que incomoda os indivíduos mesmo que tenham consciência o quão difícil é alterar esta realidade.

Incluir os residentes nas mudanças verificadas no bairro é crucial para o aumento do sentimento de pertença e comunidade. Se se verifica que a existência de diferentes etnias, culturas e costumes num determinado espaço é considerado uma vulnerabilidade, como no Bairro da Bela Vista, é preciso apostar em medidas que permitam uma aproximação dos habitantes e, conseqüentemente, que exista um aumento do zelo e do cuidado dos espaços que sentem como seus e da comunidade. Salienta-se o trabalho desenvolvido pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” pela forma como têm sido implementadas estratégias que permitem que a vertente física se associe à social. Assim, as respostas obtidas nos inquéritos por questionário acompanham as reflexões feitas pela investigadora uma vez que a maior parte dos inquiridos salienta que o programa tem sido positivo para a melhoria do bairro, para aproximar os moradores e para que os visitantes e os próprios residentes se sintam mais seguros.

Curiosamente, ainda na mesma linha de raciocínio, verifica-se uma descida significativa das respostas positivas quando questionados sobre o impacto do programa para o aumento da segurança⁶⁷, sendo a pergunta “*considera que o programa tem sido eficaz para que os habitantes/visitantes se sintam mais seguros no bairro?*”. Apesar da maioria ter respondido que sim, constata-se que os indivíduos não se mostraram tão confiantes em relação ao trabalho desenvolvido pela CMS no âmbito da segurança como, por exemplo, quando questionados sobre a utilidade do programa.

Ao vincularmos as estratégias adotadas pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” e as respostas obtidas nos questionários em relação aos principais aspetos que incomodam os moradores a nível arquitetónico, nomeadamente a degradação dos edifícios e a existência de becos e esquinas, compreendemos a influência da teoria “*broken windows*” na prática. A partir do momento em que se começou a investir na remodelação dos prédios, integrando a população nesta mudança, verificou-se uma preocupação crescente e um trabalho contínuo por parte de todos para que não exista um retrocesso. Mesmo que as respostas sugiram a necessidade de se

⁶⁷ Como demonstrado nos Gráficos 8, 9 e 10.

continuar a trabalhar neste sentido, assim como a reportagem fotográfica, é importante valorizar todos os esforços que têm sido feitos para que os indivíduos se sintam mais envolvidos com o espaço e demonstrem preocupação pelo mesmo. Assim, realça-se o prémio de Boas Práticas ganho pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” em 2018 no concurso da Associação Internacional das Cidades Educadoras e a evolução das notícias sobre o Bairro da Bela Vista que apontam neste sentido.

Para que se diminua o sentimento de insegurança e o aparecimento de ocorrências criminais é crucial que se adotem técnicas de prevenção situacional adequadas, designadamente que se aumente a dificuldade do crime, que se aumente os riscos e que se reduza os ganhos (Elias, 2008). Considerando o estudo de caso, verifica-se que os inquiridos salientam os pátios, os becos, a Rua do Antigo Olival e as esquinas como os lugares menos seguros do Bairro da Bela Vista. Nesta lógica, salientam-se as estratégias propostas pela investigadora num momento anterior e acrescenta-se, como sugestão, o aproveitamento do terreno⁶⁸ existente entre a Rua do Monte e a Rua Antigo Olival para a criação de espaços em prol das necessidades e do bem-estar da comunidade, assim como, para tornar o bairro mais atrativo de modo a existir uma aproximação ao resto da cidade.

Apesar de não ter sido possível obter os dados estatísticos referentes à criminalidade do Bairro da Bela Vista, o que impossibilita que se compreenda se o sentimento de insegurança assenta numa lógica subjetiva ou objetiva, constata-se que a fragilidade menos sinalizada pelos inquiridos é a criminalidade. Neste sentido, afere-se que a maior parte dos indivíduos respondeu que nunca foi vítima de um crime, todavia, parte dos inquiridos ou já viu algum crime, ou sabe de quem já tenha sido vítima ou sente medo de vir a ser. Estes resultados permitem fazer algumas correlações com as ideias apresentadas anteriormente, nomeadamente, ou existiu uma normalização do crime por parte da comunidade, o que vai de encontro as ideias expostas por Durkheim (Dias & Andrade, 1984), ou a criminalidade não é vista como uma vulnerabilidade marcante porque não assume um carácter repetitivo como as incivildades. Assim, defendemos que os fatores sociais e os comportamentos desviantes são elementos igualmente a ponderar quando nos debruçamos na questão da (in)segurança.

Curiosamente, ainda na mesma linha de pensamento, verifica-se que dos indivíduos que consideram a criminalidade como uma fragilidade existente no bairro, 56,3% nunca foram

⁶⁸ Imagem 76.

vítimas de crime. Estes dados permitem concluir de forma consistente, tal como temos explanado, que a insegurança que os indivíduos sentem assenta maioritariamente numa lógica subjetiva sendo que nem sempre está relacionada com qualquer tipo de vitimização. Assim, é notório que o sentimento de insegurança tem origem em diversos fatores o que nos leva a defender que o desenho urbano é fundamental para a criação de lugares (aparentemente) mais seguros e, como consequência, para uma alteração na forma como os indivíduos percebem o espaço onde se inserem. Em suma, *“é importante desmistificar os fatores urbanos que promovem o dualismo insegurança/medo, designadamente os que estão associados à própria morfologia do desenho urbano e respetivo ambiente, que são promotores do desconforto do cidadão”* (Ferreira, 2013, p.53).

Considera-se, desde já, como uma limitação o facto de não estarem expostos os dados estatísticos referentes à criminalidade do Bairro da Bela Vista porque não permite realizar uma análise da evolução da mesma. Embora se tenha consciente que se trata de uma informação imprecisa e abrangente, constata-se no distrito de Setúbal, com base no RASI de 2017, 2018 e 2019 a tendência para uma diminuição da criminalidade geral e da criminalidade violenta e grave nos últimos 10 anos, apesar do ligeiro aumento de 2% da criminalidade geral e 3% da criminalidade violenta e grave em 2019. Com base nos valores apresentados desde 2006 verifica-se a tendência para uma gradual diminuição da evolução da criminalidade geral e violenta e grave no distrito de Setúbal. Seria perigoso mencionar indicadores que pudessem explicar esta realidade face à pouca informação existente neste sentido, contudo, defende-se que estratégias assentes na melhoria dos bairros como, por exemplo, o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, têm realmente influência na diminuição da criminalidade.

Realça-se, da análise dos questionários, a falta de limpeza como um aspeto incomodativo para os habitantes. Acrescenta-se, com base nas respostas abertas, que os indivíduos salientam como vulnerabilidades existentes no Bairro da Bela Vista o ruído, a quebra de normas de convivência e diversos pontos relacionados com atos de vandalismo o que nos remete para a existência de incivildades, tanto físicas como sociais. Constata-se, portanto, que a presença de incivildades se revelam mais preocupantes para os inquiridos do que a criminalidade. Assim, é possível compreender que apesar de todos os esforços feitos neste sentido, o sentimento de insegurança é fortemente influenciado pela falta de sentimento de pertença e de comunidade por parte de alguns habitantes.

Ao longo da presente investigação explanou-se o impacto que comunicação social tem no sentimento de insegurança. É factual que estes contribuem para que se construam ideias que não correspondem à verdade no que diz respeito à segurança, particularmente quando nos referimos ao conceito de pânico moral e à teoria da rotulagem. A maioria dos inquiridos defende que os *media* contribuem negativamente para a imagem do Bairro da Bela Vista argumentando que só transmitem os aspetos negativos existentes no bairro, assim como, exageram em relação a esses aspetos. Através do levantamento feito pelo investigador em relação às notícias do bairro verifica-se que tem existido uma mudança de paradigma pois, recentemente, têm sido realçados os aspetos mais positivos. Todavia, constata-se que as respostas dos inquiridos coincidem com as conclusões de alguns dos estudos mencionados anteriormente. Considerando que se trata de uma ZUS, é plausível que parte do que foi noticiado assente em estereótipos e que contribua para que ao longo do tempo se tenha intensificado as conotações negativas associadas ao bairro e degradado as relações entre interior-exterior.

Uma das vulnerabilidades apontadas pela população, tanto nas respostas abertas como nas fechadas, é a inadequada/insuficiente intervenção policial. Respostas como “*a PSP deveria fazer mais rondas*”, “*a relação da PSP com os habitantes deveria ser melhor*”, “*a PSP deveria comparecer quando é chamada a intervir*” e “*a PSP deveria melhorar a sua atuação*” são alguns dos aspetos mencionados pelos habitantes em relação ao trabalho desenvolvido pela PSP no bairro. Por ter sido recusado o pedido para a realização dos inquéritos por questionário ao efetivo da Esquadra da Bela Vista, torna-se imprecisa a informação disponível em relação a esta questão porque não permite comparar os dados obtidos. Todavia, ao relacionar-se os questionários da população com o conteúdo apresentado nesta dissertação é possível encontrar alguns indicadores comuns, designadamente que é necessário melhorar o policiamento de proximidade em ZUS de modo a evitar que se assista à atuação policial na resolução de problemas locais só em casos de emergência, assim como, que a PSP contribua para um “processo reprodutor de estigmatização” (Carmo, Ascensão, & Estevens, 2018).

Em anexo F encontra-se disponível uma análise SWOT feita pela CMS em 2007 onde estão presentes os pontos fracos e fortes, as ameaças e as oportunidades existentes no Bairro da Bela Vista. Assim. Com base na análise dos questionários constata-se que os problemas existentes no bairro associados à insegurança têm perdurado no tempo. Mesmo que se verifique que alguns indicadores têm sofrido alterações, designadamente o facto de já existir uma solução

integrada para o bairro, há parâmetros que se mantêm: grande parte dos edifícios continuam degradados, a insegurança é principalmente sentida pelos idosos⁶⁹, a deficiência de transportes públicos e a existência de problemas socioculturais. Apesar de ser incontestável a importância das medidas desenvolvidas pela CMS, parte das respostas dos inquiridos sugerem que o apoio dado à comunidade não tem sido suficiente e que é necessário continuar a trabalhar neste sentido. Melhorar a assistência dada aos idosos, investir na segurança, apostar em mais trabalhos coletivos, iluminar e fechar as escadas, aumentar a fiscalização, apoiar o investimento de mais áreas comerciais, proporcionar a criação de mais espaços de atividades para os jovens, suportar os clubes e instituições e não existir uma distinção entre quem tem casa comprada e alugada são algumas das respostas⁷⁰ que indicam que apesar de todos os esforços feitos pela CMS, principalmente com o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, é crucial uma intervenção mais abrangente e sistemática.

Com base nas conclusões da dissertação realizada em 2010 (Fernandes) com o mesmo objeto de estudo verifica-se uma mudança progressiva, todavia, constata-se que existem vulnerabilidades que prevalecem após um período de 10 anos. Neste sentido, considerando a síntese das sugestões para o Bairro da Bela Vista apresentada num momento anterior, faz-se o seguinte balanço: verificou-se uma aproximação das principais entidades envolvidas sendo que é um processo gradual e exigente; não se verificaram alterações a nível de iluminação; os prédios têm sido pintados o que se realça como positivo para a aparência do bairro mas ainda se constata uma discrepância significativa em relação aos prédios por restaurar; as instalações da PSP mantêm-se no mesmo sítio; com base no levantamento feito pela investigadora em relação às atividades desenvolvidas pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” verificou-se uma maior participação da comunidade em questões associadas à limpeza do bairro; verificaram-se poucas mudanças no que diz respeito à criação de espaços mais atrativos. Destaca-se a criação do polo da biblioteca da Bela Vista; não foram construídos mais espaços verdes até ao momento e as árvores existentes no Bairro da Bela Vista apresentam uma altura desaconselhada; as varandas não foram vedadas e não se verificou uma construção completa de paredes entre os blocos de modo a desconstruir uma forma tão labiríntica; têm sido construídos portões por parte da CMS e pelos habitantes para que os prédios se tornem mais fechados, todavia, ainda existem algumas

⁶⁹ Como demonstrado no Gráfico 13.

⁷⁰ Conforme a Tabela 30.

partes do edificado que permitem uma “livre circulação” pelo bairro e que transmitem a ideia de que se tratam de espaços públicos; como se constatou, apesar da heterogeneidade sociocultural continuar a ser apontada como uma vulnerabilidade existente no bairro, realça-se o trabalho desenvolvido pela CMS neste sentido através de projetos comunitários; a conotação negativa associada ao Bairro da Bela Vista vai prevalecendo o que dificulta as relações “interior-exterior”, todavia, destacam-se as estratégias adotadas pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” e a evolução das notícias por parte dos *media* neste sentido.

CONCLUSÃO

Atualmente, com o processo da globalização e tudo o que lhe está subjacente, assiste-se a uma mudança na forma como se (re)pensa a prevenção criminal e, em sentido mais estreito, a prevenção situacional. As ameaças que se fazem sentir nas sociedades contemporâneas implicam que se repense numa diferente cultura de segurança (Lourenço, 2010) visto que, cada vez mais, se perdem as tradicionais formas de controlo social e se verifica que optar por métodos somente repressivos não se tem mostrado eficaz, como tal, é crucial que se verifiquem os pressupostos inerentes à prevenção criminal e que exista um esforço por parte de diversas entidades para que isto aconteça (Neto & Vieira, 2014).

As cidades, que representam por si só um conjunto de oportunidades, são constituídas por uma pluralidade social que evidencia a (in)segurança urbana (Ferreira, 2013). Face às mudanças societárias, principalmente em meio urbano devido ao processo de industrialização, verifica-se que a existência de centros urbanos (mais) seguros implica que se procure reduzir as oportunidades para a existência de crimes e incivildades. Assim, é necessário que verifique um trabalho de governança da segurança em rede (Poiães, 2014) sendo que o Estado perde parte da sua centralidade e se torna fundamental um trabalho conjunto entre os diferentes organismos envolvidos.

A realização de diversos estudos tem evidenciado que a principal causa dos problemas associados à insegurança não se prende com a vitimização criminal mas antes com o ambiente físico e social (Kramer et. al., 2015). Ou seja, é crucial considerar a conceção arquitetónica para a criação de espaços mais seguros sendo que estes devem ser pensados em prol dos seus utilizadores e essencialmente com base num uso “adequado” por parte dos mesmos. É fundamental, especialmente em contexto urbano, que os indivíduos compreendam a funcionalidade do ambiente físico em que se inserem e que este, por si só, se apresente como uma objeção para o aparecimento de crimes e incivildades.

Face ao exposto, é visível que as estratégias assentes no paradigma CPTED se têm mostrado relevantes para a prevenção situacional. A vigilância natural, o reforço da territorialidade, a manutenção do espaço, o controlo natural de acessos e o incentivo à atividade são princípios basilares que integrados com a abordagem 3-D's (design, definição e designação) permitem a manipulação das características físicas dos espaços e, conseqüentemente, que estes se

tornem mais seguros e agradáveis. Quanto menos oportunidades se verificarem para a existência de crimes e incivildades, maior será o sentimento de pertença e segurança.

Os princípios apresentados na 2ª geração CPTED sugerem que a mudança física deverá fazer-se acompanhar de uma mudança social. A coesão, a conectividade e a cultura da comunidade (Saville & Cleveland) são alguns dos aspetos que devem integrar o (re)desenho dos espaços. Cada vez mais, de diversas formas, os atores sociais assumem a responsabilidade de contribuir para a criação de lugares menos inseguros sendo que as FS não surgem somente como *ultima ratio*⁷¹ mas como uma entidade que, juntamente com outras, procura cooperar para o bem-estar e segurança dos cidadãos através de um rigoroso trabalho preventivo, comunitário e de proximidade.

A existência de cidades sustentáveis passa por existirem programas de aproximação das FS à sociedade, porém, a atuação policial, particularmente em ZUS, não se pode limitar a ser em casos de emergência sendo necessário que se desenvolvam relações recíprocas. Defende-se que a colaboração constante entre os diferentes organismos promotores de segurança é o ideal para que se consigam alcançar resultados positivos neste âmbito. Se existir uma consciência coletiva por parte de cada indivíduo relativamente à sua responsabilidade no que diz respeito à prevenção, a probabilidade de se identificarem e solucionarem os problemas existentes sem que estes prevaleçam por tempo indesejado é maior. Como se sabe, a responsabilidade referida está intrinsecamente associada à forma como os indivíduos percebem o espaço em que se inserem visto que a gestão e a manutenção existentes num determinado ambiente é proporcional ao significado que os atores sociais lhe dão.

No Bairro da Bela Vista, apesar do trabalho desenvolvido pela CMS com base em estratégias CPTED, nomeadamente através do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, prevalecem aspetos menos positivos a salientar. Sendo inexecutável uma alteração à própria construção do bairro, parte-se do pressuposto que se devem investir em medidas que permitam um aumento do sentimento de pertença e, conseqüentemente, do sentimento de segurança. É importante não olvidar que as alterações físicas ao bairro se devem acompanhar de alterações sociais visto que, como se tem verificado, a tendência é para que os indivíduos não compreendam o compromisso que têm no que diz respeito ao zelo e manutenção dos espaços.

⁷¹ Expressão de origem latim que significa último recurso.

Apesar do pedido para obtenção dos dados estatísticos da criminalidade no Bairro da Bela Vista, assim como, para a realização dos inquéritos por questionário ao efetivo da Esquadra da PSP ter sido recusado, o que não permite uma análise da criminalidade existente no bairro, nem uma comparação com os dados apresentados na dissertação de Fernandes (2010), constatou-se, com base nas respostas obtidas nos inquéritos por questionário à população do bairro, que a insegurança não se relaciona diretamente com o facto de terem sido vítimas de algum tipo de crime no bairro, ou saberem de quem tenha sido, mas com a existência de incivildades. O ruído, a falta de limpeza e manutenção, as escadas abertas, a ausência de fiscalização, a existência de comportamentos socialmente reprováveis, a degradação dos edifícios e o facto de a PSP, supostamente, ignorar as denúncias feitas e só comparecer em situações de emergência, são algumas das fragilidades existentes no bairro apontadas pelos habitantes.

Neste sentido, defende-se que é imperativo que as diferentes entidades envolvidas continuem a desenvolver estratégias que permitam a redução do sentimento de insegurança vivenciado no Bairro da Bela Vista. Considerando que uma das principais vulnerabilidades reportada se prende com a inadequada intervenção das FS, seria vantajoso que se aplicasse o processo SARA ao presente caso de estudo, designadamente através da identificação dos problemas existentes, e se reconhecesse a pertinência da utilização da *Checklist*, presente no Guia de Boas Práticas (2013), para se aferir as condições do uso do espaço. Quando existe um conhecimento prévio das fragilidades existentes é mais fácil a adoção de medidas que resultem.

Do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” desenvolvido pela CMS em 2012 salienta-se o trabalho de prevenção criminal através do espaço construído. Constatou-se, através dos inquéritos por questionário à população e das atividades desenvolvidas pelo programa num período de seis meses, que o trabalho tem sido positivo, especialmente porque existiu uma melhoria das características físicas do bairro, se envolveu os moradores nas mudanças do bairro, se verificou uma aproximação dos residentes e se confirmou que tem sido eficaz para que os habitantes/visitantes se sintam mais seguros. Ainda que a caracterização arquitetónica feita pelo investigador, os aspetos assinalados pelos habitantes como os mais incomodativos e as respostas de alguns inquiridos sugeriram que existe um longo caminho a ser feito pela CMS neste âmbito, não deixa de ser notório o esforço feito nestes últimos oito anos com base nas estratégias CPTED.

A alteração do tipo de notícias dadas pela pelos *media* relativamente ao Bairro da Bela Vista é algo a considerar como positivo. De acordo com diversos estudos mencionados na presente investigação, é factual que a comunicação social distorce a realidade no que diz respeito à (in)segurança urbana e contribui para que se evitem certas zonas, particularmente se estas forem consideradas ZUS. No levantamento feito pela investigadora foi possível verificar que, num período de aproximadamente 10 anos, existiu uma mudança no conteúdo que é apresentado sobre o bairro, deixando a criminalidade de ser um tema central para passar a ser pontual. Não obstante o trabalho feito pelos *media*, constatou-se que a maior parte dos inquiridos considera que estes contribuem negativamente para a imagem do bairro, o que reforça a ideia de que se deve persistir na partilha dos projetos feitos no bairro não só como uma forma de melhorar o sentimento de pertença mas também para evitar o isolamento do mesmo.

Face ao exposto, deve-se continuar a apoiar iniciativas que incluem as estratégias CTPED para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Considerando os resultados positivos obtidos em programas como o *Police Label Secure Housing*, *Secured by Design* e *Safer Cities* defende-se que se devem investir em projetos idênticos em Portugal e procurar fazê-lo principalmente nas zonas mais problemáticas como, por exemplo, no Bairro da Bela Vista. Realça-se que independentemente de certas zonas serem consideradas mais complicadas no que diz respeito a níveis de segurança, se deve ter presente que são compostas por indivíduos diferentes e que muitos deles estão dispostos a contribuir para melhorar os aspetos menos positivos.

Considerando o primeiro objetivo específico proposto, realizou-se uma análise dos principais aspetos físicos que condicionam o sentimento de segurança através do Guia de Boas Práticas onde foram indicadas algumas estratégias com base no CPTED que permitem a manipulação da oportunidade para a ocorrência de crimes e incivildades. No que diz respeito ao segundo objetivo, foi possível ter um parecer da população em relação às principais fragilidades existentes no bairro, assim como, do trabalho desenvolvido por diferentes entidades no mesmo. Na associação das conclusões do primeiro e do segundo objetivo é perceptível o impacto que o ambiente físico tem no sentimento de (in)segurança. Em relação ao terceiro, e último objetivo, tal como referido anteriormente, realça-se a importância de se continuar o trabalho desenvolvido pela CMS e pelos *media* pelo modo como têm permitido um aumento do sentimento de pertença e de comunidade e, por sua vez, a diminuição do sentimento de insegurança e do medo do crime.

De modo a concluir a presente investigação, reflete-se sobre o objetivo geral da mesma, designadamente a pergunta de partida e linha orientadora de toda a dissertação: é possível reforçar o sentimento de segurança no Bairro da Bela Vista em Setúbal através do (re)desenho urbano?

Tendo em consideração todas as informações recolhidas, conclui-se que existe uma visível influência entre o sentimento de segurança e o desenho urbano. Realça-se que não foi possível o acesso aos dados estatísticos da criminalidade existente no Bairro da Bela Vista mas sustenta-se a ideia de que as principais fragilidades se direcionam para a existência de incivildades e para a falta de sentimento de pertença e comunidade. Se os indivíduos não atribuem significado ao espaço em que se inserem é compreensível uma apropriação errada do mesmo e, conseqüentemente, que se torne em um potencializador de comportamentos criminosos ou desviantes. Neste sentido, ressalta-se a importância da manipulação do ambiente físico na ocorrência de crimes e incivildades através de estratégias que se inserem na prevenção situacional, designadamente através do paradigma CPTED.

O programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” é um exemplo de como medidas assentes em mudanças físicas e sociais se tornam cruciais para que a comunidade se sinta mais envolvida na manutenção, preservação e zelo pelo espaço que sentem pertencer-lhes. Tendo em consideração as conclusões de Fernandes (2010) constata-se que existem alterações que foram referidas e que até ao momento ainda não se verificaram, todavia, tem-se consciência que é um caminho duradouro que implica um trabalho conjunto por diferentes entidades, particularmente por parte da população não sendo fácil num espaço onde existe uma diversidade de etnias, culturas e costumes tão acentuada. É inquestionável o papel do paradigma CPTED para a criação de espaços mais seguros, todavia, sabe-se que tem uma menor eficácia quando as estratégias adotadas se associam a dinâmicas e condições socioeconómicas e demográficas menos positivas (Cozens & Love, 2015).

O facto de não ter sido possível a realização dos inquéritos por questionário ao efetivo da Esquadra da Bela Vista impede que se conheça o ponto de vista dos mesmos, não obstante, é perceptível que em ZUS as FS assumam uma atitude que não as permite fortalecer os vínculos com a comunidade, designadamente pela dificuldade que existe em se adotem programas de proximidade. Porém, é fulcral que exista uma mudança deste paradigma visto que, no caso do Bairro da Bela Vista, a PSP deve ser a primeira entidade a contribuir para uma aproximação

entre os residentes e para que se verifiquem os pressupostos inerentes à prevenção situacional, principalmente porque a Esquadra da Bela Vista se insere dentro dos blocos do bairro. Admitindo como inexequível a mudança das instalações da PSP para o exterior do bairro (sendo que é algo que se deve ponderar) é preciso que se reforcem os laços entre a PSP e a comunidade e, considerando o que foi sugerido pelos inquiridos, se aumente as relações de confiança entre ambos.

Face ao exposto, enfatiza-se a importância de um trabalho conjunto entre as diferentes entidades e a necessidade de uma análise concreta em relação aos problemas existentes. Como se sabe, é imprescindível que se compreenda que a relação indivíduo-espço é bilateral devendo-se considerar que é mutável no tempo, isto é, as mudanças físicas devem acompanhar as mudanças sociais e vice-versa. Neste sentido, deve-se verificar uma constante adaptação por parte de todos os envolvidos e não olvidar que o processo de sinalização das vulnerabilidades existentes em espaço urbano deve ser sistemático e contínuo.

De forma a concluir o presente estudo admite-se a existência de algumas limitações, designadamente: a impossibilidade de se realizarem inquéritos por questionário ao efetivo da Esquadra da PSP, a impossibilidade de se obterem os dados estatísticos referentes à criminalidade do Bairro da Bela Vista, o número diminuto de inquéritos por questionário realizados à população e a impraticabilidade de se efetuar os mesmos dentro do Bairro da Bela Vista de modo a se ter uma melhor perceção em relação ao sentimento de (in)segurança face às ruas onde os indivíduos se encontravam e, por sua vez, uma maior diversidade da categorização sociodemográfica dos inquiridos. Assim, propomos uma futura linha de investigação que procure realizar este estudo após um período de dez anos, de modo a que a margem temporal seja idêntica à que se teve em relação à dissertação de Fernandes (2010) e, sendo possível, com acesso a dados autorizados pela Direção Nacional da PSP. Face ao exposto, consideramos que uma futura investigação com base nos pressupostos apresentados permitirá uma análise mais completa da influência das estratégias CPTED tendo como convicção que o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” continua a trabalhar neste sentido. Realça-se a importância de se considerar as limitações referidas anteriormente de modo a que se trabalhe as mesmas e se melhorem as conclusões obtidas.

REFERÊNCIAS

- Albarello, Luc et al (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Argan, G. (1993). *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Atlas, R. I. (2013). *21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention* (2ª ed.). Boca Raton: CRC Press Taylor & Francis Group.
- Azevedo, A., Riccio, V., & Ruediger, M. (2011). A utilização das estatísticas criminais no planeamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. *Revista Ciência da Informação*, 40(1), 9-21.
- Baptista, J. (2015). *A Segurança no desenho urbano: uma abordagem CPTED*. (Relatório científico final do trabalho de investigação aplicada). Lisboa: Academia Militar.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2006). *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Beck, U (2013). *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidade*. 4.ª impressão. Barcelona: Paidós.
- Becker, H. (1963). *Outsiders- studies in the sociology of deviance*. Nova Iorque: Free press.
- Bell, J. (2002). *Como realizar um projecto de investigação*. (2ª ed.). Lisboa: Grávida.
- Bezerra, J. A. (2011). Como definir o bairro? Uma breve revisão. *Revista geotemas*, 1(1), 21-31.
- Brantingham, P. & Faust, F. (1976). A conceptual Modelo of Crime Prevention. *Crime and Delinquency*, 22(3), 284-295.
- Cabral, R. L. (2015). *Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura*. (Componente teórica do trabalho de projeto realizado no âmbito da unidade curricular do projeto final de arquitetura). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Carmo, A., Ascensão, E. & Estevens, A. (2018). *A cidade em reconstrução: leituras críticas, 2008-2018*. Lisboa: Outro Modo.
- Carvalho, A. (2015). *A Segurança Urbana e o Desenho do Espaço Público: contributos para a prevenção do crime e das incivildades*. Dissertação de mestrado em ciências policiais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

- Carvalho, M. (2012). *O roubo a residências: Uma abordagem direcionada a esclarecer e prevenir*. (Projeto de graduação para obtenção do 1º ciclo de estudos em criminologia). Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Cezário, K. (2009). Os jovens em Portugal e a Polícia de Segurança Pública (PSP)- Um policiamento orientado para a cidadania: o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 3(4), 56-71.
- Clarke, R. (1997). *Situational crime prevention*. Albany, NY: Harrow and Heston, Publishers.
- Cornish, D. & Clarke, R. (1986). *The Reasoning Criminal*. New York: Springer-Verlag.
- Costa, A. F. (2001). A Pesquisa de Terreno em Sociologia em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. (11ª ed.). Porto, Edições Afrontamento, 130-148.
- Cotta, F. A. (2005). A Crise da Modernidade e a Insegurança Social. *Revista de Humanidades*, 7(14).
- Cotta, F. A. & Leão, J. O. (2013). Subjetividade, medo e sentimento de insegurança na sociedade contemporânea. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 3(5), 82-101.
- Cozens, P. & Love, T. (2015). A Review and Current of Crime Prevention Through Environmental Design. *Journal of planning literatures*, 30(4), 1-20.
- Crowe, T. D. (1991). *Crime Prevention Through Environmental Design: applications of architectural design and space management concepts*. Boston: Butterworth-Heinemann.
- Cusson, M. (1983). *Le Contrôle Social du Crime*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Dantas, G., Persinij, A., & Silva Júnior, Á. (2006). O Medo do Crime. *O Alferes (Belo Horizonte)*, 62(22), 11-49.
- Dias, J. & Andrade, M. (1984). *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Direcção Geral da Administração Interna. (2013). CPTED: Prevenção criminal através do espaço construído. Guia de Boas Práticas. (A. Neves e F. Teodorico, trad.). Lisboa: Direcção Geral da Administração Interna. Retirado de <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/noticias/noticia938.html>
- Documento orientador do Programa Integrado de Participação e Desenvolvimento da Bela Vista e Zona Envolvente, 2012. (Câmara Municipal de Setúbal). Retirado de <https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2018/07/Nosso-Bairro-Nossa-Cidade-Documento-orientador.pdf>.

- Elias, L. (2008). A Gestão da Prevenção Criminal em Manuel Valente e Maria Martins (Coord.). *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*. Coimbra: Edições Almedina, 443-491.
- Esteves, A. (1999). *A Criminalidade na Cidade de Lisboa: uma geografia da insegurança*. Lisboa: Edições Colibri.
- Eckblom, P. (2011). Guest Editor's Introduction. *Eur J Crim Policy Res*, 17, 1–5
- Farrington, D. & Tonry, M. (1995). *Strategic Approaches to Crime Prevention: building a safer society: strategic approaches to crime prevention*. Chicago: University of Chicago Press.
- Felson, M. (1994). *Crime and Everyday Life*. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press.
- Fernandes, D. (2010). *Urbanismo e Segurança: contributos da concepção, manutenção e utilização do espaço para a prevenção criminal. Uma abordagem ao Bairro da Bela Vista, em Setúbal*. (Dissertação de mestrado em ciências policiais). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fernandes, J. (2004). Bases Ecosociais do Sentimento de Insegurança. *Educação, Sociedade e Culturas*, 21, 93-112.
- Fernandes, J. P. (2017). *Segurança no planeamento urbanístico: A criação de um programa CPTED*. (Relatório científico final do trabalho de investigação aplicada). Lisboa: Academia Militar.
- Fernandes, L. (1998). *O sítio das drogas: Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fernandes, L. (2006). *O medo à cidade*. Retirado de <https://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/63245/2/83884.pdf>.
- Fernandes, L. F. (2007). Jacobs, Newman e C. Ray Jeffery. Contributos para a prevenção da criminalidade em M. Valente (Coord.). *Urbanismo, Segurança e Lei*. Tomo I, 33-60. Coimbra: Edições Almedina.
- Fernandes, L. & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15(1), 167-181.
- Fernandes, M. (2009). Urbanismo, Segurança e Lei em M. Valente (Coord.). *Urbanismo, Segurança e Lei*. Tomo II. Coimbra: Edições Almedina.
- Ferraro, K. (1995). *Fear of Crime: Interpreting Victimization Risk*. New York: State University of New York Press.
- Ferreira, E. M. (2013). *Segurança e Prevenção da Criminalidade em Espaços Públicos: a dialética proactiva entre o desenho urbano e o uso seguro*. (Tese de doutoramento em urbanismo). Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

- Ferreira, E. V. (2003). Violência e Insegurança Urbana: um Fenómeno em Crescimento ou Construção? O caso da Área Metropolitana de Lisboa. *Cidades- Comunidades e Territórios*, 7, 37-57.
- Filho, N. S. (2016). *Manual Esquemático de Criminologia*. São Paulo: Saraiva.
- Frias, G. (2004). *A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na atualidade*. (VIII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais-CES). Coimbra.
- Gärtner, A. (2008). Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2(1), 56-68.
- Giddens, A. (1992). *As Consequências da Modernidade*. Lisboa: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, P. V. (2005). A prevenção situacional da moderna criminologia. *Volume comemorativo dos 20 anos ISCP/SP*, 25-28. Lisboa: Edições Almedina.
- Gomes, S. (2015). Media e crime: dos media e da construção das realidades criminais. *Do crime e do castigo- Temas e debates contemporâneos*, 81-98. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Guerra, L. A. (2016). Clarificando o conceito de segurança. *Estudos comemorativos dos 30 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e dos 10 anos da Politeira*, Volume I, 119-132. Lisboa: Politeia.
- Guibentig, P. (2012). *Comunicação Social e Representações do Crime* com colaboração de Vanda Gorjão e Rita Cheta. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídicos.
- Heitor, T. V. (2009). (In)Segurança em Zonas de Residência. O Espaço da Oportunidade em M. Valente (Coord.). *Urbanismo, Segurança e Lei*. Tomo II, 129-144. Coimbra: Edições Almedina.
- Heitor, T. V. (2001). *A Vulnerabilidade do espaço em Chelas. Uma abordagem sintáctica*. (Textos universitários de ciências sociais e humanas). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Indovina, F. (2001). Geologia da Insegurança Urbana. A construção Social do Medo nas Cidades. *Cidades- Comunidades e Territórios*, 2, 19-31.
- Jacobs, J. (1992). *The Death and Life of great American Cities*. Vintage Books: New York.
- Jeffery, C. R. (1971). *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Jongejan, A. & Woldendorp, T. (2013). A Successful CPTED Approach: The Dutch 'Police Label Secure Housing'. *Built Environment*, 39(1), 31-48.

- Kamalipour, H., Faizi, M. & Memarian, G. (2014). Safe Place by Design: Urban Crime in Relation to Spatiality and Sociality. *Current Urban Studies*, 2(2), 152-162.
- Katz, J. (1987). What makes crime “news?” *Media, Culture & Society*, (9), 47-75.
- Kleemans, E.R. & Soudijn, Melvin & Weenink, Anton. (2012). Organized crime, situational crime prevention and routine activity theory. *Trends in Organized Crime*, 15, 87-92.
- Kramer, D., Jongeneel-Grimen, B., Stronks, K., Droomers, M. & Kunst, A. (2015). Are area-based initiatives able to improve area safety in deprived areas? A quasi-experimental evaluation of the Dutch District Approach. *BMC Public Health*, 15(711), 1-13.
- Kyttä, M., Kuoppa, J., Hirvonen, J., Ahmadi, E. & Tzoulas, T. (2014). Perceived safety of the retrofit neighborhood: A location-based approach. *Urban Design International*, 19(4), 311–328.
- Leal, J. M. (2010). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Interfaces, Sociologia*, 12(23), 394-427.
- Leitão, J. (2000). Sentimentos de Insegurança. *Polícia Portuguesa*, 125, 2-13.
- Lombroso, C. (2013). *O Homem Delinquente*. Tradução e Seleção: Sebastião José Roque. (2ªed.). São Paulo: Ícone Editora LTDA.
- Lopes, R. N. (2011). *Aprender com os erros. Os modelos urbanísticos dos bairros de habitação social em Portugal pós 25 de Abril de 1974*. (Dissertação para obtenção de grau de mestre em qualificação da cidade). Lisboa: Faculdade de Engenharia da Universidade Católica de Lisboa.
- Lourenço, N. (2010). Cidades e sentimento de insegurança: violência urbana ou insegurança urbana? em E. Junior, J. Silva & J. Maron (Coord.). *Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão do Sistema de Defesa Social*, 15-38. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social.
- Machado, C. (2004a). *Crime e insegurança- discurso do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Machado, C. (2004b). Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, 4(7), 60-80.
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Afrontamento.
- Machado, H. & Santos, F. (2009). A moral da justiça e a moral dos media: julgamentos mediáticos e dramas públicos. *Oficina do CES*, oficina nº 333, 1-18
- Machado, P. (2008). Abordagem Sócio-Ecológica do Comportamento Anti-social em Meio Urbano. (VI Congresso Português de Sociologia, Associação Portuguesa de Sociologia). Lisboa.

- Machado, P. (2009). *Uma análise sociológica de algumas questões relativa à segurança pública. Evoluções e principais tendências em Portugal*. Direção-Geral da Administração Interna – Anuário do setor de segurança. Lisboa.
- Marconi, M. A & Lakatos, E. M. (2006). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marzbalia, M., Tilaki, M., Abdullah, A., & Razak, N. (2012). The influence of crime prevention through environmental design on victimisation and fear of crime. *Journal of Environmental Psychology*, 32(2), 79-88.
- Mateus, M. D. (2013). Riscos urbanos, novas territorialidades e oportunidades de mudança. *Riscos naturais, antrópicos e mistos. Homenagem ao professor Doutor Fernando Rebelo*, 619-629. Coimbra: Departamento de Geografia. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.
- Matias, M. & Fernandes, L. (2009). Desarrumar o medo... O arrumador de carros como figura do medo na cidade. *Revista toxicodependências*, 15(3), 9-22.
- Matsunaga, L. H. (2016). Prevenção criminal por meio da análise do ambiente físico e social. *Revista Ciência & Polícia*, 4(2), 1-12.
- Mawby, R. (1977). Defensible Space: A Theoretical and Empirical Appraisal. *Urban Studies*, 14(2), 169-179.
- Mawby, R. (2018). Introduction. *Crime Prevention and Community Safe*, (20), 225-227.
- Maxfield, M. (1987). Lifestyle and Routine Activity Theories of Crime: Empirical Studies of Victimization, Delinquency, and Offender Decision-Making. *Journal of Quantitative Criminology*, 3(4), 275-282.
- Miskolci, Richard. (2007). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28, 101-128.
- Moleirinho, P. (2018). A importância dos modelos preditivos na área da segurança. Entre riscos e equilíbrios instáveis em T. Rodrigues & M. Painho (Coord.). *Modelos Preditivos e Segurança Pública*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Narciso, C. (2009). Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 9(2), 265-291.
- Neves, A. *A criminalidade de rua e o contexto*. VII Congresso Português de Sociologia. Porto: Universidade do Porto.
- Newman, O. (1972). *Defensible Space, Crime Prevention Through Urban Design*. New York: MacMillan Publishing Company.

- Newman, O. (1973). *Defensible space: people and design in the violent city*. London, UK: Architectural press.
- Nunes, A., Maciel, O. & Claudino, S. (2014). Recurso ao inquérito por questionário na avaliação do papel das Tecnologias de Informação Geográfica no ensino de Geografia. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 6, 153-177.
- Oliveira, J. F. (2000). *O fenómeno da violência urbana*. Polícia Portuguesa, 123, 23-25.
- Park, R. (1952). *Human Communities: The City and Human Ecology*. New York: Free Press.
- Park, R., Burgess, E. & McKenzie, R. (1925). *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. Chicago: A Series Edited by Morris Janowitz.
- Poiares, N. (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal*. Tese de doutoramento em Sociologia Política. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Poiares, N. (2019). A cibersegurança à luz da criminologia moderna, *Cyberlaw by CIJIC*, edição n.º VII, maio 2019. Lisboa: Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2017). *Manual de investigação em ciências sociais* (7ª edição). Lisboa: Gradiva.
- Relatório Anual de Segurança Interna (2017). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Relatório Anual de Segurança Interna (2018). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Relatório Anual de Segurança Interna (2019). Lisboa: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Ricardo, C., Siqueira, P. & Marques, C. (2013). Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 7(1), 200-216.
- Roché, S. (1998). Expliquer le sentiment d'insécurité : pression, exposition, vulnérabilité et acceptabilité. *Revue française de science politique*, 48(2), 274-305.
- Rosa, E., Souza, L., Oliveira, D. & Coelho, I. (2012). Violência Urbana, Insegurança e Medo: Da Necessidade de Estratégias Coletivas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 826-839.
- Sani, A. & Nunes, L. (2013). Questionário de diagnóstico local de segurança: Estudo numa comunidade urbana. *Análise Psicológica*, 2 (XXXI), 185-195.

- Saraiva, M. M. (2008). *Planeamento e concepção dos espaços públicos na óptica da prevenção da criminalidade*. (Relatório de mestrado em engenharia civil- especialização em planeamento, Faculdade de engenharia). Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Saville, G. & Cleveland, G. (1998). Second Generation CPTED: an Antidote to the Social Y2K Virus of Urban Design retirado de <http://www.veilig-ontwerp-beheer.nl/publicaties/2nd-generation-cpted-an-antidote-to-the-social-y2k-virus-of-urban-design>
- Shemeil, Y. (1985). Les cultures politiques em M. Grawitz & J. Leca. *Traité de Science Politique*, 237-306. Paris.
- Sento-Sé, J. T. (2011). A prevenção do crime e da teoria social. *Lua Nova*, 83, 9-40.
- Serdoura, F. (2006). *Espaço público, vida pública. O caso do Parque das Nações*. (Dissertação para obtenção do grau de doutor em planeamento regional e urbano). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Simmel, G. (1903). *The Metropolis and Mental Life* retirado de https://www.blackwellpublishing.com/content/bpl_images/content_store/sample_chapter/0631225137/bridge.pdf.
- Simões, M. J. (2014). *Espaço Público e Socialização Urbana: uma visão relacional*. (Dissertação de mestrado integrado em arquitectura). Lisboa: Universidade de Lusíada de Lisboa.
- Sousa, I., Cardoso, C. & Agra, C. (2012). Medo do Crime. Revisão Conceptual e Metodológica. *A Criminologia: um arquiélogo interdisciplinar* em C. Agra (Coord.). Porto: Universidade do Porto.
- Souza, R. G. (2011). Cidadania e incivildades: reflexões e críticas fundamentadas nas representações sociais da violência urbana. *Interlink*, 2(2), 43-56.
- Durão, S. (2012). Policiamento da proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora em S. Durão & M. Darck (Coord.). *Polícia, Segurança e Ordem Pública: Perspetivas Portuguesas e Brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Teixeira, F. (2010). Desenho do espaço urbano. Perspetivas socio-espaciais. (Dissertação para grau de mestre em Arquitetura Paisagista). Lisboa: Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.
- Teixeira, M. C. (1993). A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes. *Análise Social XXVIII* 121(2), 371-390.
- Tonnies, F. (2001). *Tonnies: Community And Civil Society*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Valas, J. (2001). Análise de Conteúdo em A. Silva e M. Pinto (Coord.). *Metodologia das Ciências Sociais*, 101-128. Porto: Edições Afrontamento.
- Valente, M. G. (2017a). *Direito Penal do Inimigo e o Terrorismo*. (2ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Valente, M. G. (2017b). *Teoria Geal do Direito Policial*. (5ª ed.). Lisboa: Almedina.
- Valente, R. V. (2015). *(Re)contextualizando o Homicídio: A perspetiva da Criminologia Ambiental*. (Relatório de licenciatura em criminologia). Porto: Universidade Fernando Pessoa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Vaz, A., Barros, C. & Fernandes, J. (2011). *A percepção da insegurança na cidade de Coimbra*. Cadernos de Geografia nº 30/31.
- Vieira, T. & Neto, J. (2014). A estratégia de prevenção do crime através do desenho urbano. *Revista de ordem pública* 7(1), 55-77.
- Walsh, E. (1999). Crime Prevention Through Environmental Design. *Jornal of housing and community development*. 42-44 (junho/agosto).
- Welsh, B., & Farrington, D. (2010). *The future of crime prevention: developmental and situational strategies*. USA: National Institute of Justice.
- Wilson, J. & Kelling, G. (1982). Broken Windows. The police and neighborhood safety. *The Atlantic Monthly*, 249(3), 29-38.
- Wober, J. (1978). Televised violence and paranoid perception: the view from Great Britain. *The Public Opinion Quarterly*, 42(3), 315-321.
- Zahm, D. (2007). Using crime prevention environmental design in problem solving. *Cops. Problem-Oriented Guides for Police. Problem-Solving Tools Series no 8*.

Legislação:

Constituição da República Portuguesa.
Código Processo Penal.
Artigo n.º 2 da decisão 2009/902/JAI do Conselho.

Endereços da internet:

<http://safercities.ca/home>
<https://www.mun-setubal.pt/nosso-bairro-nossa-cidade/Securedbydesign.com>
<https://www.policecpi.com/>

ANEXOS

Anexo A: Teorias marcantes na Criminologia Ambiental

1 | Teoria das atividades rotineiras



Figura 56 | Teoria das atividades rotineiras
Fonte: Clarke & Cornish (1985)

2 | Teoria do padrão criminal

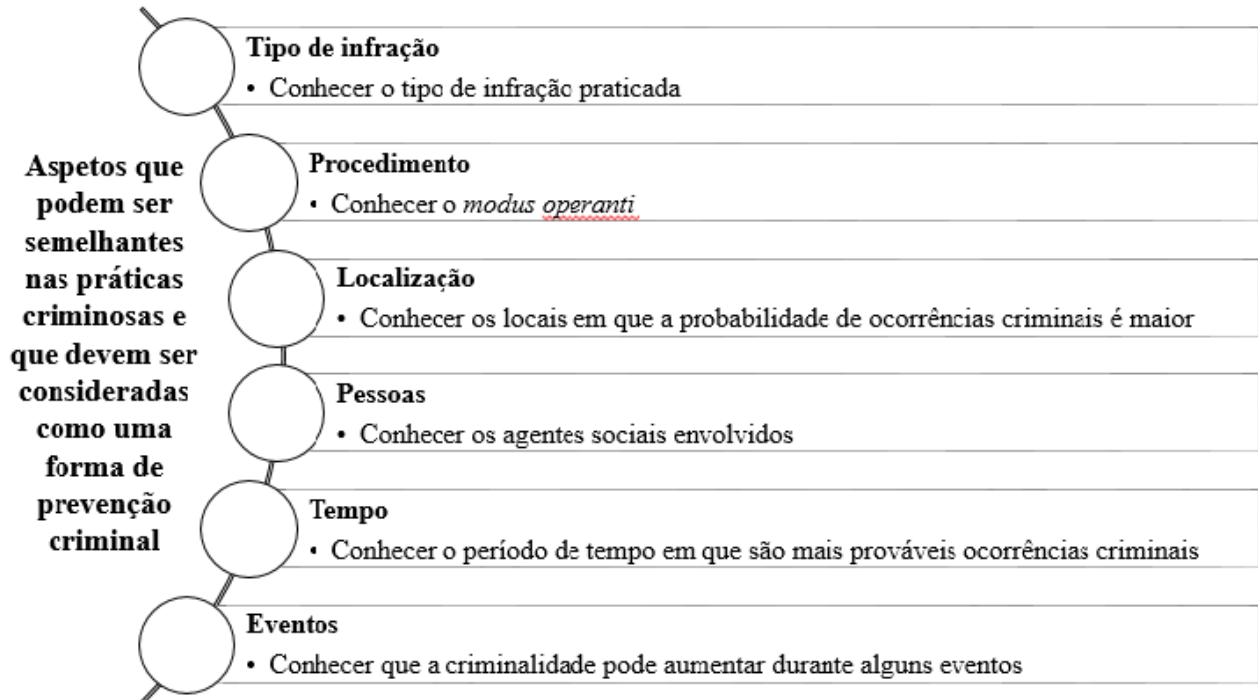
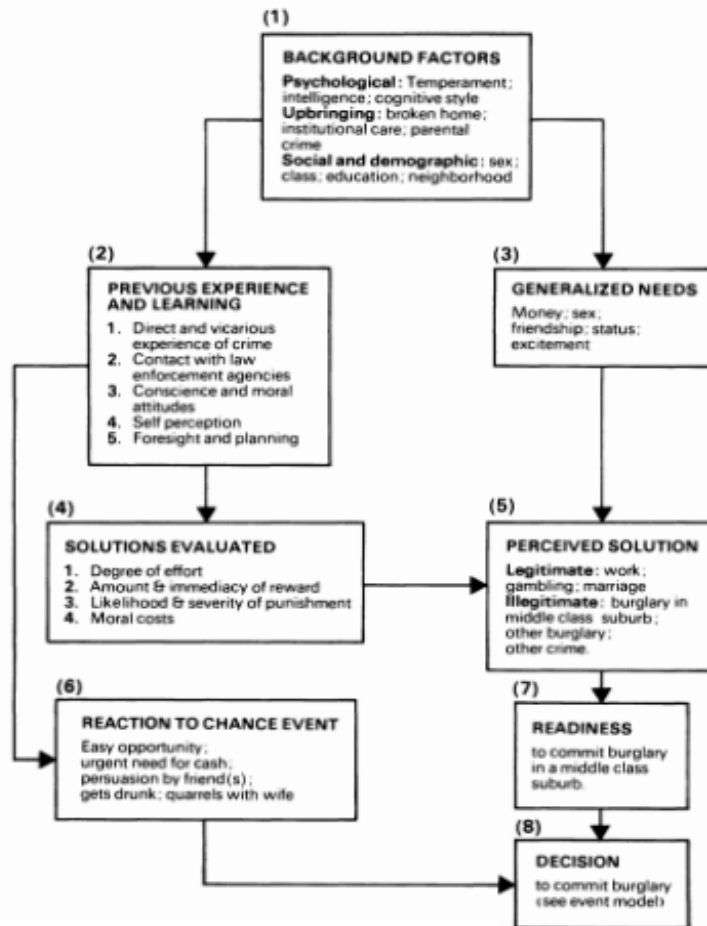
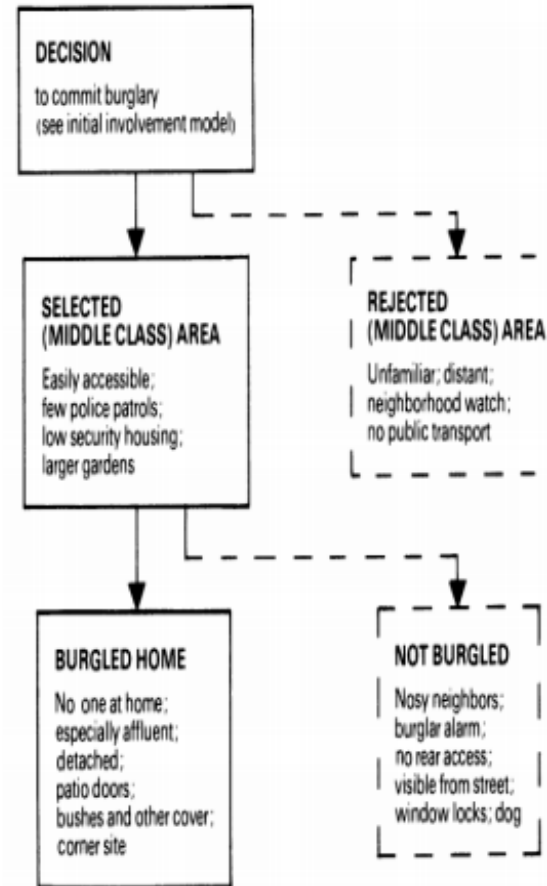


Figura 57 | Teoria do padrão criminal
Fonte: Clarke & Cornish (1985)

3 | Teoria da escolha racional

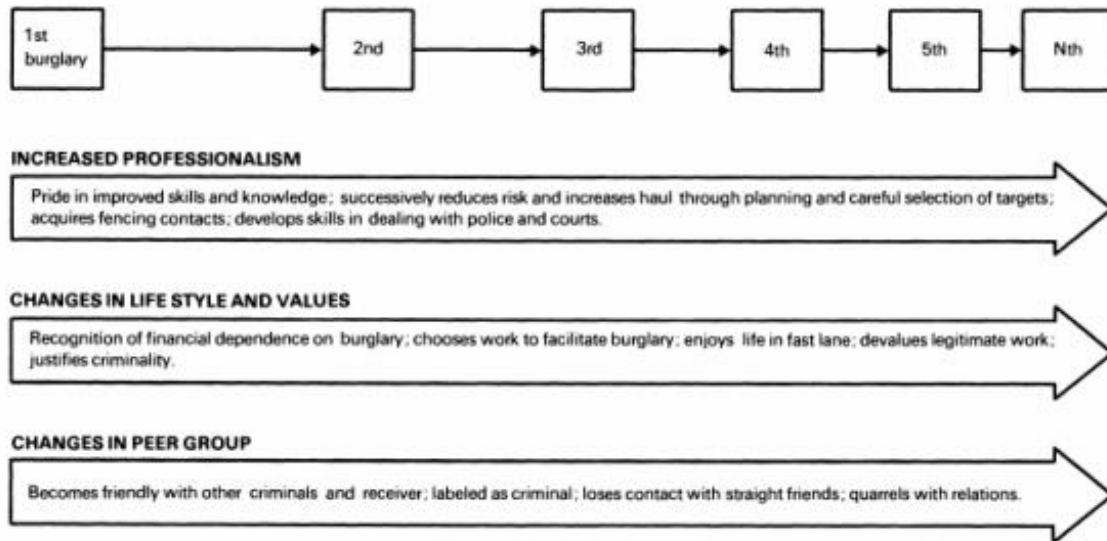


Processo de decisão antes de envolvimento em práticas criminais



Modelo de envolvimento inicial

Modelo de continuação na atividade



Modelo de desistência

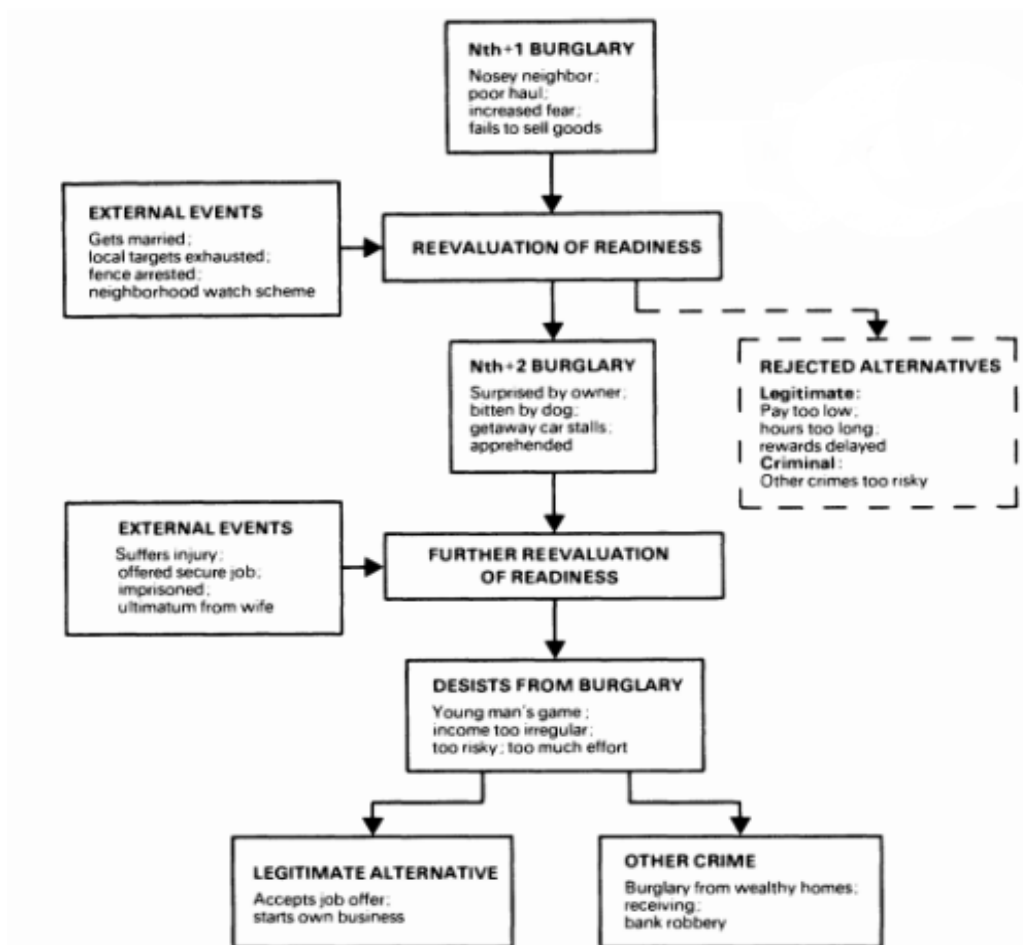


Figura 58 | Teoria da escolha racional
Fonte: Clarke & Cornish (1985)

Anexo B: Modelo de aferição das condições do uso do espaço

A CPTED envolve a concepção do meio físico no contexto da normal e expectável utilização do espaço pelos frequentadores, bem como dos respetivos comportamentos. Enfatiza a relação entre os objetivos funcionais da utilização do espaço e a gestão de comportamentos. Conceptualmente, os quatro princípios são implementados através da abordagem dos 3-D's, a saber, Designação, Definição e Design. Esta abordagem é um modelo simples de aferição das condições de uso do espaço, orientando utilizadores relativamente à concepção e utilização do espaço, i.e., ao objetivo daquele espaço e forma de utilização.

1. **DESIGNAÇÃO:** Qual o objetivo deste espaço? Este espaço foi inicialmente concebido para quê? Até que ponto este espaço contribui para a sua utilização atual e para o uso pretendido? Existem conflitos entre o/s objetivo(s) e a respetiva utilização?
2. **DEFINIÇÃO:** Como está definido o espaço? É claramente perceptível a quem pertence este espaço? Onde estão os seus limites? Existem definições sociais e culturais que afetam a utilização do espaço? As regras legais e administrativas que regulamentam o espaço são claras, e reforçam a sua adequada utilização? Existe sinalética que apoie o uso adequado do espaço? Existe algum conflito ou uma falta de clareza entre o objetivo do espaço e a forma como este está definido?
3. **DESIGN (projeto):** Até que ponto o design contribui para a função pretendida para aquele espaço? Até que ponto o design/projeto contribui para os comportamentos aceitáveis ou desejáveis? Será que o design/projeto é conflituante ou impede a utilização do espaço ou o seu apropriado funcionamento em termos das atividades humanas que são aí desejadas? Existe algum conflito ou falta de clareza quanto à forma como o design/ projeto pretende orientar comportamentos?

Guia de Revisão do projeto (CHECKLIST)

1. AMPLIAÇÃO DOS CAMPOS DE VISÃO

- As esquinas com oportunidades de criar um efeito surpresa por parte dos delinquentes podem ser modificadas ou requalificadas?
- O design permite amplos campos de visão nas áreas desejadas? **SIM** **NÃO**
- Os locais de maior preocupação como escadas, entradas (receções) ou edifícios altos têm campos de visão amplos? **SIM** **NÃO**
- Se os campos de visão estiverem obstruídos, é possível proceder-se à instalação de materiais transparentes ou mesmo espelhos, bem como câmaras de vigilância? **SIM** **NÃO**
- O design possibilita que o crescimento da vegetação impeça futuramente a visibilidade ou um amplo campo de visão? **SIM** **NÃO**
- Os acessos às áreas mais vulneráveis como passagens subterrâneas ou parques de estacionamento têm amplos campos de visão? **SIM** **NÃO**

2. ILUMINAÇÃO ADEQUADA

- É necessária iluminação mesmo nos percursos ou locais que não são frequentados à noite? **SIM** **NÃO**

- As condições de iluminação permitem que uma pessoa reconheça outra a uma distância de 10 metros? SIM NÃO
- A iluminação fornece uma visibilidade uniforme e reduz o contraste entre as áreas iluminadas e com sombras? SIM NÃO
- A luminosidade é demasiado brilhante ao ponto de perder a sua eficácia? SIM NÃO
- Os dispositivos de iluminação fornecem a visibilidade ideal para os percursos pedonais e para as zonas de maior insegurança? SIM NÃO
- Os dispositivos de iluminação estão protegidos contra o vandalismo ou são concebidos com materiais resistentes ao vandalismo? SIM NÃO
- A iluminação utilizada durante a noite é adequada, por exemplo nos parques de estacionamento, junto aos edifícios habitacionais? SIM NÃO
- A iluminação nas traseiras das habitações é obrigatória? SIM NÃO

3. LOCAIS RECÔNDITOS OU ISOLADOS

- Os caminhos pedonais isolados como passagens aéreas ou subterrâneas, podem ser eliminados³⁰? SIM NÃO

- As zonas vulneráveis estão entre 50 a 100 metros (do fim) de um percurso isolado ou recôndito? **SIM** **NÃO**
- Existe um percurso alternativo que evite passar por estes locais vulneráveis³¹? **SIM** **NÃO**
- Se um frequentador do espaço não conseguir ver o fim de um percurso isolado ou recôndito, pode ser melhorada a vigilância natural através da iluminação? **SIM** **NÃO**
- O percurso isolado ou recôndito encontra-se uniformemente iluminado? **SIM** **NÃO**
- Existe vigilância natural proporcionada por pessoas ou pelas atividades que resultam da variedade de utilização do espaço? **SIM** **NÃO**
- Existe vigilância formal³²? **SIM** **NÃO**
- A informação sobre localização dos alarmes, telefones de emergência e sinalética em geral, está acessível? **SIM** **NÃO**

4. ZONAS VULNERÁVEIS / PERIGOSAS / INSEGURAS

- Existe alguma área vulnerável e esta pode ser eliminada? **SIM** **NÃO**

- As áreas vulneráveis podem ser encerradas após o período de utilização? SIM NÃO
- A área vulnerável está visível através de vigilância formal ou natural? SIM NÃO
- O design contemplou a utilização de percursos alternativos? SIM NÃO

5. ISOLAMENTO

- O design contempla vigilância natural³³? SIM NÃO
- As áreas inseguras como percursos isolados e parques de estacionamento permitem vigilância natural? SIM NÃO
- Na inexistência de vigilância natural estão acessíveis alarmes, telefones de emergência, ou outras formas de pedido de auxílio? SIM NÃO
- Com o objetivo de aumentar a utilização do espaço, podem ser desenvolvidas atividades compatíveis adicionais no mesmo? SIM NÃO

6. USO MISTO

- Os diferentes usos do espaço são compatíveis? SIM NÃO
- Os usos dos espaços com maior probabilidade de situações de insegurança (bares, pubs, discotecas), podem ser localizados onde os impactos sejam mais reduzidos? SIM NÃO

7. GERADORES DE ATIVIDADES

- Podem ser providenciados os usos complementares que promovam a vigilância natural? SIM NÃO
- O design proporciona o desenvolvimento de usos complementares? SIM NÃO
- O design contribui para reforçar as atividades? SIM NÃO
- A área possibilita ou contribui para o desenvolvimento de eventos e atividades variadas? SIM NÃO
- As variadas funções do espaço apoiam a atividade pretendida no mesmo? SIM NÃO
- O design (ao nível da superfície/solo) está em conformidade com o objetivo daquele espaço? SIM NÃO
- As áreas podem ser concebidas de forma a facilitar um aumento das atividades? SIM NÃO

8. SENTIMENTO DE PERTENÇA, MANUTENÇÃO E GESTÃO

- O design permite o reforço territorial³⁴? SIM NÃO
- O design contempla uma fácil manutenção? SIM NÃO
- Existe sinalética e informação de fácil acesso para reportar necessidades de manutenção pelos utentes? SIM NÃO
- A gestão do espaço dá prioridade à manutenção, designadamente à remoção de graffiti's ofensivos à reparação de mobiliário urbano vandalizado, manutenção da vegetação, e operações de limpeza dos pavimentos e revestimentos³⁵? SIM NÃO

9. SINALÉTICA E INFORMAÇÃO

- A sinalética está visível e é legível? SIM NÃO
- A sinalética transmite a informação de forma clara? SIM NÃO
- A informação é adequada? SIM NÃO
- A sinalética está estrategicamente localizada de forma a maximizar a visibilidade? SIM NÃO

- A sinalética está bem conservada? **SIM** **NÃO**
- Existem mapas de orientação em áreas amplas como passagens subterrâneas, espaços verdes, etc? **SIM** **NÃO**
- A sinalética contempla o horário de funcionamento dos espaços? **SIM** **NÃO**

10. CONCEÇÃO GLOBAL

- A qualidade e a estética dos espaços construídos põem em causa a segurança dos espaços? **SIM** **NÃO**
- A escala de construção é consistente com os espaços adjacentes para evitar áreas de vazio urbano? **SIM** **NÃO**
- O design do espaço construído é facilmente perceptível? **SIM** **NÃO**
- Existem espaços que se podem tomar em zonas mortas / sem vida? **SIM** **NÃO**
- O espaço é adequadamente utilizado durante o período noturno? **SIM** **NÃO**
- Os materiais de construção utilizados contribuem para a segurança³⁶? **SIM** **NÃO**

Fonte: Guia de Boas práticas, 2013.

Anexo C: Separação de espaços públicos, semipúblicos e privados

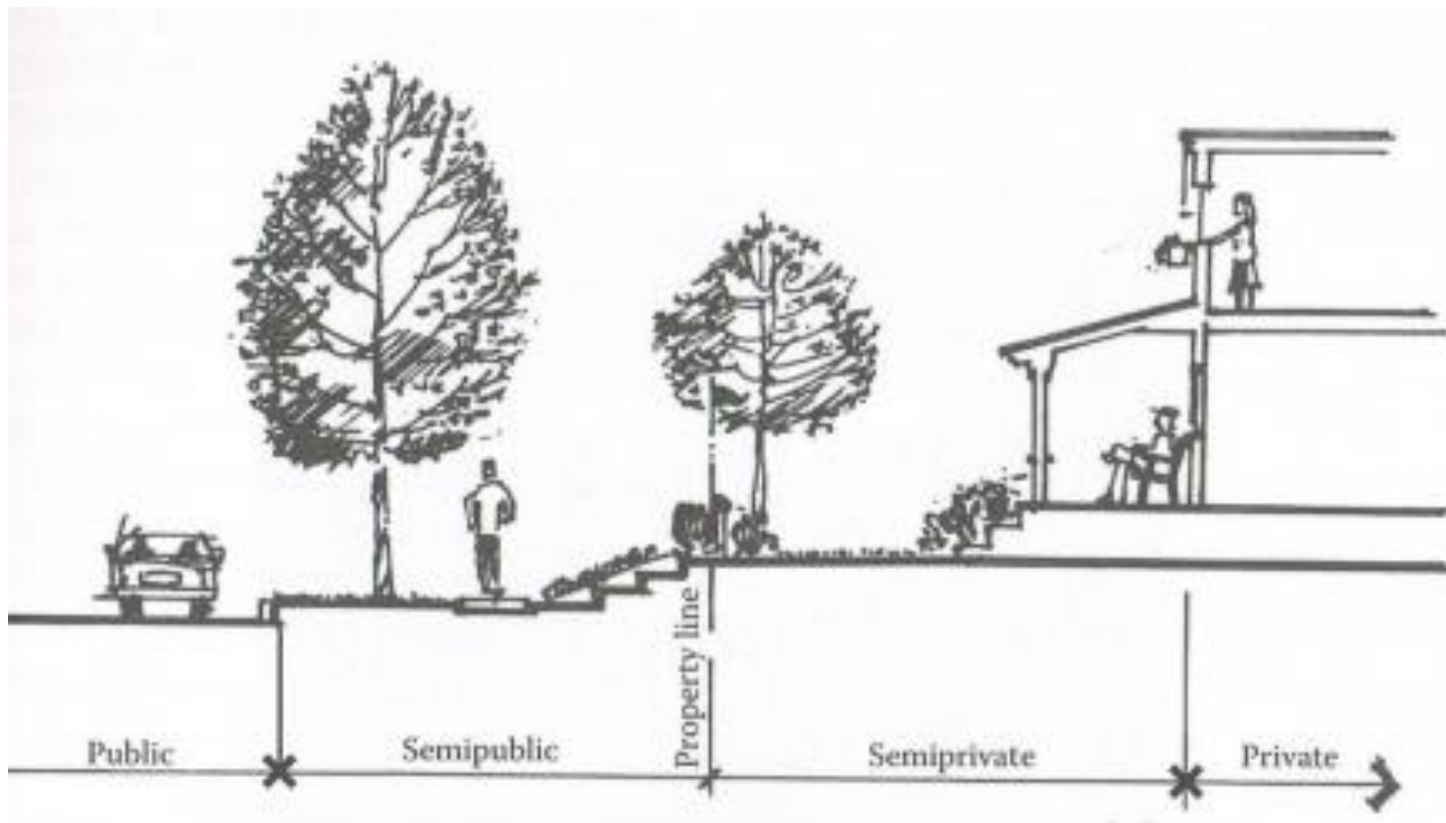


Figura 59 | Separação de espaços públicos, semipúblicos e privados
Fonte: Atlas, 2013, p.65

Anexo D: Conceitos da 1ª e 2ª geração CPTED

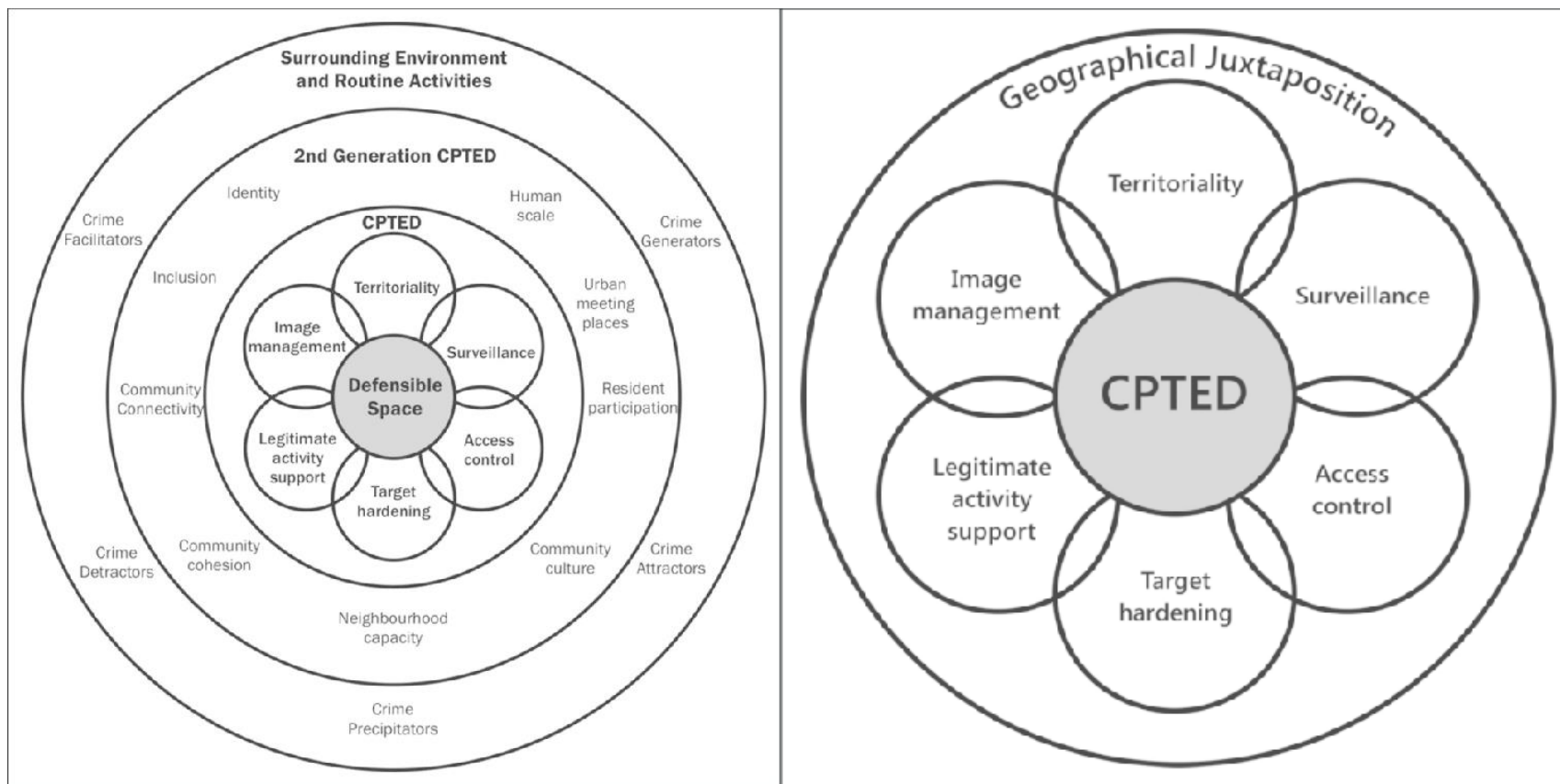


Figura 60 | Conceitos da 1ª e 2ª geração
 Fonte: Cozens & Love (2015)

Anexo E: Processo SARA

Quadro 6 | Processo SARA

The SARA process	Problem-Solving with Crime Prevention Through Environmental Design
SCANNING	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identify, define and investigate an existing or emerging problem. 2. Identify the stakeholders who should be engaged in problem-solving. 3. Decide on the combination of meetings and activities that will be necessary for problema-solving and create a schedule for working through the process
ANALYSIS	<ol style="list-style-type: none"> 4. Meet whit stakeholders to clarify the problem and to define the goals and objectives for the process. 5. Collect and analyze data and information about the problem. 6. Evaluate any connections or relationships between the problem(s), and environmental conditions.
RESPONSE	<ol style="list-style-type: none"> 7. Establish the goals to be achieved through the implementation of crime prevention through environmental design or other strategies. 8. Identify alternative strategies for achieving the implementation goals. 9. Evaluate the social, political, legal, financial, or technological feasibility of implementing each strategy. 10. Select the most promissing strategies and create and adopt a plan for improvement that identifies specific strategies, defines financial and other resource requirements, assigns responsibility for implementation and oversight, outlines a schedule for plan implementation and establishes indicators of success. 11. Put the most promising and feasible measure(s) into place. A combination of immediate responses, short-term improvements, and long-term investment may be required.
ASSESSMENT	<ol style="list-style-type: none"> 12. Monitor progresso relative to the indicators of success specified in step #10. 13. Decide if the process needs to be repeated due to lack of progress or the emergence of new problems.

Fonte: Zahm (2007)

Anexo F: Análise SWOT do Bairro da Bela Vista

Quadro 7 | Análise SWOT do Bairro da Bela Vista

Pontos Fracos	Pontos Fortes
Graves problemas sociais com famílias desestruturadas, sobrelotação das suas habitações e problemas de forte dependência de drogas e álcool;	População bastante jovem;
Carências económicas;	Muitas associações/instituições instaladas no bairro e dispostas a ajudar;
População com baixos níveis de instrução e de qualificações profissionais;	Existência de alguns equipamentos recentes, no bairro ou na proximidade, como o Parque da Bela Vista, Escola 1ºciclo nova, piscinas municipais;
Elevado índice de desemprego;	Existência de equipamentos sociais para crianças, jovens e idosos como creches, serviços de amas, jardins-de-infância, ATL, Centro de Dia e apoio domiciliário, Centro de Apoio à Vítima;
Escola secundária “provisória” há mais de 30 anos;	Existência de escolas, que vão desde o ensino escolar básico até ao secundário;
Edifícios bastante degradados no interior e exterior, nomeadamente com graves problemas de canalizações e infiltrações;	Construção do mercado 2 de abril;
Espaço exteriores degradados;	Existência da esquadra da PSP;
Lixo que se vai acumulando pelo bairro;	Grande heterogeneidade cultural, fazendo deste território um lugar de encontro de diferentes culturas;
Problemas de vizinhança e socioculturais (roubos, desacatos, brigas, atos de vandalismo, barulho...)	Boa localização geográfica, próxima do centro da cidade e com excelentes vistas panorâmicas sobre o Estuário do Sado.
Insegurança sentida pelos moradores, nomeadamente, pelos mais idosos;	
Existência de “vazados” e múltiplos espaços exteriores semiescondidos que constituem autênticos “guetos”;	
Falta de serviços, comércio de apoio em algumas zonas do bairro;	
Transportes públicos e acessos ao centro da cidade bastante deficientes;	
Bairro fortemente estigmatizado, “terra de ninguém”, uma péssima morada a dar quando se procura trabalho.	

Ameaças	Oportunidades
Atitudes de desalento, acomodação e desacreditar num futuro melhor;	Promoção dos laços de vizinhança fundamentada em percursos e memórias comuns;
Processo de degradação continuado do parque habitacional;	Valorização da mistura cultural, incentivando o associativismo inter e intra-grupos;
Insucesso escolar e falta de motivação para frequentar a escola dando origem a um círculo vicioso de fraca integração socioeconómica;	Aposta na educação e na formação profissional, respeitando os interesses dos próprios moradores;
Continuação do processo de degradação física e social do Bairro da Bela Vista;	Aposta no empreendedorismo, com a criação do próprio emprego com base em novas capacidades e novas competências possivelmente associadas a um aumento de qualidade das escolas locais e do ensino técnico e profissional;
Processo de realojamento não controlado e não tendo em conta as diferentes origens e realidades sociais das famílias a integrar;	Abertura do Bairro da Bela Vista à cidade de Setúbal;
Imagens e representações do bairro, bem como, os estereótipos veiculados do exterior para o interior do bairro;	Existência de espaço com possibilidade de expansão urbana;
Degradação das relações entre os grupos e vizinhos;	Melhoria dos transportes públicos e da mobilidade intra e inter bairro;
A não existência de uma solução integrada para o bairro;	Incentivos à criação e implementação de serviços e comércios no bairro amarelo;
Dependência de subsídios e de financiamento comunitários;	Criação de um gabinete para a prevenção/reabilitação da toxicodependência;
Exclusão social é “fecho” do bairro e da zona envolvente á cidade;	Incentivo ao trabalho de parceria entre as várias associações/instituições;
Agravamento dos conflitos interétnicos.	Aproveitamento da excelente localização e das suas vistas privilegiadas para captar novas atividades que as valorizem.

Fonte: Agenda 21 da Unidade Territorial do Bairro da Bela Vista
Elaborado pela Câmara Municipal de Setúbal, 2007

Anexo G: Ranking da paz mundial (2020)

Quadro 8 | Ranking da paz mundial (2020)

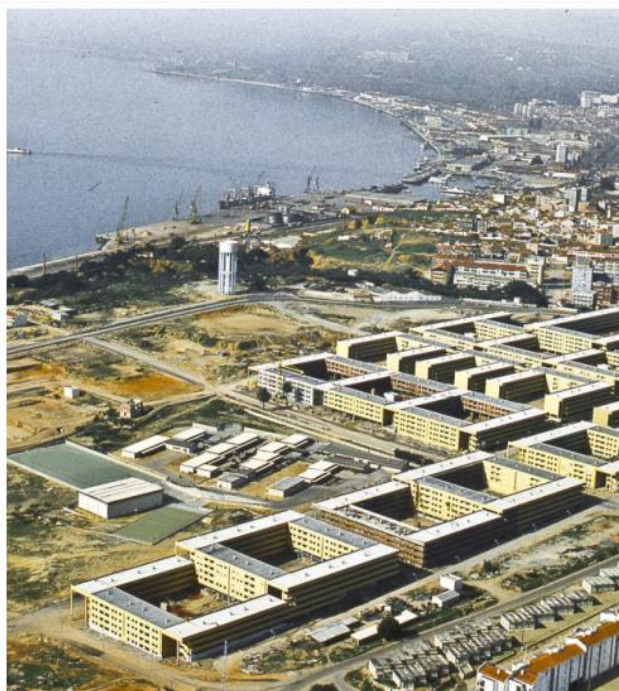
RANK	COUNTRY	SCORE	CHANGE
1	Iceland	1.078	↔
2	New Zealand	1.198	↔
3	Portugal	1.247	↔
4	Austria	1.275	↔
5	Denmark	1.283	↔
6	Canada	1.298	↔
7	Singapore	1.321	↔
8	Czech Republic	1.337	↓ 1
9	Japan	1.36	↑ 2
10	Switzerland	1.366	↔
11	Slovenia	1.369	↓ 2
12	Ireland	1.375	↔
13	Australia	1.386	↔
14	Finland	1.404	↔
15	Sweden	1.479	↑ 3
16	Germany	1.494	↑ 6
=17	Belgium	1.496	↑ 6
=17	Norway	1.496	↔
19	Bhutan	1.501	↓ 4
20	Malaysia	1.525	↔
21	Netherlands	1.528	↓ 5
22	Romania	1.541	↑ 3
23	Mauritius	1.544	↑ 1
24	Hungary	1.559	↓ 5
25	Slovakia	1.568	↓ 4
26	Croatia	1.615	↑ 1
27	Qatar	1.616	↑ 3
28	Bulgaria	1.628	↓ 2

Europe

Regional Rank	Country	Overall Score	Score change	Overall Rank
1	Iceland	1.078	0.014	1
2	Portugal	1.247	0	3
3	Austria	1.275	0.011	4
4	Denmark	1.283	-0.001	5
5	Czech Republic	1.337	-0.007	8
6	Switzerland	1.366	0.001	10
7	Slovenia	1.369	0.022	11
8	Ireland	1.375	-0.005	12
9	Finland	1.404	-0.044	14
10	Sweden	1.479	-0.027	15
11	Germany	1.494	-0.051	16
11	Belgium	1.496	-0.054	17
13	Norway	1.496	-0.003	17
14	Netherlands	1.528	0.037	21
15	Romania	1.541	-0.039	22
16	Hungary	1.559	0.038	24
17	Slovakia	1.568	0.026	25
18	Croatia	1.615	-0.022	26

Fonte: Global Peace index rankings 2020

Anexo H: Início da construção do Bairro da Bela Vista



Imagens 49, 50 e 51 | Início da construção do Bairro da Bela Vista
Fonte: Cabral (2015)

APÊNDICES

Apêndice A: Autorização para obtenção de informação para realização da dissertação



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E
SEGURANÇA INTERNA

Direção de Ensino

DECLARAÇÃO

Por ter sido solicitada, declaro que **Beatriz Vieira Cardoso**, titular do cartão de cidadão n.º 141326239 ZY9 é aluna no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, frequentou e concluiu com sucesso no ano letivo 2017/2018 o 1.º ano do X Curso de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal.

No ano letivo 2019/2020 frequenta o 2.º ano do referido curso, ano dedicado à elaboração e apresentação do trabalho de Dissertação.

Por ser verdade, se passa a presente declaração que vai assinada e autenticada com o selo a óleo.

Lisboa e ISCPSE, 07 de outubro de 2019

O Coordenador Científico

Doutor Nuno Casiano Lopes Barros Polares



Apêndice B: Inquéritos por questionário⁷²

1) Inquérito por questionário à população



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Inquérito por questionário:

O sentimento de segurança no Bairro da Bela Vista

O presente questionário destina-se a fins académicos sendo necessária a recolha deste tipo de informação uma vez que se insere no estudo de caso do Bairro da Bela Vista no âmbito da Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais subordinada ao tema “*Segurança urbana e prevenção situacional: o estudo de caso do bairro da Bela Vista em Setúbal*” sob a orientação científica do Professor Nuno Caetano Lopes Barros Poiães e da Professora Elisabete Moura Barreiros Ferreira.

Este inquérito tem como finalidade aferir de que forma os indivíduos percecionam a segurança com base no espaço físico público, isto é, é importante compreender quais são os principais fatores que condicionam a utilização de determinados espaços e incrementam o sentimento de (in)segurança de modo a que seja possível intervir na origem das vulnerabilidades existentes de acordo com os princípios de boas práticas para a (re)construção de determinadas áreas.

Solicitamos que as respostas sejam totalmente sinceras de forma a legitimar o presente estudo de caso sendo que asseguramos o anonimato das respostas, assim como, o tratamento das mesmas de forma agregadas impossibilitando qualquer identificação individual. Esclarecemos, desde já, que em algumas questões colocadas pode escolher mais que uma opção.

Desde já, agradecemos a sua cooperação e o tempo disponibilizado!

⁷² A estrutura dos presentes inquéritos por questionário foi adaptada da dissertação de mestrado em Ciências Policiais de Carvalho (2015).

Parte I: Categorização sociodemográfica

1. Sexo

- 1.1) Feminino
- 1.2) Masculino

2. Idade

- 2.1) <15 anos
- 2.2) 15 a 25 anos
- 2.3) 26 a 46 anos
- 2.4) 47 a 57 anos
- 2.5) >57 anos

3. Estado civil

- 3.1) Solteiro
- 3.2) Casado
- 3.3) Divorciado
- 3.4) Viúvo
- 3.5) União de facto

4. Habilitações literárias

- 4.1) Não sabe ler
- 4.2) Não sabe ler nem escrever
- 4.3) 1º ciclo (4º ano)
- 4.4) 2º ciclo (6º ano)
- 4.5) 3º ciclo (9º ano)
- 4.6) Ensino secundário (12º ano)
- 4.7) Curso profissional
- 4.8) Curso superior

Parte II: Perceção do Sentimento de Segurança

5. Considera que o Bairro da Bela Vista é seguro? Sim Não

6. Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro? Sim Não

Se a sua resposta foi não, responda, por favor:

- 6.1) Não, mas já viu
- 6.2) Não, mas sabe de quem já tenha sido
- 6.3) Não, mas sente medo de vir a ser vítima
- 6.4) Nenhuma das opções

Se a sua resposta foi sim, responda, por favor:

- 6.5) Já aconteceu mais do que uma vez
- 6.6) Denunciou os crimes à polícia
- 6.7) Já foi vítima e também já viu alguém a ser

- 6.8) Já foi vítima e sente medo de voltar a ser
- 6.9) Já foi vítima e conhece quem também tenha sido
- 6.10) Nenhuma das opções

7. Do seu ponto de vista, existe algum espaço que deva ser evitado por considerar menos seguro? Sim Não

7.1) Se sim, qual?

8. Do seu ponto de vista, de que forma contribui a comunicação social para a imagem do bairro? Positivamente Negativamente

Justifique: _____

9. Por favor, assinale o aspeto, ou aspetos, que o incomoda no bairro:

- 9.1) Degradação dos edifícios
- 9.2) Os edifícios apresentam uma construção labiríntica
- 9.3) Vandalismo
- 9.4) Criminalidade
- 9.5) Consumo/tráfico de drogas
- 9.6) Insuficiente iluminação
- 9.7) Existência de becos e esquinas “inseguras”
- 9.8) Falta de manutenção da rua
- 9.9) Falta de limpeza
- 9.10) Inexistência/Insuficientes áreas de lazer/tempos livres
- 9.11) Inadequada/ Insuficiente intervenção policial
- 9.12) Existência de diferentes etnias, culturas e costumes
- 9.13) Inexistência/Insuficientes áreas comerciais
- 9.14) Outro: _____

10. Tem conhecimento do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”? Sim Não

Se a sua resposta foi sim, responda, por favor:

- 10.1) O programa tem sido útil na melhoria do bairro? Sim Não
- 10.2) O programa aproximou os moradores do bairro? Sim Não
- 10.3) Na sua opinião, considera que o programa tem sido eficaz para que os habitantes/visitantes se sintam mais seguros no bairro? Sim Não
- 10.4) Esclareça, por favor, a sua opinião em relação ao trabalho desenvolvido pelo programa no bairro:

11. De que forma acompanha as alterações efetuadas no bairro?

- 11.1) Reuniões
- 11.2) Amigos/Conhecidos
- 11.3) Redes sociais
- 11.4) Outra: _____

12. Na sua opinião, que alterações considera necessárias no bairro e que até ao momento ainda não se verificaram?

Outras observações:

Obrigado pela sua cooperação!

2) Inquérito por questionário ao efetivo da Esquadra da Bela Vista



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Inquérito por questionário:

O sentimento de segurança no Bairro da Bela Vista

O presente questionário destina-se a fins académicos sendo necessária a recolha deste tipo de informação uma vez que se insere no estudo de caso do Bairro da Bela Vista no âmbito da Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais subordinada ao tema “*Segurança urbana e prevenção situacional: o estudo de caso do bairro da Bela Vista em Setúbal*” sob a orientação científica do Professor Nuno Caetano Lopes Barros Poiães e da Professora Elisabete Moura Barreiros Ferreira.

Este inquérito tem como finalidade aferir de que forma o efetivo da PSP da Esquadra da Bela Vista perceciona a segurança com base no espaço físico público, isto é, é importante compreender quais são os principais fatores que condicionam a utilização de determinados espaços e incrementam o sentimento de (in)segurança de modo a que seja possível intervir na origem das vulnerabilidades existentes de acordo com os princípios de boas práticas para a (re)construção de determinadas áreas.

Solicitamos que as respostas sejam totalmente sinceras de forma a legitimar o presente estudo de caso sendo que asseguramos o anonimato das respostas, assim como, o tratamento das mesmas de forma agregadas impossibilitando qualquer identificação individual. Esclarecemos, desde já, que em algumas questões colocadas pode escolher mais que uma opção.

Desde já, agradecemos a sua cooperação e o tempo disponibilizado!

Parte I: Categorização sociodemográfica

1. Sexo

- a. Feminino
- b. Masculino

2. Idade _____

3. Estado civil

- a. Solteiro
- b. Casado
- c. Divorciado
- d. Viúvo
- e. União de facto

4. Habilitações literárias _____

5. Categoria profissional _____

6. Número de anos de expediente profissional _____

Parte II: Perceção do Sentimento de Segurança

7. Considera que é seguro desenvolver as suas funções profissionais no Bairro da Bela Vista? Sim Não

8. Na sua opinião, a Esquadra da Bela Vista deveria continuar dentro do bairro? Sim Não

9. Do seu ponto de vista, existe algum espaço no bairro que deva ser evitado por ser considerado menos seguro? Sim Não

- a. Se sim, qual?

10. Do seu ponto de vista, de que forma contribui a comunicação social para a imagem do bairro? Positivamente Negativamente

Justifique: _____

11. Por favor, assinale as principais vulnerabilidades existentes no bairro:

- a. Degradação dos edifícios

- b. Os edifícios apresentam uma construção labiríntica
- c. Vandalismo
- d. Criminalidade
- e. Consumo/tráfico de drogas
- f. Insuficiente iluminação
- g. Existência de becos e esquinas “inseguras”
- h. Falta de manutenção da rua
- i. Falta de limpeza
- j. Inexistência/Insuficientes áreas de lazer/tempos livres
- k. Inadequada/ Insuficiente intervenção da CMS
- l. Existência de diferentes etnias, culturas e costumes
- m. Inexistência/Insuficientes áreas comerciais
- n. Comportamentos indesejáveis por parte da população
- o. Outro: _____

12. Tem conhecimento do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”? Sim

Não

Se a sua resposta foi sim, responda, por favor:

- a. O programa tem sido útil na melhoria do bairro? Sim Não
- b. O programa aproximou os moradores do bairro? Sim Não
- c. Na sua opinião, considera que o programa tem sido eficaz para que os habitantes/visitantes se sintam mais seguros no bairro? Sim Não
- d. Esclareça, por favor, a sua opinião em relação ao trabalho desenvolvido pelo programa no bairro:

13. Na sua opinião, que alterações considera necessárias no bairro e que até ao momento ainda não se verificaram?

Outras observações:

Obrigado pela sua cooperação!

B.1) Pedido de Autorização



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Assunto: Pedido de autorização para a realização de inquérito por questionário ao efetivo da Esquadra da Bela Vista, assim como para obtenção dos dados estatísticos da criminalidade referentes ao bairro da Bela Vista em Setúbal no âmbito do Mestrado em Ciências Policiais, na Especialização de Criminologia e Investigação Criminal, do ISCPSI.

Exmo. Sr. Diretor de Ensino:

Encontro-me a realizar um projeto de investigação, no âmbito do Mestrado em Ciências Policiais, na Especialização de Criminologia e Investigação Criminal, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, cujo título é “Segurança urbana e prevenção situacional: o estudo de caso do Bairro da Bela Vista em Setúbal”, sob orientação científica do Professor Nuno Caetano Lopes Barros Poiães e da Professora Elisabete Moura Barreiros Ferreira. Este trabalho, que se direciona para um estudo de caso, tem como objetivo geral analisar, compreender e refletir sobre o impacto do desenho urbano na insegurança urbana tendo em consideração a importância da manipulação da oportunidade no que diz respeito aos crimes e às incivilidades. O estudo será realizado por análise dos dados da criminalidade, da observação direta através de reportagem fotográfica, material cartográfico e inquérito por questionário à população do bairro da Bela Vista, assim como, ao efetivo da PSP da Esquadra da Bela Vista.

Para levar a cabo a consecução dos objetivos acima enunciados necessito da colaboração do efetivo da PSP da Esquadra da Bela Vista, designadamente no que diz respeito à realização de inquérito por questionário, assim como, da obtenção de dados estatísticos da criminalidade referentes aos anos de 2017 a 2019 para a realização do projeto de investigação. A informação recolhida destina-se a fins de pesquisa, garantindo-se o seu animato e confidencialidade. Uma vez terminado o estudo, ser-lhe-á disponibilizada uma cópia da versão final. Solicito pelo exposto, autorização para desenvolver a supracitada investigação e agradeço, desde já, a atenção dispensada para este assunto e toda a colaboração que possa prestar à realização deste estudo. Estou totalmente disponível para prestar todos os esclarecimentos que considerar necessário.

Cordialmente,

Beatriz Vieira Cardoso

B.2) Pedido não autorizado

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos
Humanos
(Departamento de Formação)
DR/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:
Sua Comunicação:
Nossa Referência: 41/SECDE/2020
Classificador: CBS.10.02
Processo: SECDE703800001MN
Data: 2020-01-29

Não autorizado.
21.02.2020
Abílio Pinto Vieira
Superintendente-Chefe

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE PROJETO DE MESTRADO NÃO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS.

1. O Curso de Mestrado em Ciências Policiais (MCP), no 2.º ano, compreende a elaboração de uma dissertação que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais.
2. Neste sentido, a mestrande Beatriz Vieira Cardoso, da especialização em Criminologia e Investigação Criminal, irá realizar o seu estudo subordinado ao tema: "Segurança urbana e prevenção situacional: o estudo de caso do Bairro da Bela Vista em Setúbal", do qual são orientadores a Excmo. Sr. Professor Titular Nuno Caetano Lopes de Barros Pórtales e a Professora Doutora Elisabete Moura Barreiros Ferreira.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a aplicação do inquérito, em anexo, a todo o efetivo da Esquadra da Bela Vista do Comando Distrital de Setúbal.
4. A necessidade da obtenção destes dados prende-se com o facto de os mesmos serem essenciais para a elaboração do respetivo trabalho.
5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Mestrande Beatriz Cardoso se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos, bem como a sua utilização para o presente trabalho académico.

O Diretor


José Carlos Bastos Leitão
Superintendente



R. 17 de Maio, 675 1199-010 Lisboa Tel: 21862900 Fax: 21861805 www.icspi.pt
icspi@icspi.pt

417112
Página 1/1

Apêndice C: Dados estatísticos do RASI (2019)

- Criminalidade geral**

Resumo

335.614 participações em 2019
+0,7% (+2.391) participações que em 2018

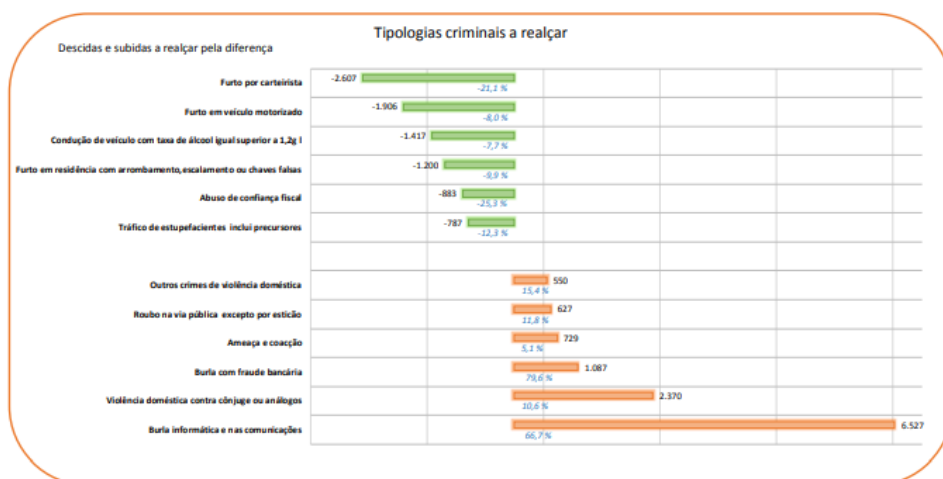


Gráfico 1 | Criminalidade geral em 2019

- Criminalidade violenta e grave**

Resumo

14.398 participações em 2019
+3% (+417) participações que em 2018

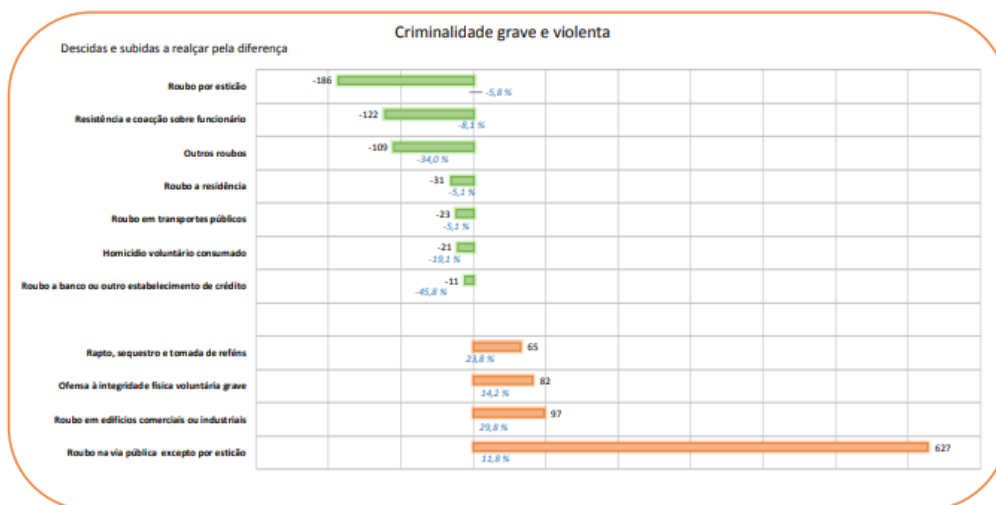


Gráfico 2 | Criminalidade violenta e grave em 2019

- **Crimes contra o património**

GRÁFICO ILUSTRATIVO DA FREQUÊNCIA RELATIVA QUE CADA CATEGORIA REGISTA

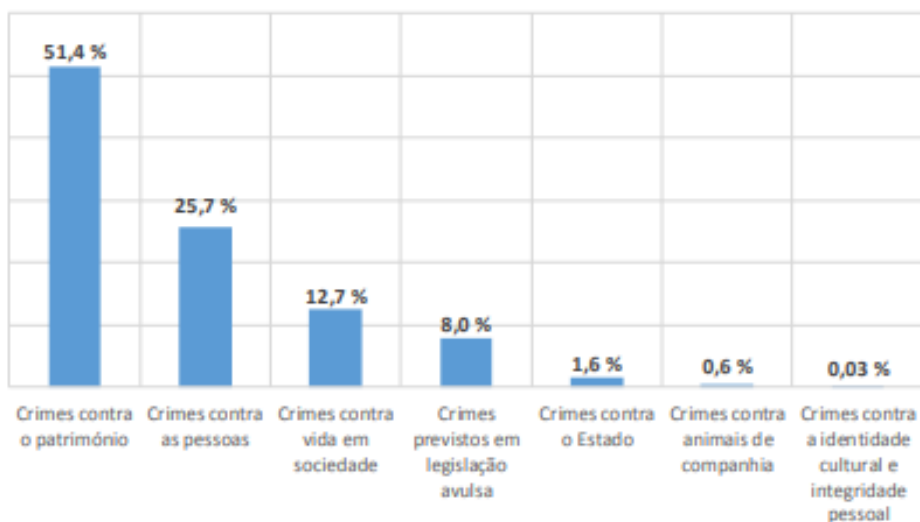


Gráfico 3 | Grandes categorias criminais em 2019

QUADRO RELATIVO ÀS VARIAÇÕES OBSERVADAS NAS GRANDES CATEGORIAS CRIMINAIS

Grandes categorias criminais	Ano 2018	Ano 2019	Var %	Dif
Crimes contra o património	170.383	172.357	1,2 %	1.974
Crimes contra as pessoas	81.278	86.383	6,3 %	5.105
Crimes contra vida em sociedade	44.207	42.529	-3,8 %	-1.678
Crimes previstos em legislação avulsa	29.811	26.971	-9,5 %	-2.840
Crimes contra o Estado	5.497	5.269	-4,1 %	-228
Crimes contra animais de companhia	1.977	2.014	1,9 %	37

Tabela 1 | Grandes categorias criminais em 2019

ANÁLISE DA CATEGORIA CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO

Crimes com maior incidência



O gráfico destaca as 6 tipologias de crimes contra o património que correspondem a 52,1% do total das participações.

Gráfico 4 | Crimes contra o património em 2019

- Evolução da criminalidade no distrito de Setúbal

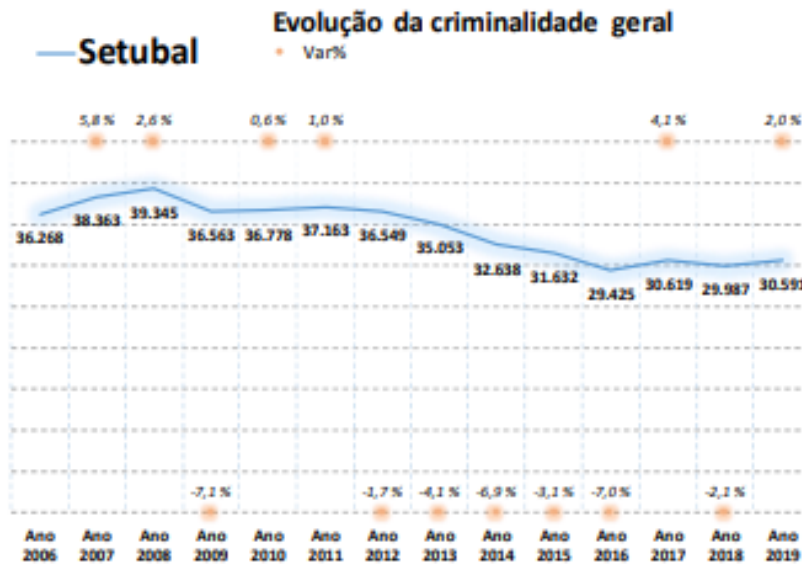


Gráfico 5 | Evolução da criminalidade geral no distrito de Setúbal em 2019

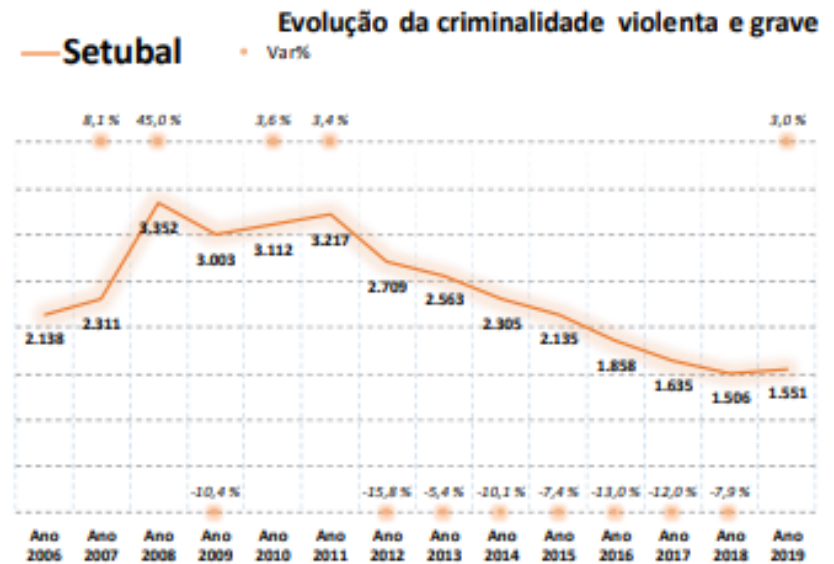


Gráfico 6 | Evolução da criminalidade violenta e grave no distrito de Setúbal em 2019

- Participações por municípios

Participações por município	Ano 2019
Almada	6.814
Setubal	4.298
Seixal	4.214
Barreiro	3.426
Montijo	2.278
Palmela	2.245
Sesimbra	2.057
Moita	1.921
Alcochete	727
Sines	630
Santiago do Cacem	618
Grandola	582
Alcacer do Sal	452
Desconhecido	329
Total Geral	30.591

Gráfico 7 | Participações por municípios em 2019

Apêndice D: Cálculo da amostra aleatória simples

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{D^2}{(z_{\alpha/2})^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$
$$= \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{\frac{0,05^2}{(1,96)^2} + \frac{0,5 \times (1 - 0,5)}{4000}}$$

$$n = 350$$

Apêndice E: Atividades do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”

Quadro 9 | Atividades do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”

<p>Jul 2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação da comunidade na noite de <i>showcooking</i> na Feira de Sant’iago em Setúbal • Reuniões de trabalho com vista à organização dos prédios • Atuação dos membros do teatro sénior “nunca é tarde para sonhar” no espaço “Nosso Bairro, Nossa Cidade” • Constituição do condomínio da Rua Antigo Olival 5 que permite a melhoria das condições habitacionais • As crianças do Bairro da Bela Vista, que se encontravam em férias, juntamente com as monitoras, desenvolveram cartazes que aludiam a questões de higiene no espaço público • Criação de mais uma edição do “Boletim Informativo” – publicação mensal de notícias • Participação da comunidade numa habitual aula de zumba no parque da Bela Vista • Decorreu mais um <i>atelier</i> de produção musical no espaço “NB, NC” no bairro da Bela Vista • Reunião do grupo das atividades económicas para a preparação na Feira de Sant’iago • O programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” esteve presente no bairro da Bela Vista para a festa dos santos populares • Última sessão de estudo, antes do início das férias, para as crianças do bairro
<p>Jun 2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Noite de fados no espaço “Nosso Bairro, Nossa Cidade” • Reunião mensal com os interlocutores do bairro para avaliação de algumas melhorias • Realização do <i>workshop</i> “Líderes que criam líderes” para os residentes do bairro • Presença da Rádio Renascença com o programa “As três da manhã” para falarem sobre o projeto “Nosso Bairro, Nossa Cidade” • Reportagem na RTP sobre o projeto “Nosso Bairro, Nossa Cidade” • Melhoria de aspetos arquitetónicos de determinadas áreas do bairro (pintura de muros, intervenção nas hortas urbanas, construção de muros...) com o contributo dos residentes • Início do projeto da “oficina de <i>word, excel e power point</i>” cuja partiação é gratuita • Decorreu mais uma sessão do projeto “Alfabetização dos adultos” • Decorreu mais uma sessão do projeto “Estudo acompanhado”
<p>Mai 2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decorreu a caminhada habitual de sexta-feira • Reunião de monitores, auxiliares, voluntários e técnicos para programar as férias do bairro de verão • Decorreu mais uma sessão do projeto “Oficina progressiva de audiovisuais” • Caminhada “Saúde em movimento” onde participaram os residentes do bairro da Bela Vista • Apresentação do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” na universidade sénior de Setúbal • Reunião com a Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Dr. Maria das Dores Meira, para um balanço das atividades e projetos

	<p>desenvolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reunião com representantes dos cinco bairros do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” • 25 de Abril: Inauguração do espaço “Nosso Bairro, Nossa Cidade” • Início das Férias no Bairro – férias da pascoa • Realizou-se uma formação de suporte básico de vida, prestado pela Cruz Vermelha, aos moradores do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”
Abr 2019	<ul style="list-style-type: none"> • Visita das crianças do bairro da Bela Vista ao <i>badoka safari park</i> • Reunião no “espaço da quinta” para inscrição das crianças do bairro nas férias da pascoa • Decorreu mais uma sessão da iniciativa “saúde no bairro” • Decorreu mais uma reunião mensal com os interlocutores do bairro da bela vista
Mar 2019	<ul style="list-style-type: none"> • Participação dos residentes do bairro da bela vista no passeio comemorativo do dia dos centros históricos • Reunião dos residentes da zona envolvente do bairro da bela vista com vista a melhoria dos aspetos arquitetónicos dos bairros • Apresentação do programa “Nosso Bairro Nossa Cidade” e visita dos bairros aos alunos do Instituto Politécnico de Setúbal • Visita dos residentes do bairro da Bela Vista à exposição temporária “Um século de moda” presente no museu do trabalho Michel Giacometti • Plantação de árvores na Avenida Belo Horizonte pelos residentes • Comemoração do dia da mulher por parte de elementos dos 5 bairros pertencentes ao programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” • Celebração do carnaval – criação de máscaras por parte das crianças
Fev 2019	<ul style="list-style-type: none"> • Decorreu uma ação de formação sobre a área comercial no espaço da Bela Vista • Reunião dos residentes direcionada para os assuntos de mais interesse para o bairro • Decorreu mais uma sessão de aprendizagem e prática de ponto cruz • Realização de <i>workshops</i> culinários por parte dos residentes do bairro • Reunião mensal dos interlocutores do bairro da Bela Vista para discussão dos aspetos da campanha de sensibilização ambiental
Jan 2019	<ul style="list-style-type: none"> • Decorreu um <i>workshop</i> “Como criar fãs do seu negócio” no espaço NBNC da Bela Vista • Decorreu mais uma sessão de ginástica no bairro da Bela Vista • Realização de uma sessão de esclarecimento de dúvidas sobre os contratos de arrendamento apoiado no bairro da Bela Vista

Apêndice F: Síntese das notícias do Bairro da Bela Vista de 2009 a 2019

2009



Maio, 2009 | Fonte: RTP Notícias



Junho, 2009 | Fonte: CMTV



Setembro, 2009 | Fonte: CMTV

"Cocktail molotov" estará na origem de incêndio na Bela Vista

22 Novembro 2011 às 11:50



TÓPICOS

Pais



Foto: a-gosto.com/Global Imagens

Novembro, 2011 | Fonte: Jornal de Notícias

Distúrbios na Bela Vista após morte de jovem

Jovem despistou-se e morreu na sequência de uma perseguição policial. Caso gerou protestos e violência na Bela Vista.

Ricardo Vilhena · 16 de Março de 2013, 20:45 (actualizado a 17 de Março de 2013, 7:54)



Março 2013 | Fonte: Público

Bela Vista a arder por morte de jovem

Augusto Freitas de Sousa

16 Março 2013 às 20:48



Março, 2013 | Fonte: Jornal de Notícias

Crianças plantam 250 árvores no Parque Verde da Bela Vista em Setúbal

Por André Rosa · 22/03/2017

58 visualizações

Gosto 0 Tweet



Março, 2017 | Fonte: Diário da Região Setubalense

Arte urbana dá novas cores ao Bairro da Bela Vista, em Setúbal

por Filipa Marques Henriques, Carla Quirino, Mário Santos

Facebook Twitter WhatsApp Email Print



Abril, 2017 | Fonte: RTP Notícias

Marcelo vai conhecer a orgulhosa reconstrução da Bela Vista

Presidente da República a visitar nos dias próximos o novo perfil urbano do Setúbal e do país para ver o que é já um caso de estudo em Portugal e no estrangeiro. Uma reconstrução social em curso.



Novembro, 2017 | Fonte: AbrilAbril

Projecto nos bairros da Bela Vista recebe distinção internacional

18 DE NOVEMBRO DE 2018

O programa «Nosso Bairro, Nossa Cidade», que envolve centenas de habitantes dos bairros da Bela Vista (Setúbal), foi distinguido pela Associação Internacional de Cidades Educadoras.



ARTIGOS RELACIONADOS

- Nosso Bairro, Nossa Cidade
- Setúbal já tem um Centro

Novembro, 2018 | Fonte: AbrilAbril

PSP apanha três suspeitos de incendiarem caixotes do lixo na Bela Vista

Os três suspeitos foram apanhados em flagrante delito, mas só um foi detido uma vez que os outros dois são menores

2019-01-24 00:38  Carolina Resende Matos / com Lusa



Janeiro, 2019 | Fonte: TVI 24



BAIRRO DA BELA VISTA

RTP.PT Neste bairro de Setúbal vivem 4200 pessoas, projeto "Nosso Bairro, Nossa Cidade" ajudou à mudança

00:11 04:21

A Seguir: Escola De Alverca Adona Plano De Contingência >

RTP

"Nosso Bairro, Nossa Cidade" quer fazer a diferença no Bairro da Bela Vista

Junho, 2019 | Fonte: RTP

Apêndice G: Reportagem fotográfica do Bairro da Bela Vista



Imagem 52 | Parede grafitada do Bairro da Bela Vista



Imagem 53 | Espaço de convívio entre os prédios (praças)



Imagem 54 | Colocação de portões por parte da CMS/habitantes

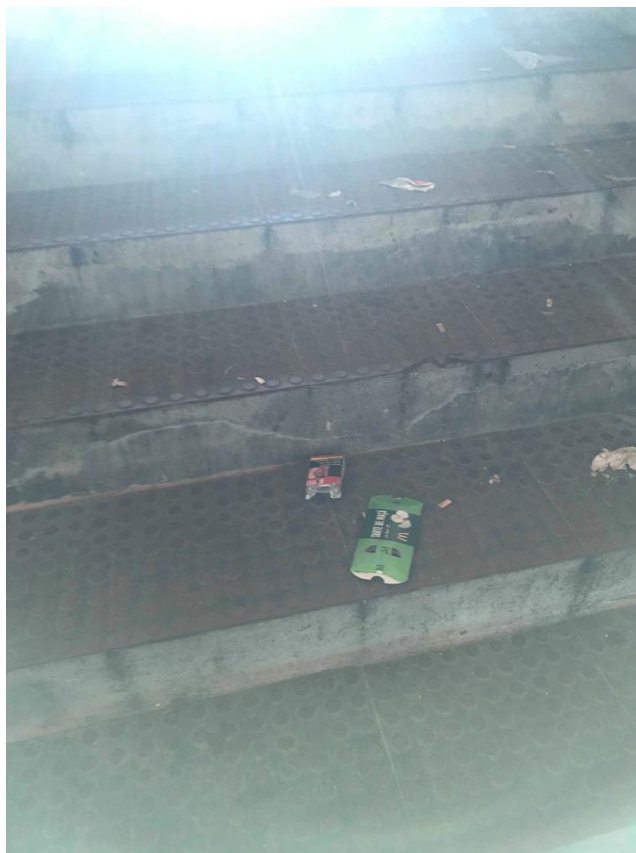


Imagem 55 | Lixo nas escadas dos prédios



Imagem 56 | Bancos das praças (espaço de convívio)



Imagem 57 | Infantilário do Bairro da Bela Vista



Imagem 58 | Espaço “Nosso Bairro, Nossa Cidade” no Bairro da Bela Vista



Imagem 59 | Espaço “Nosso Bairro, Nossa Cidade” no Bairro da Bela Vista



Imagem 60 | Paragem de autocarro (608)



Imagem 61 | Ecopontos do Bairro da Bela Vista



Imagem 62 | Avenida Francisco Fernandes



Imagem 63 | Avenida da Bela Vista



Imagem 64 | Estrutura do edificado do Bairro da Bela Vista



Imagem 65 | Estrutura do edificado do Bairro da Bela Vista



Imagem 66 | Aparência de parte dos prédios do Bairro da Bela Vista



Imagem 67 | Um dos cafés existentes no Bairro da Bela Vista



Imagem 68 | Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'iago



Imagem 69 | Escola Secundária C/3º Ciclo da Bela Vista

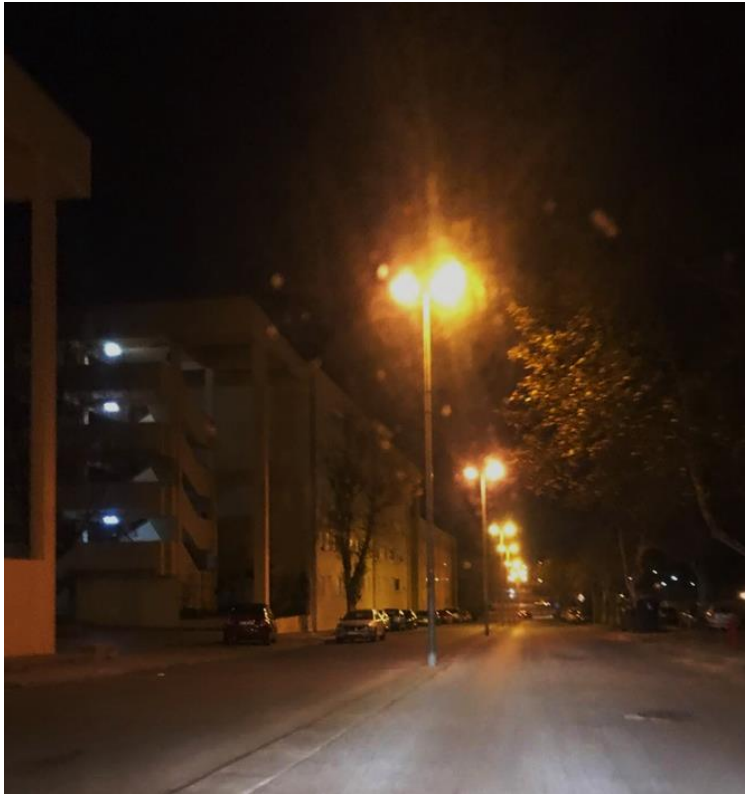


Imagem 70 | Iluminação do Bairro da Bela Vista no período noturno



Imagem 71 | Iluminação do Bairro da Bela Vista no período noturno



Imagem 72 | Aparência dos prédios do Bairro da Bela Vista



Imagem 73 | Colocação de portões por parte da CMS/habitantes



Imagem 74 | Existência de áreas vulneráveis

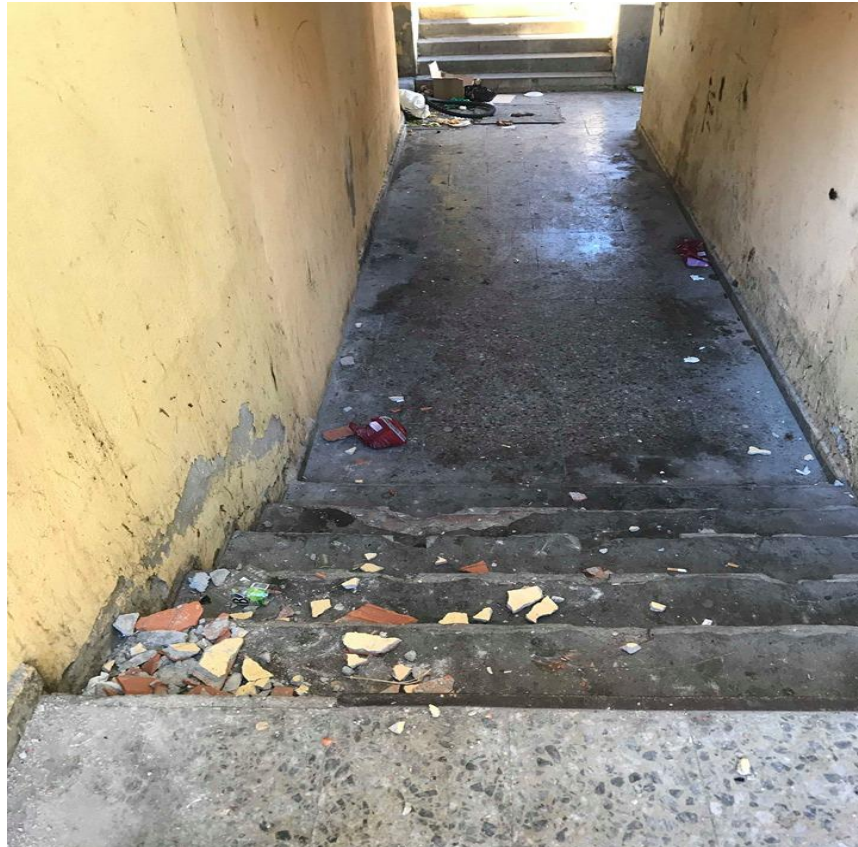


Imagem 75 | Existência de tuneis.



Imagem 76 | Descampados existentes no bairro.

Apêndice H: Tabelas de resultados estatísticos dos inquiridos por questionário

- **Categorização sociodemográfica dos inquiridos**

Tabela 2 | Género.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Feminino	38	54,3	54,3	54,3
	Masculino	32	45,7	45,7	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 3 | Idade.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	<15	1	1,4	1,4	1,4
	[15 , 25]	13	18,6	18,6	20,0
	[26 , 46]	21	30,0	30,0	50,0
	[47, 57]	11	15,7	15,7	65,7
	>57	24	34,3	34,3	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 4 | Habilitações literárias.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Analfabeto (não sabe ler nem escrever)	5	7,1	7,1	7,1
	1º Ciclo (4º ano)	18	25,7	25,7	32,9
	2º Ciclo (6º ano)	12	17,1	17,1	50,0
	3º Ciclo (9º ano)	16	22,9	22,9	72,9
	Ensino Secundário (12º ano)	15	21,4	21,4	94,3
	Curso Profissional	3	4,3	4,3	98,6
	Curso Superior	1	1,4	1,4	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 5 | Estado Civil.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Solteiro	30	42,9	42,9	42,9
	Casado	24	34,3	34,3	77,1
	Divorciado	8	11,4	11,4	88,6
	Viúvo	4	5,7	5,7	94,3
	União de Facto	4	5,7	5,7	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

- **Relação Indivíduo-Espaco**

Tabela 6 | Perceção do sentimento de segurança.

(Considera que o bairro da Bela Vista é seguro?)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	45	64,3	64,3	64,3
	Não	25	35,7	35,7	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 7 | Vitimização.

(Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro?)

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	11	15,7	15,7	15,7
	Não	59	84,3	84,3	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 8 | Inquiridos que foram vítimas.*(Se a sua resposta foi sim, responda por favor.)*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Já aconteceu mais do que uma vez.	2	2,9	18,2	18,2
	Denunciou os crimes à polícia.	3	4,3	27,3	45,5
	Já foi vítima e também já viu alguém a ser.	1	1,4	9,1	54,5
	Já foi vítima e sente medo de voltar a ser.	2	2,9	18,2	72,7
	Já foi vítima e conhece quem também tenha sido.	1	1,4	9,1	81,8
	Nenhuma das opções.	2	2,9	18,2	100,0
	Total	11	15,7	100,0	
Omisso	Sistema	59	84,3		
Total		70	100,0		

Tabela 9 | Inquiridos que não foram vítimas.*(Se a sua resposta foi não, responda, por favor.)*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não, mas já viu.	15	21,4	25,4	25,4
	Não, mas sabe de quem já tenha sido.	10	14,3	16,9	42,4
	Não, mas sente medo de vir a ser vítima.	7	10,0	11,9	54,2
	Nenhuma das opções.	27	38,6	45,8	100,0
	Total	59	84,3	100,0	
Omisso	Sistema	11	15,7		
Total		70	100,0		

Tabela 10 | Existência de espaços inseguros.*(Do seu ponto de vista, existe algum espaço que deva ser evitado por considerar menos seguro?)*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	21	30,0	30,0	30,0
	Não	49	70,0	70,0	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

- **Relação Indivíduo-Entidades envolvidas**

Tabela 11 | Contribuição da comunicação social para a imagem do bairro.*(Do seu ponto de vista, de que forma contribui a comunicação social para a imagem do bairro?)*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Positivamente	25	35,7	35,7	35,7
	Negativamente	45	64,3	64,3	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 12 | Conhecimento do programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”.*(Tem conhecimento do programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade"?)*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	59	84,3	84,3	84,3
	Não	11	15,7	15,7	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 13 | Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*(O programa tem sido útil na melhoria do bairro?)*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	56	80,0	94,9	94,9
	Não	3	4,3	5,1	100,0
	Total	59	84,3	100,0	
Omisso	Sistema	11	15,7		
Total		70	100,0		

Tabela 14 | Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*(O programa aproximou os moradores do bairro?)*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	54	77,1	91,5	91,5
	Não	5	7,1	8,5	100,0
	Total	59	84,3	100,0	
Omisso	Sistema	11	15,7		
Total		70	100,0		

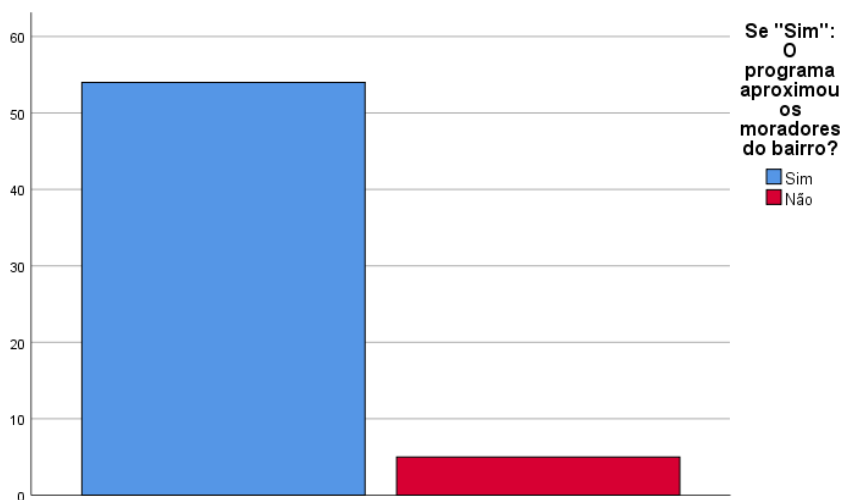
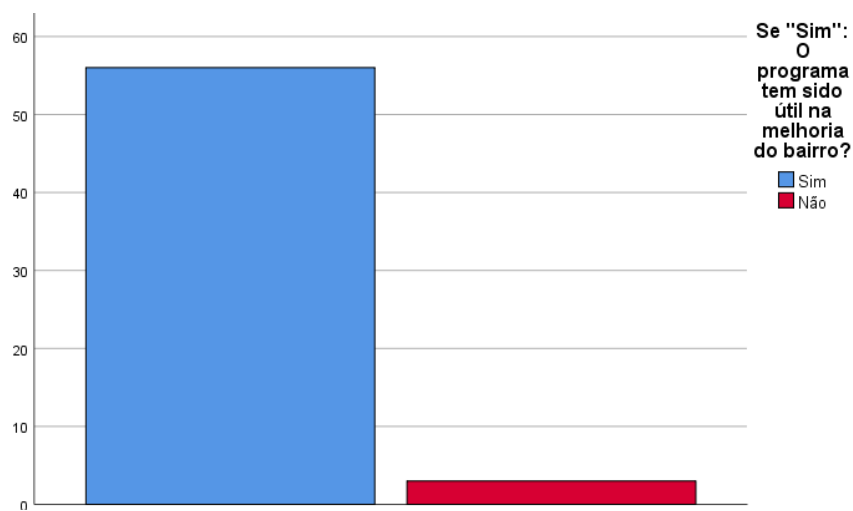
Tabela 15 | Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”*(Na sua opinião, considera que o programa tem sido eficaz para que os habitantes/visitantes se sintam mais seguros no bairro?)*

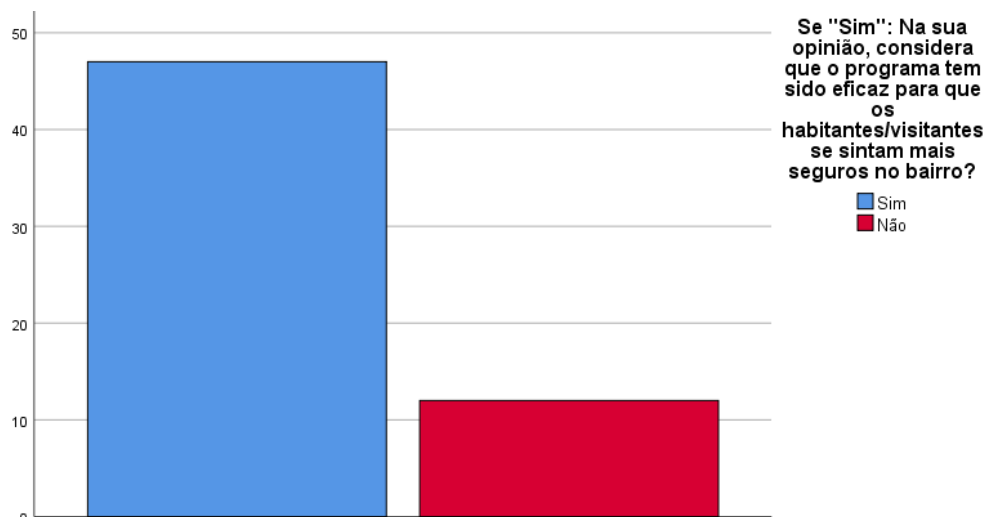
		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	47	67,1	79,7	79,7
	Não	12	17,1	20,3	100,0
	Total	59	84,3	100,0	
Omisso	Sistema	11	15,7		
Total		70	100,0		

Tabela 16 | Acompanhamento das alterações efetuadas no bairro.

(De que forma acompanha as alterações efetuadas no bairro?)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Reuniões Semanais.	21	30,0	36,8	36,8
	Amigos/Conhecidos.	27	38,6	47,4	84,2
	Redes Sociais ou Outra	9	12,9	15,8	100,0
	Total	57	81,4	100,0	
Omisso	Sistema	13	18,6		
Total		70	100,0		





Gráficos 8, 9, 10 | Opinião sobre o programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”

- **Principais vulnerabilidades apontadas**

(Por favor, assinale o aspecto, ou aspectos, que o incomoda no bairro)

Tabela 17 | Degradação dos edifícios.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	9	12,9	12,9	12,9
	Sim	61	87,1	87,1	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 18 | Os edifícios apresentam uma construção labiríntica.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	51	72,9	72,9	72,9
	Sim	19	27,1	27,1	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 19 | Vandalismo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	36	51,4	51,4	51,4
	Sim	34	48,6	48,6	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 20 | Criminalidade.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	54	77,1	77,1	77,1
	Sim	16	22,9	22,9	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 21 | Consumo/Tráfico de drogas.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	43	61,4	61,4	61,4
	Sim	27	38,6	38,6	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 22 | Insuficiente iluminação.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	46	65,7	65,7	65,7
	Sim	24	34,3	34,3	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 23 | Existência de becos e esquinas inseguras.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	32	45,7	45,7	45,7
	Sim	38	54,3	54,3	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 24 | Falta de manutenção da rua.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	40	57,1	57,1	57,1
	Sim	30	42,9	42,9	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 25 | Falta de limpeza.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	33	47,1	47,1	47,1
	Sim	37	52,9	52,9	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 26 | Inexistência/Insuficientes áreas de lazer/tempo livres.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	49	70,0	70,0	70,0
	Sim	21	30,0	30,0	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 27 | Inadequada/insuficiente intervenção policial.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	34	48,6	48,6	48,6
	Sim	36	51,4	51,4	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 28 | Existência de diferentes etnias, culturas e costumes

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não	47	67,1	67,1	67,1
	Sim	23	32,9	32,9	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

Tabela 29 | Inexistência/insuficientes áreas comerciais.

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	46	65,7	65,7	65,7
	Sim	24	34,3	34,3	100,0
	Total	70	100,0	100,0	

(Na sua opinião, que alterações considera necessárias no bairro e que até ao momento ainda não se verificaram?)

Tabela 30 | Alterações necessárias no Bairro da Bela Vista.

Repostas abertas	
13	Melhorar os aspetos associados à manutenção dos prédios
12	Alterações a nível social (maior respeito pelas normas de convivência)
8	A PSP deveria comparecer quando é chamada a intervir (ignoram as denúncias feitas pela população)
7	Melhorar os aspetos associados à limpeza
6	Melhorar a relação da PSP com os habitantes
6	Mais rondas por parte da PSP
5	Aumentar o sentimento de pertença e comunidade
5	Apostar em mais trabalhos coletivos
5	Melhorar a atuação policial
5	Melhorar os aspetos associados à segurança
4	Melhorar os aspetos associados ao ruído
3	A iluminação é suficiente mas partem as lâmpadas dos cadeiros
2	Colocar portões no bairro
2	Fechar os becos e as escadas
2	Iluminar as escadas
2	Mais apoio aos idosos
2	Mais áreas comerciais
1	Maior fiscalização por parte da CMS
1	Menos distinção por parte da CMS entre quem tem casa alugada e casa comprada
1	Maior apoio da CMS às instituições e clubes do bairro
1	Existência de mais atividades para os jovens

- **Análise correlacional**

Tabela 31 | Relação da segurança com a criminalidade.

			Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro?		
			Sim	Não	Total
Considera que o bairro da Bela Vista é seguro?	Sim	Contagem	3	42	45
		% em Considera que o bairro da Bela Vista é seguro?	6,7%	93,3%	100,0%
	% em Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro?		27,3%	71,2%	64,3%
		% do Total	4,3%	60,0%	64,3%
Não	Contagem		8	17	25
		% em Considera que o bairro da Bela Vista é seguro?	32,0%	68,0%	100,0%
	% em Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro?		72,7%	28,8%	35,7%
		% do Total	11,4%	24,3%	35,7%
Total	Contagem		11	59	70
		% em Considera que o bairro da Bela Vista é seguro?	15,7%	84,3%	100,0%
	% em Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro?		100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	15,7%	84,3%	100,0%

Tabela 32 | Relação da segurança com a criminalidade

<i>Testes qui-quadrado</i>					
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	7,787 ^a	1	,005		
Correção de continuidade ^b	5,992	1	,014		
Razão de verossimilhança	7,499	1	,006		
Teste Exato de Fisher				,013	,008
Associação Linear por Linear	7,676	1	,006		
N de Casos Válidos	70				

a. 1 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 3,93.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Tabela 33 | Relação da segurança com a criminalidade.

		<i>Medidas Simétricas</i>			
		Valor	Erro Padrão Assintótico ^a	T Aproximado ^b	Significância Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	-,334			,005
	V de Cramer	,334			,005
Intervalo por Intervalo	R de Pearson	-,334	,117	-2,917	,005 ^c
Ordinal por Ordinal	Correlação Spearman	-,334	,117	-2,917	,005 ^c
N de Casos Válidos		70			

a. Não considerando a hipótese nula.

b. Uso de erro padrão assintótico considerando a hipótese nula.

c. Com base em aproximação normal.

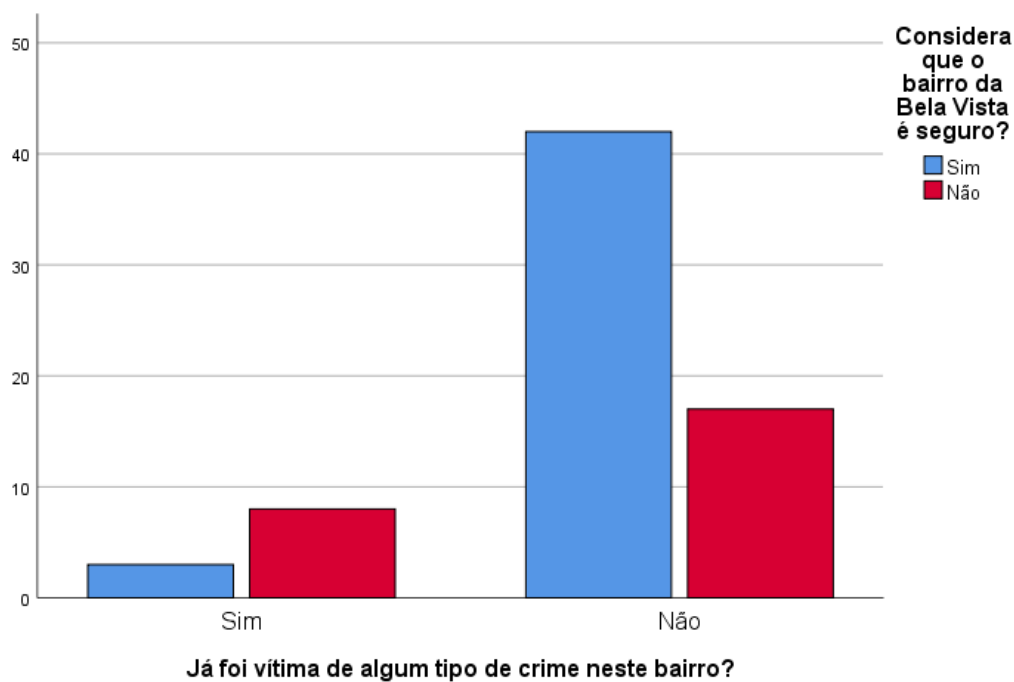


Gráfico 11 | Relação da segurança com a criminalidade.

Tabela 34 | Relação do gênero com a segurança.

		Considera que o bairro da Bela Vista é seguro?			
		Sim	Não	Total	
Gênero	Feminino	Contagem	23	15	38
		% do Total	32,9%	21,4%	54,3%
	Masculino	Contagem	22	10	32
		% do Total	31,4%	14,3%	45,7%
Total		Contagem	45	25	70
		% do Total	64,3%	35,7%	100,0%

Tabela 35 | Relação do gênero com a segurança*Testes qui-quadrado*

	Valor	gl	Significância		
			Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	,512 ^a	1	,474		
Correção de continuidade ^b	,216	1	,642		
Razão de verossimilhança	,514	1	,473		
Teste Exato de Fisher				,617	,322
Associação Linear por Linear	,504	1	,478		
N de Casos Válidos	70				

a. 0 células (0,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 11,43.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

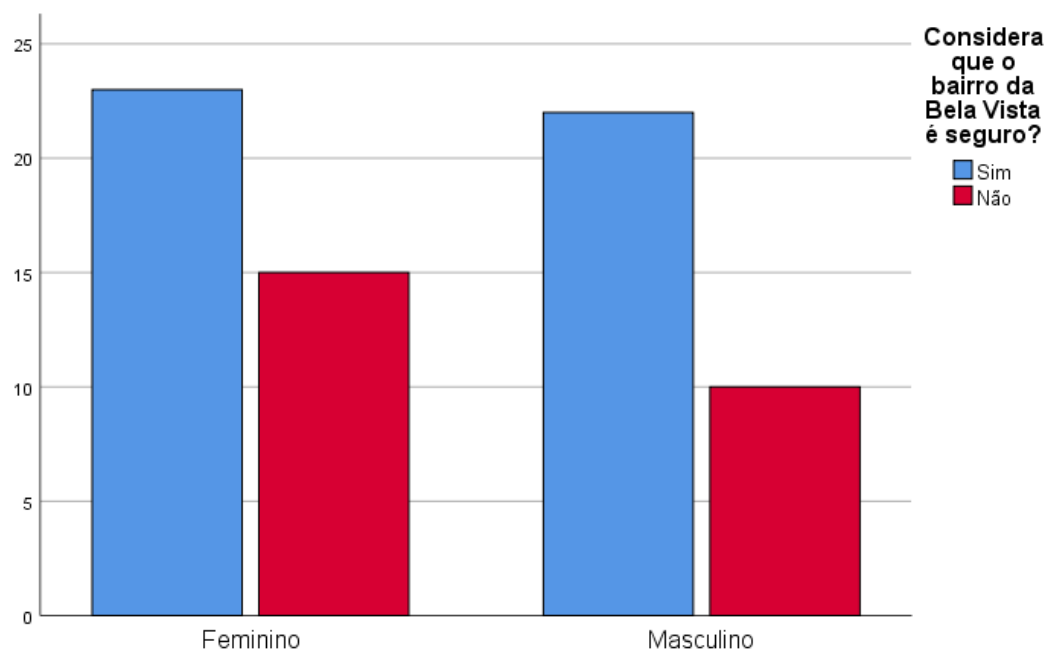


Gráfico 12 | Relação do gênero com a segurança.

Tabela 36 | Relação da idade com a segurança.

		Considera que o bairro da Bela Vista é seguro?			
		Sim	Não	Total	
Idade	<15	Contagem	0	1	1
		% do Total	0,0%	1,4%	1,4%
[15 , 25]		Contagem	9	4	13
		% do Total	12,9%	5,7%	18,6%
[26 , 46]		Contagem	17	4	21
		% do Total	24,3%	5,7%	30,0%
[47, 57]		Contagem	4	7	11
		% do Total	5,7%	10,0%	15,7%
>57		Contagem	15	9	24
		% do Total	21,4%	12,9%	34,3%
Total		Contagem	45	25	70
		% do Total	64,3%	35,7%	100,0%

Tabela 37 | Relação da idade com a segurança.

<i>Testes qui-quadrado</i>			
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
Qui-quadrado de Pearson	8,248 ^a	4	,083
Razão de verossimilhança	8,572	4	,073
Associação Linear por Linear	,481	1	,488
N de Casos Válidos	70		

a. 4 células (40,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 36.

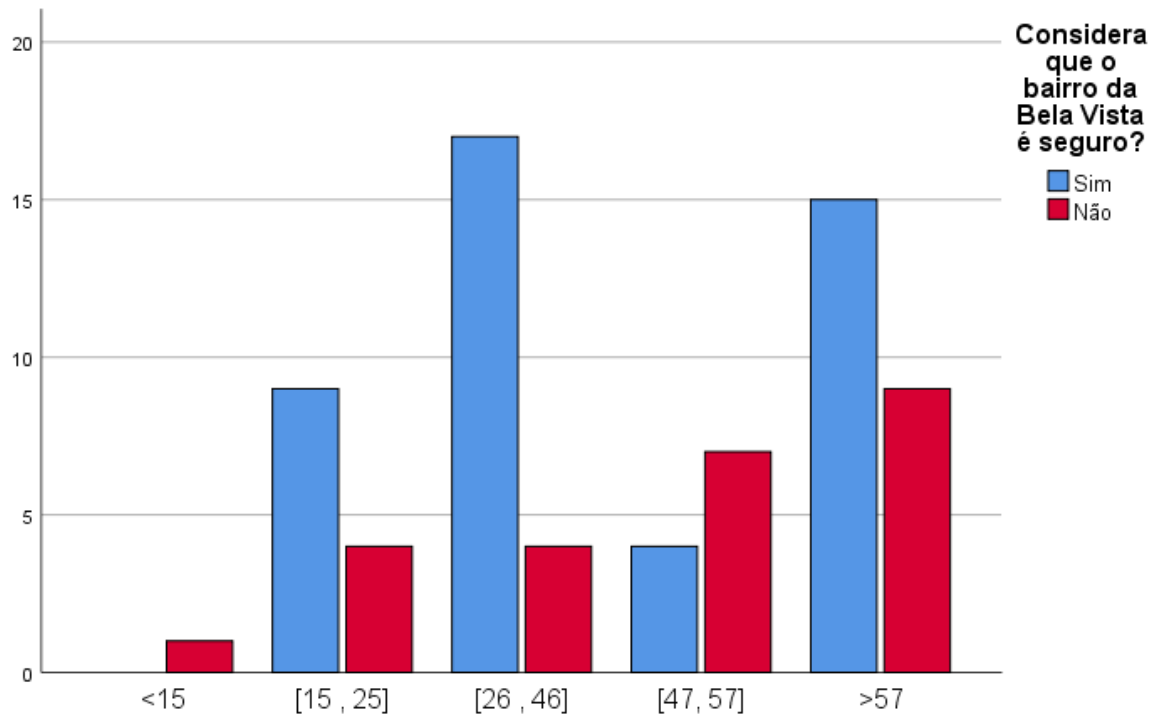


Gráfico 13 | Relação da idade com a segurança.

Tabela 38 | Relação da criminalidade com a vitimização.

		Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro?			
		Sim	Não	Total	
Criminalidade.	Não	Contagem	4	50	54
		% em Criminalidade.	7,4%	92,6%	100,0%
		% em Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro?	36,4%	84,7%	77,1%
		% do Total	5,7%	71,4%	77,1%
	Sim	Contagem	7	9	16
		% em Criminalidade.	43,8%	56,3%	100,0%
		% em Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro?	63,6%	15,3%	22,9%
		% do Total	10,0%	12,9%	22,9%
Total	Contagem	11	59	70	
	% em Criminalidade.	15,7%	84,3%	100,0%	
	% em Já foi vítima de algum tipo de crime neste bairro?	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	15,7%	84,3%	100,0%	

Tabela 39 | Relação da criminalidade com a vitimização.

<i>Testes qui-quadrado</i>					
	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	12,308 ^a	1	,000		
Correção de continuidade ^b	9,717	1	,002		
Razão de verossimilhança	10,439	1	,001		
Teste Exato de Fisher				,002	,002
Associação Linear por Linear	12,132	1	,000		
N de Casos Válidos	70				

a. 1 células (25,0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2,51.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Tabela 40 | Relação da criminalidade com a vitimização.

		<i>Medidas Simétricas</i>			
		Valor	Erro Padrão		Significância
			Assintótico ^a	T Aproximado ^b	Aproximada
Nominal por Nominal	Fi	-,419			,000
	V de Cramer	,419			,000
Intervalo por Intervalo	R de Pearson	-,419	,133	-3,809	,000 ^c
Ordinal por Ordinal	Correlação Spearman	-,419	,133	-3,809	,000 ^c
N de Casos Válidos		70			

a. Não considerando a hipótese nula.

b. Uso de erro padrão assintótico considerando a hipótese nula.

c. Com base em aproximação normal.

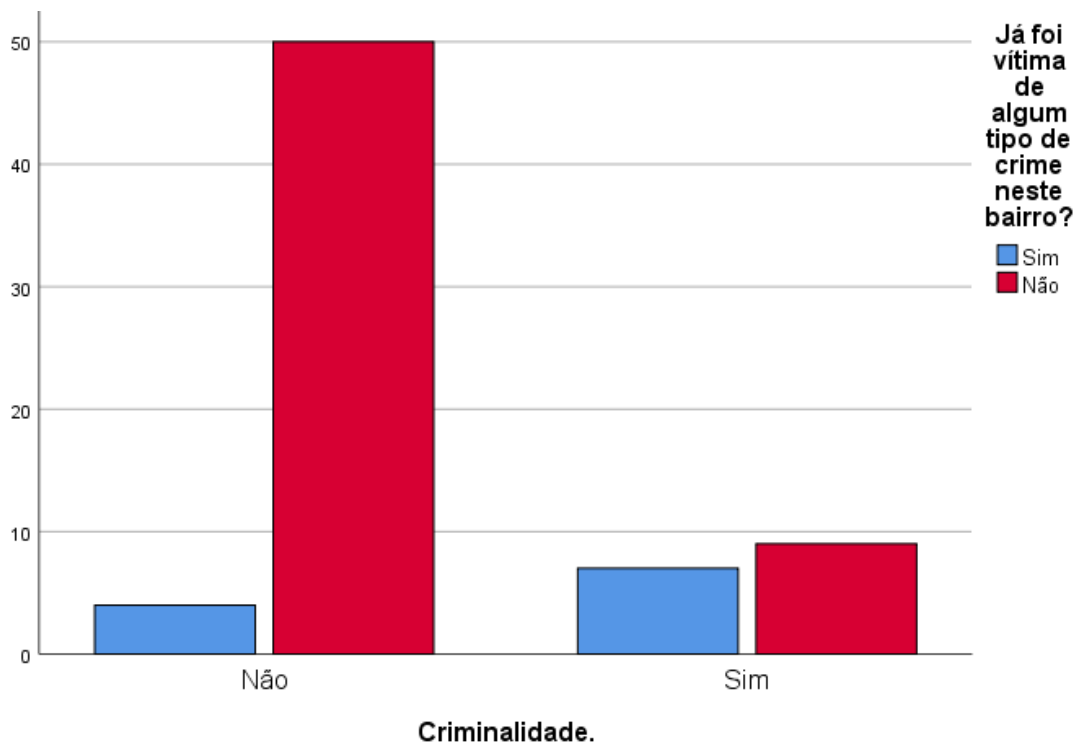


Gráfico 14 | Relação da criminalidade com a vitimização.